

Relatório de Gestão - 2003 E

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Guido Mantega

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
José Sant' Anna Bevilaqua

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Maria Martha Malard Mayer

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Pedro Luis do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria Executiva

Coordenação de Planejamento e Supervisão
Gylcilene Ribeiro Storino

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria Executiva - DE

Relatório de Gestão – 2003

Rio de Janeiro
Março de 2004

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Av. Franklin Roosevelt, 166- Centro - 20021-120- Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Relatório de Gestão – 2003

Diretoria Executiva

Apresenta e analisa os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e as práticas ocorridas no exercício de 2003

Coordenação

Gylcilene Ribeiro Storino

Gerente do Projeto

Fábio Thomaz Barbosa

Equipe Técnica

Ana Maria Martins Neves
Maria do Socorro Alves Nunes
Márcio Bonel Marchione
Sandra Rosa Pereira

Diagramação

Euler Pacheco Neves
Lana Lima Moreira
Mariangela de Moura

Colaboradores

Ana Amabini Xavier Anzanello
Angela Cristina Bartelega Areias
Antonio Ferreira Antunes
Antonio Fernando de Andrade Alves
Cesar Augusto de Oliveira
Denise do Rego Lins
Maria Vilma Salles Garcia
Marise Maria Ferreira
Marta da Silva Coutinho
Nelson Baptista Moreira
Pedro Luis do Nascimento Silva
Reinaldo Silva Pereira
Rose Mary Rodrigues
Sandra Cavalcanti de Barros
Sandra Marcia Mello
Thais Moreira de Oliveira Gaia

Apresentação

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE vem, através desta publicação, prestar informações acerca da sua Gestão Organizacional no exercício de 2003.

Considerando que o Relatório de Gestão é um instrumento de fundamental importância para o acompanhamento do desempenho de uma instituição, o IBGE iniciou em 2003 a sua reestruturação, com base no modelo de excelência em gestão pública, preconizado pelo Programa de Qualidade do Serviço Público - PQSP, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, e cuja finalidade é levar as organizações públicas brasileiras a padrões elevados de desempenho. Dessa forma, a Instituição, além de atender, gradativamente, aos padrões estabelecidos pelo PQSP, busca cumprir as recomendações da Controladoria Geral da União - CGU.

As informações necessárias à elaboração do presente documento foram obtidas através de *Pesquisa Organizacional* aplicada em todos os órgãos seccionais, específicos e singulares do IBGE, no mês de janeiro de 2004, como também através de outras fontes de informação.

Cabe ressaltar que os responsáveis pelas gerências de planejamento setoriais têm sido incansáveis colaboradores na consecução desse trabalho, imprimindo um esforço contínuo e consciente na busca da Qualidade.

O documento está estruturado em dois capítulos: Perfil da Organização; e Práticas de Gestão. O primeiro contém dados sobre a Instituição – sua institucionalidade, estrutura e dinâmica organizacional; o segundo, descreve os instrumentos e ferramentas organizacionais e a forma como são utilizados, apresentando as realizações no exercício de 2003.

Por fim, cabe lembrar que as orientações do MP e da CGU vêm ao encontro de nossas necessidades de aprimorar um instrumento que permita, com mais clareza e concisão, tornar conhecidos os procedimentos administrativos e as atividades desenvolvidas no IBGE, e que de nosso esforço conjunto pode resultar não só o atendimento correto às demandas do Governo Federal, e da sociedade, mas, sobretudo, à consolidação de uma rotina útil e adequada de monitoramento de nosso trabalho.

Eduardo Pereira Nunes
Presidente

Perfil da Organização	06
1.1 Institucionalidade	06
1.1.1 Introdução	06
1.1.2 Competências Legais e Regimentais.....	06
1.1.3 Instalações e Localidades.....	07
1.1.4 Estrutura Organizacional.....	08
1.2 Vinculação Programática	10
1.2.1 Programas e Ações.....	10
1.2.2 Ações em Outros Órgãos da Administração Pública Federal.....	11
1.3 Processos de Trabalho	13
1.3.1 Processos Finalísticos.....	13
1.3.2 Processos de Apoio.....	15
1.4 Público Alvo	16
1.5 Parcerias Institucionais	16
1.6 Quadro de Pessoal	18
Práticas de Gestão	19
2.1 Gestão Estratégia	19
2.1.1 Formulação de Políticas.....	19
2.1.2 Desdobramento das Estratégias.....	21
2.2 Gestão da Qualidade	25
2.2.1 Histórico da Qualidade.....	25
2.2.2 Fundamentos da Qualidade.....	26
2.3 Gestão da Imagem e do Relacionamento com o Cidadão-Usuário ...	29
2.4 Gestão da Informação	33
2.4.1 Comunicação Interna.....	33
2.4.2 Sistemas Gerenciais.....	34
2.5 Gestão Operacional/Finalística	37
2.5.1 Programa de Trabalho.....	37
2.5.2 Comportamento das Metas Físicas/Financeiras.....	58
2.5.3 Indicadores Relevantes.....	60
2.5.4 Resultados – Incidência Social.....	63
2.6 Gestão Orçamentária	72
2.6.1 Planejamento Orçamentário.....	72
2.6.2 Execução Orçamentária.....	73
2.7 Gestão Financeira	75
2.7.1 Execução Financeira.....	75
2.7.2 Convênios e Parcerias com Transferência de Recursos.....	77
2.7.3 Previdência Privada.....	80
2.7.4 Restos a Pagar.....	81
2.8 Gestão de Pessoas	82
2.8.1 Situação do Quadro de Pessoal.....	82
2.8.2 Gastos com Remuneração.....	83
2.8.3 Valorização do Servidor.....	84
2.8.4 Terceirização de Mão-de-Obra.....	89
2.8.5 Ações Disciplinares.....	89

2.9 Gestão do Suprimento de Bens e Serviços	90
2.9.1 Estoque e Suprimento.....	90
2.9.2 Expedição de Material.....	91
2.9.3 Obras e Afins.....	92
2.9.4 Telefonia.....	93
2.9.5 Administração de Contratos.....	94
2.10 Gestão Patrimonial	95
2.10.1 Imóveis.....	95
2.10.2 Móveis e Equipamentos.....	96
2.10.3 Veículos.....	97
2.10.4 Adequação dos Recursos Patrimoniais.....	98
2.11 Processos de Controle	100
2.11.1 Processos de Controle Parlamentar.....	100
2.11.2 Processos de Controles Internos.....	104
Referências Bibliográficas	106
Anexos	109
Anexo 1 - Lista de Endereços.....	110
Anexo 2 – Organograma.....	113

1.1. Institucionalidade

1.1.1. Introdução

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é um órgão público federal vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e se constitui no principal provedor de dados e informações do País que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

Estatísticas sociodemográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas são elementos imprescindíveis para diagnosticar e monitorar a dinâmica econômica, demográfica, social e política de uma sociedade, fundamentar ações de planejamento, tanto na área pública como na iniciativa privada, e contribuir para o processo de consolidação da cidadania.

A necessidade destas informações é ainda mais premente quando se trata de uma sociedade em constante processo de transformação, ocupando um território de grande extensão e caracterizada por fortes desequilíbrios socioeconômicos, cuja expressão espacial mais marcante são as desigualdades regionais.

Coletar, armazenar, analisar e disseminar informações que descrevam de forma adequada a realidade brasileira, em suas múltiplas dimensões, constituem a tarefa básica da produção técnica do IBGE.

1.1.2. Competências Legais e Regimentais

O IBGE foi instituído nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 4.740, de 13 de junho de 2003 e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Tem como missão *retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania*, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica, e geocientífica - geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Compete ainda ao IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, criado pela Lei nº 5.878, de 1973, após consulta à sociedade por meio da promoção das Conferências Nacionais de Estatística - CONFEST e de Geociências - CONFEGE, a serem realizadas em intervalos não superiores a cinco anos; atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, criados pelo Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Além disso, o IBGE mantém cursos de pós-graduação, de graduação e de treinamento profissional, em áreas correspondentes àquelas de sua competência, observada a legislação educacional vigente; e firma acordos afins à sua missão institucional, a título gratuito ou oneroso, com entidades públicas ou privadas, preservadas, na produção e uso das informações, as concepções básicas estabelecidas, as normas técnicas e operacionais expedidas e o sigilo previsto em lei.

1.1.3. Instalações e Localidades ¹.

A Presidência do IBGE, suas quatro Diretorias: Executiva (DE), de Pesquisas (DPE), de Informática (DI), de Geociências (DGC); como também o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) encontram-se situados no município do Rio de Janeiro.

As Unidades Estaduais, órgãos descentralizados da Instituição, representam o IBGE em todo o território nacional, formando uma extensa rede de pesquisa e disseminação composta por 27 Unidades Estaduais, sendo 26 nas capitais dos estados e 1 no Distrito Federal, e 533 Agências nos principais municípios brasileiros.

¹ Lista de endereços no ANEXO I

1.1.4. Estrutura Organizacional ²

A Fundação IBGE possui três órgãos colegiados de direção superior, a saber: Conselho Diretor; Conselho Técnico e Conselho Curador. O Conselho Diretor estabelece políticas reitoras da atuação da Fundação IBGE. O Conselho Técnico é responsável pela apreciação das propostas do Conselho Diretor referentes aos planos de trabalho anuais e plurianuais e respectivos orçamentos; relativas ao relatório anual de atividades da Instituição e execução dos planos; e acerca dos assuntos de natureza técnica submetidos pelo próprio Conselho, pelo Conselho Diretor e pelos órgãos governamentais e sociedades civis; além do encaminhamento de conclusões e recomendações à Direção do IBGE. A fiscalização, o acompanhamento e o controle permanente da gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira cabem ao Conselho Curador.

O Gabinete da Presidência caracteriza-se como órgão de assistência direta e imediata ao Presidente, cuja atividade consiste em assisti-lo na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Três órgãos seccionais cuidam das questões de caráter geral e administrativo da Instituição, quais sejam: Auditoria Interna; Procuradoria Federal e Diretoria Executiva. A Auditoria Interna fiscaliza o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras e comprova a legalidade e legitimidade das ações administrativas. A Procuradoria Federal representa a Fundação IBGE judicial e extrajudicialmente e presta assessoramento aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica; além de apurar a liquidez e certeza de créditos das atividades da Instituição, inscrevendo-as em dívida ativa. A Diretoria Executiva exerce as atividades de planejamento e coordenação geral, bem como organiza, coordena, orienta e executa as atividades relativas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades.

Para consecução dos objetivos institucionais, o IBGE conta com cinco órgãos específicos singulares: Diretoria de Pesquisas; Diretoria de Geociências; Diretoria de Informática; Centro de Documentação e Disseminação de Informações; e Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

² Organograma no ANEXO II

A Diretoria de Pesquisas desenvolve estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País e executa ações da Fundação IBGE no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

A Diretoria de Geociências realiza estudos, pesquisas e trabalhos de natureza geográfica, geodésica e cartográfica, bem como relativos a recursos naturais e condições do meio ambiente, e executa ações da Fundação IBGE no âmbito da coordenação dos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria geocientífica.

A Diretoria de Informática encarrega-se das atividades de processamento de dados e de informações científicas e administrativas, desenvolvendo processos de informatização, administrando o parque central de equipamentos e infraestrutura básica de informática, garantindo a preservação da integridade das informações contidas nas bases de dados do IBGE, e promovendo a prospecção e difusão de novas tecnologias aos demais órgãos da Fundação.

O Centro de Documentação e Disseminação de Informações é responsável pelas atividades de documentação e disseminação do acervo de informações; desenvolve produtos e serviços de informação segundo os diversos segmentos de usuários; promove a divulgação e a comercialização desses produtos e serviços; divulga a imagem; e preserva a memória institucional.

O IBGE também desenvolve atividades de ensino e pesquisa em matéria estatística e geográfica; implementando atividades de treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa, podendo manter cursos de graduação, de especialização e de pós-graduação direcionados tanto aos funcionários do IBGE quanto ao público em geral, através da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Ademais, o IBGE possui órgãos descentralizados - Unidades Estaduais cuja responsabilidade é desenvolver atividades técnicas e administrativas da Fundação no limite de suas jurisdições.

1.2. Vinculação Programática

1.2.1 Programas e Ações

Com metas físicas e financeiras bem definidas em programas e ações que compõem o Plano Plurianual do Governo Federal, o IBGE viabiliza o acompanhamento do desempenho de suas ações, bem como o provimento dos recursos de acordo com as necessidades conjugadas às suas possibilidades. No exercício de 2003 foram implementados os seguintes programas e ações:

PROGRAMA INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS

O programa engloba as pesquisas de natureza estatística desenvolvidas pela Diretoria de Pesquisas-DPE, as informações geográficas e ambientais da Diretoria de Geociências-DGC, a disponibilização dos resultados das pesquisas e estudos realizada pelo Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI e a manutenção e atualização do sistema informatizado de dados e inserção tecnológica, de responsabilidade da Diretoria de Informática-DI.

AÇÕES

1. Pesquisas Conjunturais
2. Pesquisas Estruturais da Área Econômica
3. Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica
4. Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas
5. Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais
6. Sistema Informatizado de Dados Estatísticos
7. Pesquisa de Orçamentos Familiares

PROGRAMA CARTOGRAFIA

Nesse programa encontram-se as ações desenvolvidas pela Diretoria de Geociências - DGC relativas ao mapeamento topográfico de referência, entendido como a representação sistemática do País em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratam a paisagem natural e social do território; à delimitação de áreas legais e operacionais,

necessária à atuação pública e privada no desenvolvimento de projetos que demandem referencial geométrico e de localização.

AÇÕES

1. Mapeamento Topográfico de Referência
2. Sistema Geodésico Brasileiro
3. Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia

PROGRAMA CENSO 2000

Esse programa nos permite o conhecimento da realidade demográfica e social do País por meio do levantamento das características estruturais relativas ao total da população e unidades domiciliares do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar as ações de planejamento públicas e privadas.

AÇÃO

1. Censo Demográfico 2000

1.2.2 Ações em Outros Órgãos da Administração Pública Federal

O IBGE desenvolve ações em programas de outros órgãos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão bem como no Ministério da Educação e no Ministério da Previdência e Assistência Social, através da DPE, DE, ENCE e CDDI.

NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Programa	INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
Objetivo	Prover informações e conhecimentos sobre os problemas econômicos e sociais constantes das agendas de políticas públicas sobre o desempenho e resultados das ações governamentais.
Ação/DPE	Implantação do Sistema Informatizado da Rede Nacional de Instituições de Pesquisa e Planejamento

Programa	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO
Objetivo	Profissionalizar o servidor público para ampliar sua contribuição à melhoria da qualidade da gestão pública; e proporcionar renda suplementar, mediante concessão dos benefícios previstos em lei.
Ação/ENCE	Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação
Ação/DE	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Programa	APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo	Viabilizar, na área administrativa, os programas finalísticos do IBGE e demais programas através da atividade Administração da Unidade nas questões referentes à manutenção e conservação de bens imóveis; à manutenção do serviço de transporte; à manutenção dos serviços administrativos; bem como prover os servidores quanto aos direitos estabelecidos em lei no que se refere à previdência privada; à remuneração e encargos sociais.
Ação/DE	Administração da Unidade Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais Contribuição à Previdência Privada

NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Programa	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO
Objetivo	Ampliar oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino de graduação
Ação/ENCE	Ensino de Graduação em Estatística

Programa	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Objetivo	Formar recursos humanos, em nível de pós-graduação, no País e no exterior
Ação/ENCE	Ensino de Pós-graduação em Estatística e Geociências

NO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
Objetivo	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Ação/DE	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

1.3. Processos de Trabalho**1.3.1 Processos Finalísticos**

A produção de informações de natureza estatística, necessárias ao conhecimento dos aspectos sociodemográfico e econômico do País, é realizada através de pesquisas que são feitas em domicílios e em estabelecimentos, além de utilizar, também, registros administrativos. Para a concepção e o planejamento desse trabalho o IBGE conta com equipes multidisciplinares de pesquisadores, além de uma rede de coleta com equipes de campo espalhadas por todo o território nacional. O processo é desenvolvido a partir do planejamento, quando são definidas as diretrizes gerais e estratégias da operação, tais como: âmbito da pesquisa, conteúdo de questionários, instrumental e estratégias de coleta, quadro de pessoal, procedimentos de transcrição, apuração e crítica, e divulgação dos dados. Após as etapas de apuração e crítica, os dados coletados são analisados e os resultados, incluindo também os resultados georreferenciados, são amplamente disseminados através de diversos meios.

As atividades relativas à documentação e disseminação do acervo de informações são realizadas de forma a desenvolver produtos e serviços adequados aos vários segmentos de usuários; a promover a divulgação e comercialização destes produtos; a divulgar a imagem institucional; e a zelar pelos direitos intelectuais da Fundação IBGE quanto aos seus produtos.

No contexto das pesquisas censitárias, além das etapas especificadas no processo de pesquisas, ainda no planejamento, é realizada a atualização da Base Operacional Geográfica para cada município brasileiro e a partir da respectiva malha setorial atualizada, são disponibilizados os mapas municipais das áreas urbanas e rurais e os *croquis* dos setores censitários que orientarão os recenseadores em campo durante a coleta de dados.

Os recenseadores são contratados temporariamente e recrutados através de processos seletivos e treinados para percorrerem o território nacional em visita a todas as unidades alvo da pesquisa censitária, que é realizada por equipes locais sediadas em postos de coletas instalados em todos os municípios brasileiros. Os dados coletados são processados eletronicamente nos Centros de Captura de Dados, com uso de modernas tecnologias, o que garante ganho de tempo e qualidade. A divulgação dos resultados preliminares, de caráter mais global acontece no mesmo ano em que são realizadas as coletas de dados, enquanto que os resultados definitivos são divulgados com análises, inclusive espaciais, em produtos e serviços, durante os anos seguintes à coleta de dados.

Agregue-se a isto uma política de ativa participação da sociedade, em seus vários segmentos, através da instalação de comissões interativas com comunidade técnico-científica, autoridades municipais e lideranças comunitárias, instituições de pesquisa, universidades, órgãos públicos e das diferentes instâncias de governo, buscando, dessa forma, o melhor atendimento às demandas crescentes e cada vez mais diversificadas por informação, aprimorando, assim, a percepção da evolução dessas demandas por nossos produtos e serviços. Ainda compondo a etapa de planejamento das pesquisas censitárias, todas as decisões adotadas são testadas através de provas-piloto que visam ao ajuste dos instrumentos e procedimentos planejados.

A realização do mapeamento e de análises geográficas se desenvolve mediante a elaboração e execução de cartas topográficas em regiões desprovidas de mapeamento (vazios cartográficos) com o recobrimento aerofotogramétrico e levantamentos de campo para a construção do referencial necessário. As cartas desatualizadas são revisadas através de imagens de satélites e novos recobrimentos aerofotogramétricos, para se tornarem mais precisas e compatíveis com a realidade territorial. Os resultados alcançados pelas pesquisas e mapeamentos geram produtos e serviços que, devidamente documentados, são amplamente disseminados a toda a sociedade brasileira.

O ensino de graduação e pós-graduação atende ao público em geral e tem por objetivo contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de quadros profissionais voltados ao conhecimento da realidade social, econômica e espacial do País e o uso desse conhecimento para a formulação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas. Os alunos são graduados como bacharéis em Ciências Estatísticas, especialistas em Análise Ambiental e Gestão do Território; e mestres em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, cujos trabalhos resultam em monografias e dissertações de mestrado que relatam resultado de pesquisas realizadas sobre temas relevantes para compreensão das características peculiares da sociedade brasileira.

1.3.2 Processos de Apoio

São desenvolvidos os sistemas computacionais de coleta e apuração das pesquisas estatísticas, de apoio às atividades de geociências e os sistemas de gestão utilizando-se de forte aparato tecnológico, de forma a administrar, preservar e garantir a integridade das informações contidas na base de dados da Fundação IBGE, assim como manter toda a infraestrutura básica de informática. Dentre os produtos resultantes destacam-se o Banco Multidimensional de Estatística - BME, que disponibiliza os microdados dos vários censos e pesquisas para a sociedade; o Banco de Dados Agregados – SIDRA que disponibiliza os dados tabulados de vários censos e pesquisas, ambos com acesso através da Web, o Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas - ESTATCART que possibilita a consulta por temas, variáveis, área geográfica, a criação de mapas temáticos, cálculos de indicadores e tabelas que podem ser impressas e exportadas, disponível em *Cd Rom*.

Apoia-se a administração superior da organização na coordenação geral e na orientação e execução de ações de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, com vistas à melhoria da qualidade do processo de gestão institucional, objetivando garantir o desenvolvimento e a aprendizagem organizacionais.

As atividades de orçamento e finanças são realizadas de modo a assegurar o apoio técnico a todas as unidades responsáveis pela operacionalização dos sistemas de administração financeira, orçamentária e contábil, bem como orientar a execução dessas atividades nas Unidades Estaduais. Dessa forma, procede-se à execução do orçamento da Instituição (empenhos); a execução financeira (diversos pagamentos da Instituição – ordens bancárias); e a execução contábil da instituição (liquidação, apropriação e análise dos atos e fatos).

Em relação à área de recursos materiais, são executadas as atividades destinadas à contratação de materiais e serviços, administração do acervo patrimonial, almoxarifado, expedição, transportes, segurança patrimonial, obras e demais serviços de engenharia, telefonia, zeladoria, manutenção de bens móveis e imóveis e locações em geral.

Na área de recursos humanos, os principais processos de apoio às atividades da Organização são o recrutamento e seleção, interna e externa; o planejamento e alocação de pessoal; e as ações referentes à previdência social, saúde e assistência social.

A capacitação de servidores é realizada de forma a valorizar o quadro de pessoal e elevar o potencial produtivo da Instituição, ampliar a produtividade dos trabalhadores, melhorar a comunicação interna e padronizar o conhecimento adquirido. Esta atividade tem como principal fio condutor o Plano Anual de Treinamento.

1.4. Público Alvo

O público-alvo do IBGE é o Governo e a Sociedade em geral, entendidos por tomadores de decisão no âmbito das políticas públicas, e por cidadãos que necessitam conhecer a realidade brasileira e monitorar as ações de políticas públicas que lhes são afetas.

1.5. Parcerias Institucionais

Na área de cooperação interinstitucional, o IBGE deu continuidade a sua atuação no sentido de estabelecer parcerias através de Acordos, Convênios, e Cooperação Técnica, que permitam ampliar a disponibilização de informações, temática ou espacialmente, mediante a elaboração e desenvolvimento de novos estudos e pesquisas e/ou ampliação da cobertura de pesquisas já implantadas, o que vem a contribuir para o aperfeiçoamento da missão institucional do IBGE como órgão nacional de estatística. Estão relacionadas abaixo algumas parcerias estabelecidas no decorrer de 2003.

QUADRO 1 - Principais Organizações Parceiras em 2003

ORGANIZAÇÃO	FORMA DE INTERAÇÃO	FREQÜÊNCIA
Organizações Nacionais		
Associação Brasileira de Estatística - ABE	Acordo	bienal
Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP	Acordo	bienal
Caixa Econômica Federal - CAIXA	Convênio	contínua
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA/PROJ.SIVAM	Contrato	anual
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	Cooperação	anual
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	Acordo	anual
Departamento de Projetos de Ensino Fundamental da Secretaria de Ensino Fundamental/SEF – MEC/FUNDESCOLA	Cooperação	anual
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	Convênio	anual
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	Convênio	bienal
Instituto Pereira Passos - IPP	Convênio	eventual
	Convênio	contínua
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	Acordo de Cooperação	quinquenal
Ministério da Educação - MEC	Convênio	bienal
Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS	Convênio	bienal
Ministério da Saúde - MS	Convênio	anual
	Convênio	bienal
Ministério do Meio Ambiente - MMA	Cooperação	anual
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	Convênio	bienal
Órgãos de Planejamento dos Estados – AL / PE / MA / SE / RN / CE / SC / PR / TO / RR / RO / GO / ES / BA / MS / AP / MG / PB / AC / PA / SP / RJ	Convênio	anual
Secretaria da Receita Federal	Convênio	anual
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/BA	Cooperação	anual
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	Convênio	bienal
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Convênio	anual
Organizações Internacionais		
Fundação Ford	Convênio	bienal
Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF	Acordo	anual
Instituto Interamericano de Estatística - IASI	Acordo	bienal
Organização Internacional do Trabalho - OIT	Convênio	anual

Fonte: IBGE, dezembro de 2003

1.6. Quadro de Pessoal

A Instituição conta atualmente com 7.257 servidores do quadro permanente, 37 nomeados, 4 requisitados de outras instituições públicas e 2.155 contratados por tempo determinado.

Dos servidores que compõem o quadro permanente, regidos pelo Regime Jurídico, verifica-se que 46% são pós-graduados (1,5% doutores, 4,6% mestres e 39,9% possuem cursos de especialização). Apenas 4,2% dos servidores têm curso superior mas não têm curso de pós-graduação e 40,3% completaram o nível médio.

Quanto à distribuição dos trabalhadores contratados por tempo determinado, verifica-se que 93,7% completaram o nível médio e 6,2% têm curso superior. Os nomeados são majoritariamente de nível superior, bem como todos os requisitados.

QUADRO 2 - Pessoal por Situação Funcional segundo o Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	Quadro Permanente			Nomeado (2)	Requisitado	Contrato Temporário	TOTAL	
	RJU(1)	CLT	%				Valor Absoluto	%
Doutorado	110	-	1,5	-	-	-	110	1,2
Mestrado	335	-	4,6	-	-	-	335	3,5
Especialização	2.893	-	39,9	-	-	-	2.893	30,6
Superior (3)	305	-	4,2	34	4	135	478	5,1
Médio	2.927	1	40,3	3	-	2.020	4.951	52,3
Fundamental	669	-	9,2	-	-	-	669	7,1
Alfabetizado sem curso regular	16	-	0,2	-	-	-	16	0,2
Analfabeto	1	-	0,0	-	-	-	1	0,0
Total	7.256	1	100,0	37	4	2.155	9.453	100,0

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE dezembro 2003

(1) Inclui os quantitativos de servidores cedidos.

(2) Sem registro de pós-graduação no SIAPE.

(3) Pessoal com curso superior sem pós-graduação.

Entre os servidores do quadro permanente, 99% pertencem ao Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia - Plano C&T, instituído pela Lei 8.691 de 28 de julho de 1993, enquanto que 1% pertence ao Plano de Classificação de Cargos - PCC.

QUADRO 3 - Servidores do Quadro Permanente por Planos de Carreira e Nível do Cargo

Plano de Carreira	Nível		Total
	Superior	Intermediário	
C&T	1.625	5.563	7.188
PCC	47	22	69
TOTAL	1.672	5.585	7.257

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE dezembro 2003

2.1 Gestão Estratégica

2.1.1 Formulação de Políticas

A existência de informações estatísticas e geográficas públicas, confiáveis e atualizadas é essencial para a consolidação de uma sociedade democrática e indispensável ao aumento da eficiência na concepção, formulação, execução e transparência das políticas públicas.

Ao revelar o estado de suas economias e de suas populações, as informações estatísticas fazem um retrato objetivo do País, promovendo uma relação mais democrática entre governantes e governados. Por essa razão, cabe aos governos democráticos garantir a credibilidade das informações, assegurando condições de autonomia para sua produção com qualidade e credibilidade e preservando-as de qualquer ingerência de ordem política ou conjuntural.

As informações produzidas por instituições oficiais estão mudando muito rapidamente, não só dentro dos países, mas também entre países. Um novo perfil de demanda está levando os órgãos por elas responsáveis a alargarem o âmbito de sua cobertura temática e espacial, atentando-se inclusive para a sua dimensão global. Em resposta a essas mudanças na demanda, e beneficiando-se dos avanços na tecnologia de informação e na tecnologia de comunicação, abre-se a oferta com a emergência de outros órgãos produtores dentro dos países. Com isso, aumenta a necessidade de coordenação, o que reforça a maior presença e essencialidade de um órgão central voltado à produção de informações estatísticas e geográficas públicas.

No Brasil, o IBGE cumpre, há mais de sessenta anos, o papel de órgão central produtor de informações estatísticas e geográficas, retratando com fidelidade a realidade brasileira. A clara consciência dos condicionantes estratégicos, aos quais estará submetido no futuro imediato, coloca para uma instituição com tal perfil diversos desafios, de modo a adequar-se aos novos tempos. Dois desafios, pelo menos, destacam-se nesse processo: primeiro, o conviver com recursos públicos escassos, em meio a uma crise fiscal que vem se agravando já de longa data; segundo, articular-se com novos atores públicos e privados envolvidos na produção e na disseminação de informações. Como os países precisam que tais informações sejam contínuas, abrangentes, estáveis e comparáveis, nacional e internacionalmente, para serem tomadas como bens públicos, urge desenvolver condições que garantam uma contínua oferta de informações, sem as quais a democracia inevitavelmente se enfraquecerá. Para tanto, é crucial que o órgão central de estatística e geografia seja reconhecido e fortalecido politicamente.

Num tal contexto, o IBGE empenha-se no uso de metodologias avançadas no trabalho de campo e no trabalho de análise, lançando mão da melhor tecnologia de informação e da tecnologia de comunicação; amplia sua qualificação como analista de resultados, o que naturalmente requer capacitação técnica e uma sólida e moderna disseminação; também se torna mais ágil no estabelecer de alianças e vínculos de cooperação com outros órgãos produtores e instituições afins, nacionais e internacionais; e mais, empenha-se na garantia de sua independente institucionalização, tendo em seu quadro funcional pesquisadores competentes, consolidando-se como centro de excelência nos espaços nacional e internacional.

É crucial, portanto, fortalecer a oferta de informações georreferenciadas, relativas a espaços e a temas mais desagregados, com diferentes formatos e provenientes de diferentes fontes, o que é especialmente importante em face de uma realidade cada vez mais complexa. Em especial, o IBGE registra o surgimento de uma consciência ambiental, com a consolidação da noção de desenvolvimento sustentável, o que implica a elaboração de novas informações que revelem a relação entre o desenvolvimento econômico e a exploração dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente. O IBGE transforma-se em uma organização intensiva em conhecimento de modo a fazer melhor frente às mudanças. A interação permanente com a sociedade é fundamental, com especial atenção para as mudanças na demanda, cada vez mais diferenciada. Para tanto, a dinamização do Conselho Técnico do

IBGE, como consta em seu estatuto recentemente revisado, assegurará uma ampliação da transparência e articulação com diferentes segmentos significativos da sociedade.

Por fim, consciente da descentralização político-administrativa que vige no País, o IBGE precisa avançar no uso de registros administrativos, em princípio reduzindo os custos de sua produção e da disseminação de informações.

2.1.2. Desdobramento das Estratégias

A amplitude e diversificação das informações produzidas pelo IBGE requerem uma ação coordenada, racional, conseqüente e socialmente relevante. Para tal o IBGE interage com os agentes públicos e elabora, de um lado, as diretrizes básicas que nortearão a sua ação, e, de outro, as informações, capazes de contribuir para a definição de diretrizes compatíveis com o ambiente em que atua.

Cada um dos órgãos específicos singulares e estruturais do IBGE é responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades por eles desenvolvidos, definidos a partir do desdobramento das metas que constituem o Plano Estratégico-PE do IBGE. O Plano em vigor tem como referência o período de 2002-2004, sendo monitorado e avaliado, periodicamente, tanto em relação ao cumprimento das metas, como também quanto às orientações estratégicas.

As políticas institucionais encontram-se refletidas no PE, que aponta os seguintes fatores críticos de sucesso: credibilidade e legitimidade institucional, compromisso com informantes e usuários, atualização tecnológica, excelência na gestão de recursos humanos, compromisso com ensino e treinamento, e gestão estratégica dos recursos. O quadro 4 apresenta um detalhamento destes fatores.

QUADRO 4 - Fatores Críticos de Sucesso

CREDIBILIDADE E LEGITIMIDADE

- . independência técnico-científica da Instituição;
- . garantia do sigilo estatístico por vias legais;
- . existência de metodologias, de padrão internacional, e sua contínua publicização;
- . sistemática cooperação com organismos nacionais e internacionais e a contínua interação com órgãos públicos e privados nacionais;
- . abrangência espacial e temática das atividades da Instituição, garantidas por sua rede de coleta nacional.

COMPROMISSO COM INFORMANTES E USUÁRIOS

- . incorporação de cultura de excelência no atendimento e relacionamento com os informantes e usuários;
- . conhecimento do perfil dos diversos segmentos de clientes e usuários;
- . aferição sistemática da satisfação dos clientes e usuários;

ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

- . utilização da tecnologia de informação como alavanca de transformações nos processos de produção e de disseminação, para o pleno atendimento às demandas dos usuários e clientes;
- . autonomia da atividade de informática nas diversas áreas da instituição, garantindo um adequado suporte ao uso da tecnologia de informação, inclusive no sentido de mantê-la permanentemente atualizada;
- . existência de sistemas de comunicação, dinamizadores dos processos administrativos e estimuladores das relações humanas, viabilizando uma nova cultura de cooperação e interação criativas;
- . incremento na utilização de ferramentas de geoprocessamento / geomática na produção e disseminação de informações estatísticas e geográficas.

EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

- . existência de uma política de recursos humanos, voltada para a motivação, a profissionalização e o comprometimento dos servidores;
- . implementação de ações de valorização e reconhecimento dos servidores, dentre as quais o treinamento, a remuneração e o desenvolvimento profissional;
- . composição adequada quantitativamente e qualitativamente do corpo funcional.

COMPROMISSO COM ENSINO E TREINAMENTO

- . existência de um programa sólido e integrado de treinamento;
- . integração do ensino e da pesquisa com a produção e a disseminação de informações estatísticas e geográficas.

GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

- . compatibilização entre o orçamento-programa e o plano de trabalho, na elaboração e na execução, como apoio à tomada de decisão estratégica;
- . existência de uma sistemática de acompanhamento de projetos e de apropriação de custos, para o estabelecimento de prioridades;
- . aporte dos recursos financeiros, de acordo com a programação financeira previamente estabelecida;
- . suplementação dos recursos orçamentários, por meio de parcerias.

Consciente da necessidade de contar com um sistema integrado de planejamento o IBGE vem realizando estudos que objetivam dar continuidade à linha de construção de orçamento por projeto/atividade a partir da compatibilização dos instrumentos de planejamento disponíveis na Instituição, com o objetivo de obter uma ferramenta integrada e que sirva para atender às diversas necessidades do planejamento, tanto internas, como a elaboração da proposta orçamentária das unidades e sua adequação ao orçamento, quanto externas, como a alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN e atendimento de outras demandas do Governo Federal.

Em 2003, iniciou-se o trabalho de reestruturação do Plano de Trabalho Anual - PTA – instrumento institucional de planejamento que contempla a forma de implementação e os recursos necessários aos projetos e atividades da Instituição a partir das diretrizes estabelecidas no PE, de forma a permitir melhor compatibilização com o orçamento, para transformá-lo em instrumento básico de gestão estratégica.

O IBGE tem procurado estimular a reflexão sobre as políticas institucionais através da criação de comitês consultivos interdisciplinares. Um exemplo bem sucedido foi a implementação da Comissão de Planejamento e Organização Geral de Censos e Contagens da População (CPO), responsável por estabelecer a política geral e as diretrizes para planejamento e organização global das operações relativas aos censos, bem como decidir sobre: a programação orçamentária e desembolso financeiro; o cronograma geral de atividades; e outros assuntos estratégicos relativos às operações.

Na área de Geociências pode ser destacada a estratégia utilizada na otimização de seus processos que, através da formação de acordos e parcerias no âmbito federal e estadual, conseguiu ampliar as informações de caráter territorial e evitar a superposição de trabalhos de mesma natureza e região do País, além de amenizar a escassez de recursos. Foram atingidas melhorias com a descentralização das atividades desenvolvidas por esta área, a partir do aproveitamento das Unidades Estaduais nos trabalhos de aquisição de dados em campo, sendo necessário para isto, infraestrutura, pessoal capacitado e recursos orçamentários.

Nas atividades de coordenação e busca de excelência, o IBGE investiu na gestão de novas formas de institucionalização de parcerias e alianças estratégicas com órgãos produtores de informações, instituições acadêmicas e entidades privadas. Com objetivo de adequar esta prática às reais atividades de produções de informações, principalmente àquelas consideradas essenciais à continuidade desta produção e aos recursos financeiros para a

execução, foram estabelecidas regras, no âmbito de realização das pesquisas estatísticas e geográficas, que direcionaram a tomada de decisão no ato destas parcerias, sendo elas:

- ◆ *Atendimento a atividades de pesquisas únicas em determinado período de tempo*
Tais pesquisas, dependendo de análise prévia metodológica, podem ser objetos de parcerias com órgãos externos, adequando o seu cronograma com o cronograma geral do Programa Básico de Pesquisas da Instituição, desde que haja recursos específicos para sua execução;
- ◆ *Atendimento a atividades de pesquisas suplementares ou pontuais às pesquisas existentes no Programa de Trabalho Básico do IBGE*
Tais pesquisas podem ser agregadas, em determinado período de tempo, às já realizadas pelo IBGE. Neste caso, a instituição tem como exemplo de parceiro nacional o Ministério da Saúde com o Suplemento Saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, e como parceiro internacional a Organização Internacional do Trabalho - OIT, com o Suplemento Trabalho Infantil, nesta mesma Pesquisa, atentando também para a necessidade de recursos extras ao do orçamento da Casa;
- ◆ *Atendimento ao Desenvolvimento de Análise e Estudos*
Tais atendimentos são realizados a partir das informações já produzidas pelo IBGE, como exemplo temos a série “Criança e Adolescentes “ em parceria com a UNICEF;

Além disso, existem parcerias para a prestação de serviços que atendem também à atividade de coordenação da produção de informações como, por exemplo, as parcerias com as Secretarias Estaduais de Planejamento para a produção das Contas Regionais. Nesse caso, fica a cargo do IBGE a disseminação da metodologia, garantindo assim a homogeneidade dos procedimentos, facilitando a produção das Contas Nacionais. Outra parceria com a mesma característica aconteceu com as Secretarias de Planejamentos dos Estados e de alguns municípios sede das capitais, na produção da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF que, dentre outros produtos sobre o tema, servirá de base para a implantação dos Índices de Preços nesses Estados e Municípios.

2.2 Gestão da Qualidade

2.2.1 Histórico da Qualidade

Internacionalmente, observa-se que tem havido discussões e avanços significativos com relação ao gerenciamento e à avaliação da qualidade nas organizações de estatística. Uma grande quantidade de eventos com esse objetivo ocorreu nos últimos três anos, com participação do IBGE na maioria deles, podendo-se destacar:

- ◆ *Statistical Quality Seminar* – organizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo *Korea National Statistical Office*, realizado de 6 a 8 de dezembro de 2000, em *Cheju*, na Coréia.
- ◆ *The International Conference on Quality in Official Statistics* - Estocolmo - Suécia, de 11 a 15 de maio de 2001, organizado pelo *Eurostat e Statistics Sweden*.
- ◆ *Symposium on Methodological Issues in Quality Management* - Canadá, de 17 a 19 de outubro de 2001, organizado pelo *Statistics Canada*.
- ◆ Congresso do *International Statistics Institute - ISI - The 53rd International Statistical Institute Session*, realizado em Seul, na Coréia, de 22 a 29 de agosto de 2001, contou com a sessão *Quality Programs in Statistics Agencies*, organizada por *Gordon Brackstone*, do *Statistics Canada*.
- ◆ *OECD/IMF Workshop on Assessing and Improving Statistical Quality* - realizado em Paris, de 05 a 07 de novembro de 2003, organizado pela OECD - *Organization for Economic Co-Operation and Development* e FMI - Fundo Monetário Internacional.

Nestes eventos estiveram presentes dirigentes, metodologistas, gerentes de produção de pesquisas, gerentes de qualidade das pesquisas e usuários de estatísticas oficiais, onde foram apresentados artigos e discussões que representam o pensamento mundial corrente quanto às questões de qualidade no campo das estatísticas oficiais, cobrindo os mais variados aspectos de qualidade na produção e análise das informações.

O IBGE, incluiu no Programa Anual de Treinamento 2003, o Curso Gerencial “Introdução à Gestão da Qualidade em Institutos de Estatística”, ministrado por consultoras do Instituto Nacional de Estatística-INE de Portugal. O referido curso contou com a participação de 52 chefias e gerentes e foi organizado com o objetivo de propiciar ao corpo gerencial o conhecimento de conceitos e princípios básicos de um sistema de gestão da qualidade; de instrumentos utilizados no controle e na medição da qualidade; de experiência do INE-Portugal na implementação do seu sistema de gestão da qualidade e no seu envolvimento no sistema estatístico europeu.

Em novembro de 2003, o IBGE participou do *Workshop* promovido pela OECD e pelo FMI, em Paris, sobre o tema “*Assessing and Improving Statistical Quality*”, no qual foram apresentados os pontos de vista e as iniciativas relacionadas aos aspectos de qualidade implementadas no IBGE.

É importante mencionar a consecução do planejamento de um Sistema de Indicadores de Qualidade, desenvolvido no âmbito do estudo metodológico do Convênio de Cooperação Estatística União Europeia - Mercosul e Chile, já encerrado. Em 2003, foi iniciado o desenvolvimento desse Sistema para Aplicação no IBGE, de forma integrada ao Banco de Metadados, com implantação prevista para 2004.

Outras ações relacionadas com a gestão da qualidade foram realizadas em 2003 e referem-se à sensibilização e motivação do pessoal através da capacitação (seminários internos, congressos internacionais e visitas técnicas), à realização de pesquisas de satisfação dos usuários, além de uma alteração estrutural no IBGE, a fim de explicitar responsabilidades relacionadas com o sistema de indicadores de qualidade.

2.2.2 Fundamentos da Qualidade

Cabe destacar algumas iniciativas que o IBGE vem adotando em prol da qualidade, identificando-as em função dos fundamentos de um necessário sistema de acompanhamento da evolução desta diretriz institucional, tais como:

A) Relevância

Embora não haja nenhum ato legal ou mecanismo formal que defina o programa de trabalho para o IBGE como órgão nacional de estatística, novos temas vêm sendo incluídos em pesquisas existentes ou em novas pesquisas, por demandas de órgãos específicos responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas.

Uma forma de garantir a relevância das estatísticas produzidas pelo IBGE é a instituição de comitês consultivos sobre temas de particular importância, discutindo-se questões tanto conceituais como metodológicas, e auxiliando na definição de prioridades. A experiência dos comitês contribui com orientações substantivas, uma melhor compreensão das reais necessidades dos clientes e usuários, além de trazerem prestígio e credibilidade à Instituição.

B) Pontualidade

Em relação a esse princípio, vêm acontecendo avanços constantes nos últimos quatro anos, o que é comprovado pela disponibilização ao usuário, sempre ao final de cada exercício, na página do IBGE na internet, dos calendários de divulgação de resultados de pesquisa já para o ano subsequente. Em um dos calendários são apresentadas as datas de divulgação de resultados de pesquisas anuais e especiais, e no outro as das pesquisas mensais e trimestrais com precisão de hora da liberação dos resultados.

Devido aos poucos ajustes feitos no calendário de divulgação das pesquisas anuais e especiais (bimestre de liberação dos dados), constata-se que o planejamento de divulgação e os esforços em manter a pontualidade tornou-se um aspecto de qualidade das pesquisas.

O calendário das pesquisas mensais e trimestrais é disponibilizado também na página do Special Data Dissemination Standards SDDS do Fundo Monetário Internacional - FMI.

C) Interpretabilidade / Clareza

Desde a inscrição do Brasil, em 2001, no SDDS/FMI, os metadados para as principais estatísticas econômicas, atualizadas a cada ano, encontram-se disponíveis na página do FMI na internet. Além disso, cabe destacar que as informações metodológicas resumidas para alguns dados específicos (incluindo Contas Nacionais, índices de produção, mercado de trabalho: emprego, desemprego e rendimento, índices de preços e população) são fornecidas pelo IBGE.

Há algum tempo vem sendo desenvolvido o projeto do Banco de Metadados com o objetivo de agrupar e tornar disponíveis os metadados de cada pesquisa e de cada registro administrativo. Até o momento seu acesso está limitado à rede informatizada interna do IBGE, mas é intenção torná-lo disponível na página do IBGE na internet. Além disso, encontra-se em fase de planejamento um relatório com os indicadores de qualidade para cada pesquisa ou registro administrativo, para ser implementado de forma integrada ao Banco de Metadados.

D) Revisão de Estimativas

A qualidade das estimativas previamente publicadas reside na precisão que elas apresentam. Considerando que fatores como mudanças metodológicas, erros detectados, novos dados e/ou dados mais completos podem comprometer a qualidade desta precisão, o IBGE procede e publica as revisões para algumas das estatísticas produzidas.

Índice de Produção Industrial: os indicadores divulgados regularmente estão sujeitos a revisões devido à correção de dados primários, voltando até o primeiro mês do ano que precede o ano de referência da informação.

Contas Nacionais Trimestrais: revisadas a cada trimestre para refletir as revisões de dados fornecidos pelos informantes, as novas ponderações e, algumas vezes, algum aperfeiçoamento metodológico pode ocorrer no terceiro trimestre, quando ficam disponíveis os resultados preliminares da Contas Nacionais Anuais.

Pesquisa Mensal de Emprego: a última revisão metodológica completa foi introduzida em setembro de 2001. Uma nova pesquisa, com uma nova amostra selecionada, foi realizada por meio de coleta paralela com a pesquisa corrente, no período de outubro de 2001 a dezembro de 2002. Em dezembro de 2002, foram divulgadas séries comparativas das duas pesquisas, a antiga e a nova, juntamente com o relatório descritivo das alterações metodológicas implantadas na nova pesquisa e os correspondentes impactos nos resultados. Publicou-se também documento da série Relatórios Metodológicos apresentando a atualização da descrição da metodologia da pesquisa, considerando as revisões da pesquisa. As mudanças na metodologia da pesquisa foram anunciadas ao público em julho de 2002 por meio de mensagem disponibilizada na página do IBGE na internet. A partir de janeiro de 2003, a série antiga foi descontinuada e atualmente apenas os indicadores da pesquisa com a nova metodologia estão sendo produzidos.

Para as demais pesquisas e indicadores, a regra é anunciar as possíveis alterações metodológicas, pelo menos um mês antes que elas sejam divulgadas, por meio de mensagem disponibilizada na página do IBGE na internet.

E) Custo-eficiência

Um exemplo é a implantação do projeto Sistema de Informações Gerenciais da Rede de Coleta – SIGA-Rede, com a disponibilização do seu módulo “Orçamento” a todas as Unidades Estaduais, em janeiro de 2003, permitindo uma expressiva mudança nos procedimentos de solicitação de recursos orçamentários. Este procedimento, por tornar-se *on-line*, veio dinamizar o acompanhamento do atendimento à Rede de Coleta em suas necessidades de recursos para a realização da coleta mensal de dados para as diversas pesquisas.

É preciso reconhecer que houve avanços significativos no IBGE. No que se refere às questões de qualidade da produção de informações, o IBGE vem utilizando metodologias comparáveis com as melhores práticas internacionais, buscando a adoção de métodos e técnicas apropriadas, modernas e de baixo custo para a realização das etapas de coleta, entrada de dados, codificação, crítica, imputação, estimação e disseminação.

2.3 Gestão da Imagem e do Relacionamento com o Cidadão- Usuário

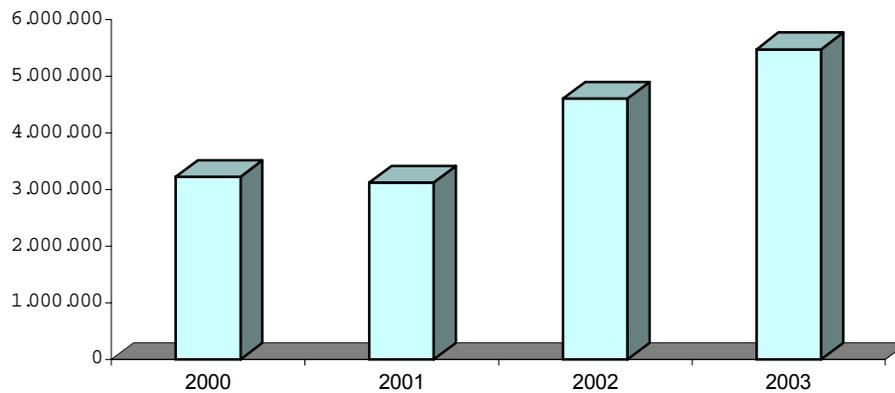
Conhecer cada vez mais a sociedade brasileira em suas necessidades de informações é uma tarefa que o IBGE vem aprimorando, com vistas à oferta do produto adequado, resultado do estreitamento entre a organização e o cidadão-usuário .

Dentre os resultados desse estreitamento, pode-se citar a disponibilização facilitadora das informações produzidas pelo IBGE em meios e formas acessíveis aos diversos segmentos usuários, gerando-se, assim, canais de comunicação reconhecidos, expressiva e freqüentemente utilizados por esses segmentos, como meios impresso e digital, publicações e bases de dados.

Através da internet, de bibliotecas, de livrarias, de lojas virtuais, de centro de atendimento-0800 e de correspondência, o IBGE oferece um riquíssimo acervo de informações com mais de 50 mil monografias, 1.150 títulos de periódicos, 20 mil mapas e cartas, 100 mil documentos legislativos sobre a divisão territorial do Brasil, 110 mil fotografias e os resultados de aproximadamente 50 pesquisas e estudos conjunturais, econômicos, sociodemográficos e geocientíficos.

O número de atendimentos à sociedade vem aumentando significativamente, conforme demonstrado no gráfico 1. As demandas solicitadas por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas do IBGE, incluindo o auto-atendimento no portal do IBGE na internet, passam de cerca de 3 milhões de atendimentos no ano de 2000 para cerca de 5 milhões de atendimentos no ano de 2003.

GRÁFICO 1. Número de Atendimentos realizados pelo IBGE



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, 2003

O IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações, devido, principalmente, à grande oferta de informações encontrada em seu portal na internet. Ampliando suas ações com o foco no cliente, o IBGE, em 2003, realizou duas pesquisas de satisfação dos usuários que procuraram as suas bibliotecas e livrarias dos centros de atendimento nas capitais dos estados brasileiros. A pesquisa está inserida no Programa de Qualidade no Serviço Público, e objetiva avaliar a qualidade dos serviços públicos pela percepção do cidadão enquanto usuário desses serviços, e orientar o gestor público sobre as melhorias prioritárias.

As expectativas quanto aos indicadores de atendimento mostra que essas têm sido superadas, o que tem facilitado o planejamento nacional e o esclarecimento da população. Desta forma, o IBGE contribui de maneira decisiva para o compromisso de governo de "promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia". Vale destacar que, com o seu portal na internet, o IBGE ganhou, pela terceira vez consecutiva, o Prêmio IBEST nas categorias "Júri Popular" e "Academias".

Cabe também citar que o IBGE, na busca permanente da melhor interação com o cidadão-usuário, abriu novos segmentos dos quais a Instituição se tornou parceira. Atualmente, tanto o segmento infantil e jovem, quanto os portadores de deficiência visual ganharam um espaço no portal do IBGE na internet onde podem obter, segundo suas necessidades e limitações, e com a mais atualizada tecnologia, as informações objeto de seus interesses.

No que concerne à coleta de informações que compõem as pesquisas e estudos, pode-se dizer que é apoiada em bases de credibilidade, sigilo (Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968) e confiabilidade; a colaboração do público-alvo das pesquisas, na prestação dessas informações, possibilita a elaboração de estatísticas e de indicadores sínteses, na forma de produto institucional disseminado e, portanto, disponível para uso público.

No atendimento à demanda por microdados das pesquisas da área econômica e do universo do Censo Demográfico – sob restrição para liberação de uso, o IBGE, em sua política de interação com a sociedade, institui comitês para avaliar a relevância dos projetos de pesquisadores não pertencentes à Instituição. Constatada e comprovada por esses comitês a necessidade da utilização da base de dados de microdados não disponíveis para uso público, o IBGE disponibiliza condicionalmente tais informações – sob assinatura de termo de compromisso de sigilo e utilização somente para fins estatísticos. A abertura de mais este segmento vem colaborar para o fortalecimento da imagem da Instituição - produtora de informações fundamentadas na credibilidade e integridade, e aceitas nacionalmente pela confiança pública.

Ademais, em 2003, o IBGE promoveu treinamentos para a imprensa, na forma de cursos sobre as pesquisas que sofreram reformulações em suas metodologias, novas pesquisas que passaram a integrar o *portfolio* de trabalhos da Casa, além das demais pesquisas onde se verificou a necessidade de maiores esclarecimentos. Os treinamentos foram oferecidos, em sua maioria, nas principais capitais que integram o serviços de comunicação do País: Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. O resultado desse trabalho é a imagem do IBGE cada vez mais fortalecida e compreendida pela sociedade. Atualmente, a mídia consegue explicar, de maneira clara e facilitadora, todos os trabalhos realizados. Consequentemente, a inserção de informações produzidas pelo IBGE tornou-se cada vez mais freqüente nas notícias veiculadas pela imprensa.

O quadro a seguir apresenta os principais canais de veiculação dos produtos do IBGE, discriminando sucintamente o conteúdo e o segmento usuário.

QUADRO 5 - Principais canais de relacionamento do IBGE com o Cidadão-Usuário

CANAL	CONTEÚDO	SEGMENTO
Portal na Internet		
Banco Multidimensional de Estatística – BME (1)	Dados desagregados das pesquisas institucionais	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA	Dados agregados das pesquisas institucionais	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
IBGE 7 a 12 ANOS	Informações estatísticas e geográficas e jogos de caráter educativo	Jovens na faixa etária de 7 a 12 anos; Professoras e orientadores educacionais
IBGE Teen	Informações estatísticas e geográficas e jogos de caráter educativo	Adolescentes Professoras e orientadores educacionais
IBGE modo TEXTO	Principais indicadores conjunturais, dados do Censo 2000, principais pesquisas	Portadores de deficiência visual
Cidades@	Informações sobre os municípios brasileiros	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Servidor de Mapas	Consulta, visualização e impressão de mapas temáticos	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral,
Estatísticas do Século XX	Tabelas para <i>download</i> com estatísticas populacionais, sociais, políticas, culturais e econômicas	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Loja Virtual (2)	Aquisição de publicações e sistemas ; de serviço de assinaturas de bancos de dados	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Correio eletrônico (3)	Demandas específicas e esclarecimentos sobre produtos do IBGE	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Outros Canais		
Livrarias do IBGE e privadas (4)	Publicações do IBGE Pesquisas, estudos, mapas, cartas, e outros	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Bibliotecas	Publicações do IBGE Pesquisas, estudos, mapas, cartas, e outros	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Centro de Atendimento 0800 (5)	Esclarecimentos sobre produtos do IBGE	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral,
Telefonia celular (6)	Indicadores conjunturais, estimativas da população, e outras informações atualizadas no instante da divulgação	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Correspondência	Publicações do IBGE Pesquisas, estudos, mapas, cartas, e outros.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Salas de acesso restrito	Microdados não disponíveis ao uso público	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral

(1) Acesso pago pelo usuário

(2) A Loja Virtual é responsável por cerca de 47% das vendas em todo o País

(3) webmaster@ibge.gov.br ou ibge@ibge.gov.br

(4) Atualmente existem 29 livrarias do IBGE em todo o território nacional, e convênios firmados com 79 livrarias privadas

(5) Centro de Atendimento : 0800-218181

(6) Telefonia celular – tecnologia WAP – acesso por telefone celular wap.ibge.gov.br

2.4. Gestão da Informação

1. 2.4.1 Comunicação Interna

A agilidade e a amplitude de alcance da comunicação interna são premissas fundamentais para que o IBGE cumpra sua missão institucional. Assim, além de reuniões sistemáticas que ocorrem no dia-a-dia das equipes constituídas, para facilitar o fluxo de comunicação e estimular a participação de servidores dos diferentes níveis hierárquicos no processo decisório institucional, o IBGE vem utilizando arranjos organizacionais mais flexíveis, como comissões, comitês e grupos de trabalho, que garantem o adequado saneamento de possíveis disfunções estruturais.

Destacam-se alguns grupos formais existentes na instituição, tais como a Comissão de Planejamento e Organização Geral dos Censos, que através de reuniões periódicas acompanha o desenvolvimento das atividades censitárias, decidindo sobre questões estratégicas e orientando o andamento dos trabalhos; o Comitê de Coordenação de Treinamento responsável pela definição dos programas anuais de treinamento; o Comitê de Gestão de Pessoas que tem por finalidade propor políticas e práticas voltadas para a geração de ações que, dentre outras, contribuem para a capacitação, o desenvolvimento profissional, o reconhecimento, a valorização, a qualidade de vida, a segurança e o bem-estar dos servidores da Instituição; o Comitê de Acompanhamento das Unidades Estaduais, dentre outros.

Além disso, o IBGE possui um sistema de comunicação e informação em rede, que permite aos seus servidores terem acesso às informações institucionais a se comunicarem, a otimização e automação do fluxo de trabalho e a diminuição do trâmite de documentos. Esse sistema permite a utilização do correio eletrônico (e-mail), a navegação na WEB (internet e intranet) e a consulta a bancos de dados.

Ao longo dos últimos anos houve significativa modernização na intranet do IBGE, de tal modo que, hoje, além do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, a Presidência e cada uma das Diretorias possuem sua página específica, tendo como conteúdo não somente notícias, mas também legislações pertinentes a cada área temática, instruções para procedimentos internos, disseminação de textos técnicos, tornando a consulta à página uma prática necessária ao desenvolvimento de atividades rotineiras e ao processo de tomada de decisão.

O Clipping Eletrônico é uma outra forma de veicular informação na rede do IBGE, cujo objetivo é disseminar, em nível nacional, as notícias impressas divulgadas nos jornais e revistas do Brasil e do exterior, visando informar todos os servidores a respeito da evolução e importância dos temas afetos às atividades exercidas pelo IBGE.

Outra ferramenta interna utilizada como meio de comunicação, entre a direção e seus servidores, é o Boletim Informativo - B.I., que objetiva a divulgação de assuntos de interesse geral / institucional.

No momento está sendo constituído o Grupo de Trabalho para dar continuidade à implementação da Rede Corporativa do IBGE, com a finalidade de integrar e normalizar os serviços de comunicação de dados e os serviços de comunicação de voz, bem como regulamentar o uso desses serviços, buscando a otimização dos processos de trabalho no IBGE.

Um dos destaques na área de comunicação foi a criação de Central de Atendimento, na Intranet, destinada a solucionar problemas internos relacionados com os serviços de informática da Organização, registrando através de formulário eletrônico a solicitação desses serviços. Com o registro formal e o acompanhamento, o atendimento pelas áreas prestadoras tornou-se mais dinâmico e eficaz, além de promover uma maior integração entre as áreas.

2. 2.4.2. Sistemas Gerenciais

O IBGE utiliza alguns sistemas gerenciais que facilitam os processos de tomada de decisão, entre os quais podem ser destacados:

A) Sistemas Institucionais

O Sistema de Informações Gerenciais – SIGER busca auxiliar os gerentes no processo de tomada de decisão, contendo informações sobre os recursos humanos, materiais e orçamentários. No segmento sobre os recursos humanos estão disponíveis informações sobre o quadro de servidores do IBGE – número de servidores, escolaridade/titulação, tempo de serviço público, e evolução salarial. No segmento de recursos materiais é possível obter dados sobre todos os imóveis (próprios, cedidos e alugados) e veículos, bem como os gastos anuais realizados com a manutenção. Já no segmento de orçamento, estão disponíveis informações consolidadas das solicitações de suprimento de fundos realizadas

pelas diferentes unidades da instituição, como também informações sobre a execução orçamentária do IBGE, segundo os principais itens de despesas e gastos com custeio por gestor.

O Banco de Dados Administrativos – BDA é um conjunto de sistemas informatizados que auxilia na racionalização de algumas atividades administrativas a partir do qual são emitidos relatórios gerenciais e operacionais. Os principais itens são: almoxarifado, bens móveis, bens imóveis, protocolo, recursos humanos (servidor, dependente, inativo), e veículos. Estão sendo desenvolvidos outros sistemas a serem agregados ao BDA, tais como diárias, suprimento de fundos e contratos.

O Sistema Informatizado de Atos Deliberativos do IBGE – SIAD, é o sistema utilizado para a divulgação de todos os atos deliberativos (resoluções, portarias e ordem de serviço) das diversas instâncias estratégicas e técnicas do IBGE.

Com a delegação de autonomia na gestão financeira para as Unidades Estaduais, nas 27 Unidades da Federação, e seguindo a ótica da melhoria dos processos finalísticos, no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos orçamentários para atender ao levantamento de informações, foi implantado o Sistema Gerencial de Acompanhamento da Rede de Coleta - SIGA-Rede, que integra três temas gerenciais: o acompanhamento físico, o orçamentário e a carga de trabalho das pesquisas que constam do cronograma de coleta anual. Tal sistema é um gerenciador que permite não só o atendimento dos recursos necessários, como também, devido à transparência nas informações, a tomada de decisão da direção superior.

B) Sistemas Federais

O IBGE utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, para os registros de documentos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, através do acesso on-line. A operação do referido sistema, se dá de forma descentralizada nas 27 Unidades Estaduais do IBGE, sendo supervisionada e orientada pela Unidade Central.

Na obtenção de informações, o IBGE utiliza, também, o Contas a Pagar e Receber - CPR - que é um subsistema do SIAFI desenvolvido de forma a otimizar o processo de programação financeira dos órgãos/entidades ligadas ao Sistema, proporcionando informações em nível analítico e gerencial do fluxo de caixa. Através do SIAFI gerencial é possível efetuar consultas e gerar relatórios, e a tomada de decisão se processa através do acompanhamento da execução contábil, orçamentária e financeira.

Como ferramenta de apoio à gestão do Plano Plurianual - PPA, o IBGE utiliza o Sistema de Informações Gerenciais – SIGPLAN, que vem a ser o elo entre o Programa, o gerente, a supervisão e os demais agentes envolvidos no PPA. O Sistema reflete as características do modelo de gerenciamento, quais sejam: a orientação para resultados, a desburocratização, o uso compartilhado de informações, o enfoque prospectivo e a transparência para a sociedade. Além disso, o Sistema organiza e consolida informações para a emissão periódica de relatórios de situação, contendo principalmente os resultados alcançados e a evolução física e financeira de cada Programa.

É através do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE que o IBGE processa automaticamente a folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas. A partir de janeiro de 2002, o IBGE passou a operar também o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos/Cadastro – SIAPcad. Do total de Unidades do IBGE, 11 operam no SIAPE como Unidades Pagadoras – UPAGs, localizadas nos estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro (2 unidades), Rio Grande do Sul e São Paulo.

Através da disponibilidade de informações confiáveis e atualizadas extraídas da fita-espelho do SIAPE, o IBGE elabora relatórios gerenciais necessários à reformulação de políticas e diretrizes de Recursos Humanos e gera arquivos para a elaboração das folhas de ponto e atualização dos sistemas internos - Banco de Dados Administrativo - BDA e Sistema de Informações Gerenciais - SINGER, entre outros.

No Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, o IBGE registra seus documentos e efetua consultas on-line. Este sistema permite que a Instituição cadastre todos os servidores que irão efetuar os devidos registros, inclusive fornecendo senhas. Nas contratações de serviços e aquisições de bens e equipamentos para atendimento à infraestrutura e suporte operacionais de suas Unidades, o IBGE utiliza o portal COMPRASNet, onde são visualizadas e efetivadas as aquisições desde a mais simples compra direta até os grandes e vultosos pregões.

A utilização do SIASG e do portal COMPRASNet se dá de forma descentralizada, com operação em 23 (vinte e três) Unidades do IBGE. A dificuldade encontrada na sua utilização, no momento, está na emissão de relatórios fundamentais à gestão dos documentos que são registrados, como por exemplo: os contratos e os cronogramas.

Visando garantir a atualização, a consistência, e a qualidade das informações institucionais, o IBGE consulta permanentemente a legislação afeta às atividades de cada área, no Diário

Oficial da União - DO, na internet nos portais do Governo Federal e, quando necessário, apresenta sugestões visando a sua adequação às normas internas, fazendo parte também do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, recebendo e trocando informações.

Em que pese a importância e utilidade desses instrumentos para a gestão da informação, é reconhecida a necessidade de ações, visando a integração do mesmo, para que haja maior eficiência, eficácia e economicidade da gestão institucional, tendo em vista a abrangência temática e espacial do IBGE.

2.5. Gestão Operacional/Finalística

2.5.1 Programa de Trabalho

As atividades desenvolvidas pelo IBGE são de fundamental relevância para a consecução do Plano Plurianual do Governo Federal, uma vez que as informações produzidas subsidiam a formulação do planejamento estratégico nacional de médio e longo prazos, a avaliação dos impactos socioeconômicos de programas de governo, os estudos especiais em apoio às definições de políticas públicas, o acompanhamento sistemático da conjuntura econômica e a realização de estudos e pesquisas socioeconômicos, demográficos e ambientais.

Ademais, no contexto das orientações gerais que vêm norteando as ações governamentais, o IBGE vem continuamente desenvolvendo esforços no sentido de avançar na qualidade de seu trabalho, com transparência em suas ações e modernização de seus processos para o melhor atendimento às demandas, tanto governamentais quanto da sociedade em geral.

A seguir é descrita a produção do IBGE ao longo do exercício de 2003, referente às atividades dos programas institucionais, às ações do IBGE desenvolvidas nas áreas de formação e modernização tecnológica, bem como de atuação do IBGE em parceria com outras organizações, e sua participação em eventos nacionais e internacionais.

A) Informações Estatísticas e Geográficas

Em 2003, foram mantidas as ações regulares de produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas conjunturais, estruturais, e de análises geográficas e ambientais.

No que diz respeito às pesquisas conjunturais, fundamentais para as ações governamentais a curto prazo, transcorreram de acordo com a programação mantendo-se o quantitativo de resultados previstos para o exercício de 2003.

Na área de informações econômicas, com relação à indústria, cabe ressaltar a entrada em campo da nova Pesquisa Industrial Mensal – PIM-PF, que tem como base o novo Sistema de Estatísticas Econômicas e incorpora uma ampla revisão do painel de informantes e de produtos. Durante 2003, a coleta foi realizada concomitante com a PIM-PF tradicional com vistas, principalmente, a permitir a continuidade da série sem interrupção da divulgação dos dados conjunturais sobre a indústria. A divulgação de resultados dessa nova versão da pesquisa tem como meta o mês de abril de 2004, com informações referentes ao mês de fevereiro do referido ano. Essa revisão propiciou, também, as condições de ordem técnica e metodológica necessárias para que se iniciasse o planejamento da Pesquisa de Preços ao Produtor, para o cálculo do Índice de Preços ao Produtor - informação nova a ser produzida pelo IBGE.

No decorrer do 2003 foi realizada a primeira coleta da Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC revisada, tendo como referência o ano de 2002. O principal objetivo dessa revisão foi a redefinição de variáveis e a ampliação do âmbito da pesquisa, visando aumentar o grau de representatividade do setor, contemplando, ainda, a modernização da operacionalização do levantamento de informações, a exemplo da introdução de questionário eletrônico – preenchido via internet. A divulgação dos resultados está prevista para o primeiro semestre de 2004.

É importante mencionar o planejamento de mais uma Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica - PINTEC que irá a campo em 2004, tendo 2003 como ano de referência das informações. Assim como a primeira PINTEC, realizada em 2001 / 2002 e cujos resultados foram divulgados em 2002, a nova PINTEC conta com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O objetivo fundamental é mensurar o volume de recursos financeiros e humanos destinados às atividades de pesquisa, com o propósito de dimensionar o esforço da indústria brasileira em promover a inovação tecnológica. O cruzamento das informações da PINTEC com as que compõem o levantamento anual sobre a estrutura produtiva da indústria (Pesquisa Industrial Anual / PIA – Empresa), torna-se possível graças a uma base metodológica comum, o que permite a construção de indicadores comparativos de empresas inovadoras face às demais empresas. A realização periódica dessa pesquisa é imprescindível para que se possa acompanhar o comportamento e a evolução da inovação tecnológica da indústria no Brasil, construindo-se indicadores do processo de inovação na indústria brasileira relevantes aos formuladores de

política, no sentido de facilitar o desenho, a implementação, a avaliação e o aprimoramento de iniciativas públicas que orientem as estratégias empresariais.

Especificamente sobre o setor de serviços e de comércio, foi disponibilizada uma gama maior de dados, visto que a realização de levantamento mais detalhado das atividades do comércio varejista em todas as unidades da federação por meio da Pesquisa Mensal de Comércio – PMC, que permite um acompanhamento mais refinado do comportamento do comércio no curto prazo. Ademais, foram divulgados, em 2003, novos resultados provenientes de estudos realizados a partir da Pesquisa Anual de Serviços – PAS e da Pesquisa Anual de Comércio – PAC.

Com relação à PAS, foram divulgados os suplementos de Produtos e Serviços, referentes a 2000 e 2001 trazendo, pela primeira vez, resultados do levantamento dos produtos e serviços das atividades de transportes, de telecomunicações, de informática e de serviços audiovisuais. Com base nos resultados da PAS e da PAC, foi divulgado o “Estudo Especial sobre Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços”.

Foram também disponibilizados os resultados da Pesquisa sobre Meios de Hospedagem, realizada no Estado do Rio de Janeiro e resultante do projeto sobre Estatísticas de Oferta Turística - desenvolvido com apoio da União Européia, no âmbito do Convênio de Cooperação Estatística União Européia, Mercosul e Chile. Esta foi uma pesquisa-piloto que teve caráter censitário e investigou os estabelecimentos turísticos de hospedagem no Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer sua estrutura operacional e seu funcionamento. O papel de relevância do setor turístico na economia brasileira, tanto na geração de divisas e empregos, quanto na alavancagem do processo de desenvolvimento conjugados com a carência de estatísticas que permitam mensurar sua estrutura em níveis nacional e regional, impulsionará a realização, a partir dessa pesquisa-piloto, de estudos para a elaboração de pesquisa em âmbito nacional, cujas informações irão futuramente complementar a PAS.

Acerca do Sistema de Contas Nacionais, cuja construção deverá estar concluída em 2005, o novo ano-base será o de 2000, substituindo o de 1999 – então previsto. Essa alteração permitirá o aprimoramento dos resultados das Contas Nacionais devido, dentre outros fatores, à possibilidade de introdução de novas fontes de informação na construção do ano-base (como a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, o Censo Demográfico 2000, a Pesquisa Anual de Serviços / PAS - Produto 2000) à melhoria de qualidade das pesquisas econômicas no ano 2000 - consequência do aprimoramento do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE; e à estabilidade econômica no ano 2000.

Ainda no âmbito das Contas Nacionais, foi iniciado o planejamento do projeto de Conta Satélite de Turismo, que vem a ser um mecanismo estatístico criado com a finalidade de verificar a real participação do setor de turismo na formação econômica de um país, seja por meio da sua participação na composição do Produto Interno Bruto - PIB, seja pela incidência do setor em outros segmentos econômicos. Portanto, a exemplo do que já ocorreu em diversos países, a implantação no Brasil da Conta Satélite de Turismo contribuirá para dimensionar a real influência do setor na economia nacional, oferecendo dados que permitirão mensurar as riquezas geradas pela indústria do turismo e compará-las com as de outros setores produtivos. Para apoiar esse projeto foi assinado um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Turismo e a EMBRATUR, para o desenvolvimento de ações destinadas à elaboração da metodologia para a Conta Satélite de Turismo, conforme as recomendações da Organização das Nações Unidas – ONU e da Organização Mundial de Turismo - OMT, e compatível com o Sistema de Contas Nacionais do País.

No contexto do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, foram divulgadas, pela primeira vez, as Contas Econômicas Trimestrais com dados da Renda Nacional Bruta, da Renda Disponível Bruta, da Poupança Bruta e da Necessidade ou Capacidade de Financiamento da Economia Brasileira. Cabe observar que até o exercício de 2002 somente os dados do PIB a preços de mercado, em volume e em valores correntes, eram disponibilizados. Além disso, foi também divulgada a Conta Financeira da Economia Nacional, trabalho esse realizado em parceria com o Banco Central do Brasil.

As Contas Regionais ganharam uma nova vertente com a conclusão da proposta metodológica do Produto Interno Bruto / PIB Municipal, realizada em conjunto com órgãos estaduais de estatística. A publicação da proposta, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de metodologias comparáveis de cálculo para elaboração do PIB Municipal, estará sendo divulgada em 2004.

Quanto às informações de natureza sociodemográfica, destacam-se a divulgação da Síntese de Indicadores Sociais 2002, elaborada, principalmente, a partir dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Esse trabalho apresenta um significativo conjunto de indicadores, abrangendo vários temas, com alguns dados comparativos entre 1992 e 2001. Em 2003 foram incluídos capítulos específicos sobre os seguintes temas: casamentos, separações e divórcios; mulher; e trabalho de crianças e adolescentes.

No âmbito do conhecimento do mercado de trabalho do País, cabe destacar a divulgação dos resultados do Suplemento sobre Trabalho Infantil, que foi realizado junto à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001. Esse Suplemento, realizado em

parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, investigou com maior profundidade características de educação e trabalho para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, divulgando resultados para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

O levantamento de informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF foi concluído em julho de 2003. Essa pesquisa, além de permitir a atualização da cesta de consumo com vistas à obtenção de estruturas de ponderação para os índices de preços ao consumidor e à mensuração da parcela de consumo em Contas Nacionais e Contas Regionais, constitui-se em importante fonte para estudos relativos às condições de vida da população e aspectos relacionados à nutrição. Destaca-se na nova POF, em relação à última - 1995/1996, a ampliação de sua abrangência, que passou a ser nacional, fornecendo informações não só para as regiões de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC (Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, e mais Goiânia e Distrito Federal), mas também para o Brasil, Grandes Regiões (área urbana e rural), Unidades da Federação (área urbana) e Municípios das Capitais (área urbana). Além disso, investigou novas questões relevantes para os estudos sobre condições de vida. A divulgação dos primeiros resultados ocorrerá em abril de 2004.

A disponibilidade de estruturas de ponderações atualizadas e nacionais a partir da nova POF 2002/2003, e a modernização tecnológica no âmbito do Projeto de Ampliação e Revisão do SNIPC introduzirão aprimoramentos significativos nos Índices de Preços ao Consumidor. As primeiras etapas do projeto começaram a ser implementadas ainda em 2003, e, gradativamente, no decorrer de 2004 serão incorporadas ao SNIPC novas áreas de pesquisa. Ao final da implantação, prevista para o ano de 2005, o SNIPC estará disponibilizando Índices de Preços ao Consumidor, metodologicamente revisados, abrangendo cada estado brasileiro e o Distrito Federal, além do indicador para o Brasil. O espalhamento da amostra da pesquisa, feita de acordo com critérios de amostragem probabilística de estabelecimentos comerciais, garantirá a representatividade dos índices para cada estado, para o Distrito Federal e, conseqüentemente, para o indicador nacional.

No que diz respeito às Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, destacam-se o desenvolvimento do Banco de Dados Georreferenciados de Recursos Naturais a partir da atualização sistemática de textos e cartas dos temas de geologia, vegetação, geomorfologia, solos, recursos hídricos e climas e a análise das informações sobre a organização do território - subsídio fundamental às atividades de planejamento e ao atendimento às demandas de informações espaciais.

Dentre os trabalhos produzidos, ressaltam-se, entre outros, a conclusão do maior Banco de Dados da Amazônia Legal com informações físicas, bióticas e socioeconômicas; mapas de solos e clima do Brasil; disponibilização de 222 cartas temáticas sobre geologia, geomorfologia, solos e vegetação, sendo 192 cartas temáticas resultantes do contrato com a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - CISCEA / Ministério da Aeronáutica - administradora do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, bem como o trabalho de atualização/revisão dos mapas da "Fauna Ameaçada de Extinção", "Unidades de Conservação", "Parques e Terras Indígenas", visando à segunda edição do Atlas Geográfico Escolar.

Cabe ressaltar a conclusão do Atlas de Saneamento e do Atlas do Censo Demográfico 2000, envolvendo o trabalho conjunto de diversas Unidades do IBGE. O primeiro constitui um importante instrumento de avaliação de eficiência dos serviços de saneamento básico prestados pelas diferentes esferas governamentais. O segundo aborda, de forma abrangente e interligada, as várias dimensões que compõem a dinâmica e o perfil demográfico da população brasileira.

Na área de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, o IBGE busca ampliar suas ações com foco no cliente. Assim, foram intensificados ao longo de 2003 os trabalhos para a implantação do sistema informatizado de indicadores nacionais de desempenho do atendimento, com início previsto para março de 2004.

Ainda no âmbito da divulgação e disseminação de informações, encontram-se em fase de desenvolvimento os projetos de curso para professores de ensino fundamental e o de programa para a TV Escola, além de uma linha de cinco jogos pedagógicos para o público infanto-juvenil, desenvolvidos com foco no uso das informações produzidas pelo IBGE.

Cabe registrar que as informações produzidas pelo IBGE vêm sendo solicitadas, também, por organismos e entidades internacionais, dentre os quais podem ser citadas: Organização das Nações Unidas - ONU; Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO; Organização Internacional do Trabalho - OIT; Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL; Fundo Monetário Internacional – FMI; *Population Reference Bureau*; Instituto Nacional de Estatísticas da Bolívia; Instituto Nacional de Estatísticas e Informática do Peru; e *International Sugar Organization*.

Cabe ressaltar, ainda, a publicação das "Estatísticas do Século XX", que contou com expressiva repercussão na mídia, lançando um olhar mais preciso sobre os últimos 100 anos

da vida do País e proporcionando, assim, condições para que se realizem as necessárias correções de rumos na construção da grande nação que o brasileiro deseja.

B) Censo Demográfico 2000

O Censo Demográfico 2000 constituiu-se, ao longo dos últimos anos, no mais importante desafio para o IBGE, uma vez que foi a oportunidade de se obter um retrato fiel de todas as características da população do País, com informações em nível de municípios e localidades.

Em 2003, o IBGE realizou atividades destinadas à conclusão da divulgação dos resultados do Censo 2000, dentre elas, análises e comentários dos resultados por grupos temáticos, que deram origem à publicação dos Volumes Temáticos do Censo: Características Gerais da População - que inclui comentários e tabulações sobre Raça, Religião e Pessoas Portadoras de Deficiência; Migração e Deslocamento; Educação; Trabalho e Rendimento; Fecundidade e Nupcialidade; e Famílias e Domicílios. Ressalta-se, ainda, a preparação e divulgação do Volume de Metodologia do Censo 2000, documento de referência para o planejamento e execução de próximos censos.

Além dos volumes temáticos, o IBGE disponibilizou aos seus usuários os seguintes produtos: Base de Informações do Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra por Município, e Resultados do Universo por Município; Censo Demográfico 2000 - Agregados por Setores Censitários dos Resultados do Universo (2ª edição); Microdados da Amostra (2ª edição); Microdados da Amostra: Amostra de Uso Público, Base de Informações por Área de Ponderação: Resultados da Amostra; e Cartograma Municipal dos Setores Censitários - Situação 2000.

Foi disponibilizado também o Atlas do Censo Demográfico, que contempla grandes conjuntos temáticos: Principais Características da Distribuição da População no Mundo; Estrutura Territorial e Demográfica; Mobilidade Espacial da População e Urbanização; Condições de Habitação; e Perfil Social e Econômico da População. Cada um desses conjuntos é constituído por textos, mapas, gráficos, fotos, tabelas e imagens de satélite que permitem apresentar a configuração do território brasileiro, incluindo, ainda, glossário de termos técnicos e notas metodológicas.

Em relação ao projeto do Censo Comum do Mercosul foram definidos os aspectos relacionados à divulgação conjunta da informação dos Censos da ronda 2000 dos países integrantes, representados pelos Institutos de Estatística da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile,

Paraguai e Uruguai, com o objetivo de produzir informações homogêneas para a região, otimizando os recursos metodológicos, humanos e tecnológicos das nações participantes, e aumentar a troca de experiências entre os diferentes institutos. Foi também firmado um acordo para a constituição do Banco Multidimensional Estatístico dos Censos do Mercosul, Bolívia e Chile.

Deve-se destacar o fato de que essa ação conjunta dos países do MERCOSUL tem um caráter pioneiro na América Latina, não só por ser um intercâmbio sobre temas específicos, mas por representar um empreendimento conjunto que testa e potencializa a experiência acumulada em cada um dos países membros.

Ademais, teve início o planejamento de mais uma operação censitária, prevista no Plano Plurianual do Governo Federal 2004-2007. Essa operação, que se realiza no intervalo entre dois Censos Demográficos, tem como objetivo central permitir a melhoria substancial da qualidade das estimativas anuais e das projeções de população, incrementando sua precisão, e levantar informações a respeito dos programas sociais voltados para a população de baixa renda, entre outras. Para atingir seu objetivo faz-se mister a apuração extremamente rápida dos seus resultados, o que implica na aplicação de questionário reduzido, que investiga variáveis básicas.

Cabe mencionar, ainda, o planejamento do Censo Agropecuário, com a definição do conteúdo e do desenho do questionário, além da aplicação de 250 questionários, como teste-piloto, em localidades específicas dos estados do RS, RJ, MG, SP, MS e CE. O Censo Agropecuário levantará informações de fundamental importância para o planejamento, execução e avaliação de políticas regionais e nacionais, de desenvolvimento do meio rural e do setor agrícola.

C) Cartografia Nacional

A Cartografia Nacional é viabilizada por meio do Mapeamento Topográfico de Referência (cartografia); do Sistema Geodésico Brasileiro (geodésia) e da Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia. Neste exercício, o IBGE finalizou e integrou a Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo – carta CIM, o que possibilitou a elaboração de uma base cartográfica única, marco na produção cartográfica do País, a qual poderá subsidiar a elaboração de Sistemas de Informações Geográficas - SIG, associando aspectos geográficos a dados estatísticos e temáticos ou, em termos mais gerais, informações gráficas a informações alfanuméricas.

Nessa área também merecem ser destacados a conclusão dos trabalhos de apoio de campo nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, com cobertura aerofotogramétrica; a conversão de cartas e mapas para o meio digital, com a validação da vetorização de 157 folhas topográficas; e a preparação e disponibilização da Malha do Setor Censitário Rural Digital dos Municípios do Brasil - situação 2000.

Com referência aos trabalhos de Manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro que se concentram na implantação e medição de marcos distribuídos em estações planimétricas, altimétricas e gravimétricas, o IBGE atingiu a marca de 450 estações geodésicas mantidas, tendo incorporado ao Banco de Dados Geodésico, até a presente data, o total de 3.425 informações.

Destacam-se também a definição do Novo Referencial do Sistema Geodésico e Cartográfico Nacional (Referencial Geocêntrico); a implantação das Redes Estaduais de Sistema de Posicionamento Global (GPS) nos estados da Bahia e parte do Ceará; a implantação, em cooperação com o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), de duas estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC em Belém e Macapá; a ampliação da RBMC, a partir da incorporação de quatro estações das Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG, passando a contar com 19 estações ativas; e a conclusão do Modelo de Ondulações Geoidais – Versão 2003.

O Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia é responsável pela implantação, em larga escala, da geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente); pela modernização dos procedimentos de produção cartográfica; e pela consolidação do sistema de produção cartográfica digital de forma a obter a infraestrutura necessária à produção de informações territoriais em formato digital e estruturadas para ambiente de Sistema de Informações Geográficas – SIG.

No âmbito da modernização da cartografia, foram realizados avanços dentre os quais podem ser destacados a capacitação técnica dos envolvidos nos processos de fotogrametria digital, com a atualização do Manual de Reambulação (levantamento de nomes geográficos e acidentes artificiais), e a melhoria dos procedimentos de campo, por intermédio da adequação das metodologias associadas aos trabalhos de apoio suplementar e reambulação.

Além disso, foram otimizadas as atividades relacionadas à carga e gerenciamento de dados estruturados a serem incorporados à Mapoteca Digital, bem como o preparo para impressão;

o recobrimento de vazios cartográficos existentes, e a atualização cartográfica por sensoriamento remoto.

D) Ensino de Graduação e Pós - Graduação

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE - ENCE, em 2003, contou com 28 professores em seu quadro permanente e 14 professores colaboradores, oferecendo 44 disciplinas em 88 turmas a 304 alunos de graduação em Estatística, totalizando 4.860 horas-aula, nos dois semestres. Como incentivo ao desenvolvimento, a ENCE ofereceu 18 bolsas de monitoria aos alunos, garantindo assim a participação em atividades de monitoria e iniciação científica.

Buscando a melhoria do nível educacional dos futuros alunos da Escola e o maior reconhecimento da profissão de Estatístico, a ENCE vem desenvolvendo um projeto de divulgação da profissão e do Curso de Graduação junto às escolas do ensino médio no município do Rio de Janeiro. As atividades desenvolvidas neste projeto incluem, dentre outras, a elaboração e distribuição de folhetos e cartazes contendo informações da estrutura curricular do curso, do mercado de trabalho e do perfil esperado de um futuro profissional de Estatística, e visitas dos docentes proferindo palestras e participando de feiras de profissão em escolas da rede pública e particular. Ao longo de 2003, foram visitadas 16 escolas e realizada uma palestra sobre a Estatística e a ENCE para um grupo de 1.200 jovens residentes em comunidades carentes.

Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de pesquisas no âmbito do ensino de graduação, em função das comemorações do cinquentenário da ENCE, foi realizado o concurso público para Estudantes de Graduação em Estatística - "Questões brasileiras contemporâneas: explorando as estatísticas públicas", para premiação de aplicações de métodos estatísticos em todo o território nacional, tendo como tema as questões brasileiras contemporâneas (questões brasileiras, econômicas, territoriais ou ambientais pertinentes aos anos 90, nas escalas nacional, regional ou local).

O programa de pós-graduação em Estatística e Geociências da ENCE oferece o Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais e conta atualmente com 15 docentes - todos com título de doutor, 8 professores colaboradores e visitantes, responsáveis por 27 disciplinas, com uma carga horária total de 1.245 horas. Durante o ano de 2003, foram regularmente matriculados 73 alunos e defendidas e aprovadas 28 dissertações de mestrado.

Cabe destacar, ainda, que a ENCE abriu à sociedade, em setembro desse ano, a Sala de Uso Público, um espaço físico onde uma equipe composta por assistentes de pesquisa e monitores, amparados por professores, pesquisadores e técnicos da Escola, atende às demandas de estudantes interessados por apoio e capacitação na análise de microdados públicos de pesquisas do IBGE. Essa equipe pretende disseminar conhecimento, assim como documentar os pedidos e soluções, acumulando as experiências e passando-as adiante. O objetivo é ajudar o estudante a resolver problemas imediatos em sua demanda específica, assim como repassar conhecimentos e técnicas para que esse possa resolver problemas semelhantes no futuro.

E) Modernização Tecnológica

No que se refere à utilização da informática como apoio e fomentadora da incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação nos processos relativos as suas diversas pesquisas, o IBGE realizou um esforço contínuo de atualização tecnológica, constituindo acervo de informações coletadas e processadas em uma imensa base de dados, com a implantação do *Datawarehouse* Institucional e o acesso ao Banco de Dados Agregados ou mesmo de Microdados via internet, nas ferramentas como o Sistema SIDRA e o Banco Multidimensional de Estatística - BME desenvolvidas para a disseminação das pesquisas e do Censo Demográfico.

Cabe destacar, ainda, a implantação da nova metodologia de captura de dados via internet e do uso de *notebooks* e *palmtops*, e o controle de complexas operações de coleta de dados, utilizando-se do escaneamento e leitura ótica de questionários.

A utilização de *Software* Livre no ambiente de produção do IBGE, tanto na página institucional como no monitoramento dos circuitos de comunicação, possibilitou não só uma redução de custos, mas principalmente a utilização de uma tecnologia extremamente estável e madura no requisito segurança. Os principais objetivos deste trabalho foram o aumento da vida útil dos equipamentos face à obsolescência tecnológica, a redução de problemas com o controle de licenças, a redução do tempo de atualização do *software*, o aumento da flexibilidade na configuração do ambiente e a redução dos custos de propriedade.

A consolidação do Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos - GED destina-se à execução de serviços de digitalização com recursos oriundos da operação realizada para o Censo demográfico 2000. Esta alternativa propicia a digitalização de um grande acervo de documentos em papel, alguns de valor histórico e outros guardados por obrigações legais. Atualmente, este acervo já possui mais de 130.000 imagens em formato multi-TIFF e PDF, com mais de 80 Gbytes de imagens armazenadas. O projeto tem como características

fundamentais atender à recomendação do atual Governo no que se refere à utilização de produtos em *software* livre e servir a outros órgãos da administração pública, através de pequenas customizações.

A contratação de novos *links* para compor a Rede IBGE, a partir de 2004, que passa a contar com uma infra-estrutura multiserviços baseada em tecnologia MPLS (*MultiProtocol Label Switching*), permitindo a integração de voz e dados e provendo recursos para a priorização de tráfego, a elaboração do projeto de integração das Agências Estaduais do IBGE à rede institucional, com acesso em banda larga e garantia de segurança de acesso através do uso de criptografia; bem como a mudança física da equipe de suporte de rede e do nó central na Rede IBGE para a Rua General Canabarro garantirão dinamismo aos serviços de produção institucional.

F) Ações Conjuntas com Organizações Nacionais e Internacionais

Deu-se continuidade à Ação Implantação do Sistema Informatizado da Rede Nacional de Instituições de Pesquisas e Planejamento – REDE IPEA, que tem sob a responsabilidade do IBGE o componente relacionado ao aperfeiçoamento e modernização das informações de natureza estatística. Seu objetivo maior é constituir uma base articulada de informações estatísticas e de estudos e pesquisas que alimente o processo de definição, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas às necessidades e prioridades do desenvolvimento do País. Para a consecução desta Ação, o IBGE vem recebendo, desde 1998, recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID³. A Ação, que havia sido prorrogada até outubro de 2003, foi renovada até outubro de 2006, prevendo-se, para 2004, a introdução de três novos projetos: Implantação da Nova Base das Contas Nacionais; Desenvolvimento e Implementação da Gestão da Qualidade na Produção de Informações; e Desenvolvimento de Metodologias e Tecnologias na Área de Educação a Distância.

Para apoiar o desenvolvimento do projeto de Conta Satélite de Turismo, foi assinado, ao final de 2003, um *Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR*, com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas à elaboração de metodologia para a Conta Satélite de Turismo, conforme as recomendações da Organização das Nações Unidas – ONU e da Organização Mundial de Turismo – OMT, compatível com o Sistema de Contas Nacionais do País; e o planejamento, tratamento, análise e organização das fontes de informações para elaboração da Conta Satélite de Turismo.

³ através de Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

O *Convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação*, viabilizou a realização da Pesquisa de Avaliação do Censo Escolar. Esta pesquisa foi feita em âmbito nacional, para medir a qualidade das informações básicas prestadas em relação às matrículas do ensino fundamental regular, ensino médio e educação de jovens e adultos, provenientes do Censo Escolar.

Com o objetivo de investigar o acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil foi assinado o *Convênio com o Ministério da Saúde* para a realização do Suplemento “Acesso a Serviços de Saúde” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. O suplemento incorpora informações sobre a cobertura dos grupos populacionais por diferentes modalidades de planos de seguro saúde e permite delinear o perfil de necessidades de serviços de saúde.

Dando continuidade à produção e à divulgação das estatísticas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, encontra-se em tramitação o *Convênio com a Caixa Econômica Federal – CAIXA*. O SINAPI constitui a base de informações que permite à CAIXA padronizar os procedimentos técnicos de análise de custos, atendendo à determinação do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Visando orientar os programas e investimentos na área dos esportes, principalmente voltados para a população jovem de regiões mais carentes, foi firmado *Convênio com o Ministério do Esporte* para , em 2004, implementar o suplemento à Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC sobre o tema. Este levantamento de dados permitirá o diagnóstico da atuação da gestão municipal na área de esporte e lazer, com apoio financeiro da União.

Foi assinado *Protocolo de Intenções com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF* para a promoção, a produção, a análise e a divulgação de informações sobre a situação socioeconômica de crianças, adolescentes e suas famílias no Brasil, por meio do Sistema Integrado sobre Crianças e Adolescentes denominado InfoCriança. Este projeto está sendo desenvolvido em nível mundial, através de parcerias com instituições nacionais em diferentes países.

Ampliando as parcerias com entidades estaduais e municipais, para a realização de estudos especiais da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, foram celebrados os seguintes *Convênios*: IPP – Rio de Janeiro, SEPLANDS - Acre, SEOF – Pará, IDEMA – Rio Grande do Norte, SEPLANCT – Mato Grosso do Sul, SDE – Distrito Federal e o Município de Goiânia. O objetivo principal é a formação de equipes técnicas especializadas no acompanhamento dos resultados da pesquisa de campo e no estudo de microdados no âmbito da pesquisa, geração de estruturas de ponderação a serem utilizadas na atualização do Índice de Preços ao Consumidor - IPC local e estudos sobre condições de vida.

Em prosseguimento à parceria iniciada em março de 1999 foi renovado o *Convênio de Cooperação Técnica com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES*, para a realização da Pesquisa Mensal de Emprego – PME na região metropolitana de Curitiba, reforçando a posição do IBGE como órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, atuando na padronização de metodologias e na capacitação de equipes técnicas.

No âmbito do convênio com a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP foram elaboradas tábuas de vida para a população coberta por seguros privados. Os resultados do projeto incluíram quatro relatórios com a metodologia e as tábuas de vida para o período 1998/2000, referentes aos seguintes grupos de produtos: Previdência Privada; Vida Individual; Vida em Grupo; Acidentes Pessoais.

Outro *Convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA* teve por objetivo a colaboração de docentes da ENCE nos projetos de pesquisa intitulados “Aplicação de modelos de projeção populacional para a população de funcionários públicos federais” e “Crime e Mercado de Trabalho no Brasil”. Já o convênio com o Instituto Pereira Passos – IPP teve por objetivo a elaboração de “Projeção da população brasileira desagregada por idade simples, sexo e regiões urbana e rural”.

Para a realização da etapa de coleta de dados do Censo, o IBGE contou, em 2002 com a colaboração das prefeituras municipais viabilizando a instalação de Postos de Coleta (cessão de prédios e mobiliário para uso das equipes locais) nos municípios onde não há agências do IBGE, ou onde as instalações próprias não foram suficientes. As prefeituras, eventualmente, colaboraram também com outros itens de apoio às equipes locais. Dos órgãos estaduais a contribuição mais expressiva foi a cessão de escolas para a realização das provas dos diversos processos seletivos realizados para a contratação do pessoal temporário e para os treinamentos que ocorreram em todo o território nacional. Aos órgãos federais o IBGE solicitou ajuda às três Forças Armadas, quanto à disponibilização de

transporte para a locomoção dos recenseadores em áreas de difícil acesso, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste; ao INSS, que cedeu espaços em diversos municípios para a instalação de Postos de Coleta; à EMBRAPA e à FUNASA, que contribuíram oferecendo apoio às equipes de campo; e à FUNAI que colaborou no acesso e no contato com as comunidades indígenas. Todas as contribuições foram consideradas expressivas ajudando a garantir a qualidade da cobertura do território nacional e o cumprimento dos prazos da operação de campo.

Em 2003 deu-se prosseguimento às ações vinculadas ao projeto do Censo Comum do Mercosul – composto pelos Institutos de Estatística da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, que tem como objetivo produzir informações homogêneas para a região, otimizando os recursos metodológicos, humanos e tecnológicos das nações participantes, e aumentar a troca de experiências entre os diversos institutos. No ano de 2003, foram decididos aspectos relacionados à divulgação conjunta da informação dos Censos da ronda 2000 dos países do Mercosul, Bolívia e Chile; e firmados acordos entre os países membros para a constituição do Banco Multidimensional Estatístico dos Censos do Mercosul, Bolívia e Chile e para a cessão dos arquivos de microdados dos respectivos Censos com o objetivo de integrar o Banco Multidimensional Estatístico dos Censos destes países.

No âmbito da parceria entre o IBGE e a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - CISCEA do Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM, foram produzidas 192 cartas temáticas dos temas geologia, geomorfologia, solos e vegetação, bem como implantadas duas estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC em Belém e Macapá.

Na área de recursos naturais, foi assinado termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o IBGE, para o estabelecimento de princípios básicos para disciplinar a conjunção de esforços e de apoio técnico entre o MMA e o IBGE, por meio de seus órgãos subordinados, com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas à troca de informações, estudos e análises que venham a ser desenvolvidos pelas partes, visando o planejamento e execução de projetos, tais como: Zoneamento Ecológico-Econômico; Mapa de Biomas do Brasil; Publicação de Mapas de Sistematização de Recursos Naturais e de Antropismo na Amazônia, Mapas e Banco de Dados de Bacias Hidrográficas; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável , entre outros produtos.

Ainda em relação às atividades de natureza geográficas e ambientais, ressalta-se a realização de parcerias com: a) o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ objetivando a identificação taxonômica das espécies coletadas nas campanhas do IBGE por especialistas em diversas Famílias Botânicas, o intercâmbio de exsicatas (exemplar dissecado de planta conservada em herbário) e desenvolvimento de outras tarefas inerentes à dinâmica dos Herbários IBGE e Radambrasil, e o fornecimento de apoio logístico para o desenvolvimento das atividades relativas à flora, vinculadas ao Projeto Fauna e Flora; b) a Universidade de Brasília – UNB cujo propósito foi manter um programa de intercâmbio de pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação na área de engenharia florestal, e desenvolver, de forma conjunta, projetos de pesquisa nas áreas de biogeografia, inventários, manejo florestal e estudos florísticos em geral; c) o Ministério do Meio Ambiente - MMA para estabelecer o desenvolvimento de ações destinadas à troca de informações, estudos e análises que venham a ser desenvolvidos pelas partes, visando o planejamento e execução de projetos; d) a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - CISCEA / Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM com vistas a transferir para o SIVAM um conjunto de informações nas áreas de cartografia (base cartográfica), geologia, geomorfologia, solos, vegetação e sócio-economia, em meio digital e adequadamente estruturadas para uso em sistemas de informações geográficas (SIG); e) a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul para converter para meio digital, a partir dos originais elaborados pelo Projeto RADAMBRASIL, as cartas temáticas de geologia, geomorfologia, solos, vegetação e base cartográfica do Estado do Rio Grande do Sul e publicar o Mapa de Solos do Estado do Rio Grande do Sul.

No âmbito dos trabalhos da área geodésica, importantes avanços foram alcançados no desenvolvimento do Projeto Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas -SIRGAS, coordenado pelo IBGE e com a participação de vários países das Américas. Em especial, os resultados da campanha continental *Global Positioning System - GPS*, realizada em 2000, foram oficialmente divulgados em 2003, juntamente com as velocidades de cada uma das 184 estações geodésicas estabelecidas. Acrescenta-se que o Projeto Mudança do Referencial Geodésico (PMRG), desenvolvido no Brasil pelo IBGE em cooperação com diversas instituições públicas e privadas, baseia-se no sistema SIRGAS. Merecem destaque as discussões conduzidas ao longo deste ano no sentido de estabelecimento de um projeto de cooperação com a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional - CIDA, ora em análise por aquela agência, sobre o tema em pauta. Destaca-se, também, a realização de medições gravimétricas no Equador e no Chaco Paraguai, uma missão conjunta entre IBGE, Instituto Geográfico Militar - IGM/Paraguai, e Instituto Geográfico Militar - IGM/Equador e a Universidade de São Paulo - USP, com o objetivo de refinar o Mapa Geoidal da América do Sul e do Brasil.

Com relação às parcerias realizadas no âmbito da Cartografia Nacional, destacam-se: entendimentos com a Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN, da Marinha do Brasil, sobre a reorganização do Programa GLOSS (Sistema Global de Observação do Nível do Mar) no Brasil; medições gravimétricas no Equador em missão conjunta com o IBGE, IGM/Equador e USP, objetivando o refinamento do Mapa Geoidal na América do Sul e no Brasil; convênios firmados com o Comando do Exército/Instituto Militar de Engenharia - IME, para implantação da Estação Rio de Janeiro incorporada à Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo; com a Universidade Regional do Cariri, para manter em atividade a Estação RBMC de Crato/CE, e com a Universidade Federal de Pernambuco, para manter em atividade a Estação RBMC de Recife/PE.

Quanto à participação do IBGE em cursos, oficinas e seminários, pode-se destacar, em 2003, o desenvolvimento da 1º Oficina de Estatísticas Públicas e Direitos Humanos, com apoio da Fundação Ford, tendo como finalidade propiciar um debate amplo entre especialistas e produtores de informação e análise a fim de se refletir, em conjunto, sobre a conveniência, oportunidade, necessidade e viabilidade de formulação de um conjunto articulado de Indicadores de Direitos Humanos.

O IBGE realizou em parceria com o Instituto Interamericano de Estatística – IASI e com a Associação Brasileira de Estatística – ABE, no Rio de Janeiro, o *IX Seminário IASI de Estatística Aplicada*, nas instalações do Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, com o tema “Estatística na Educação e Educação em Estatística”. O seminário representou uma oportunidade excelente para troca de idéias, divulgação dos trabalhos e avanços feitos no Brasil e nas Américas nestes últimos anos, e discussão de perspectivas e rumos para o avanço das áreas no futuro. Contou com ampla participação de pesquisadores, docentes universitários e profissionais brasileiros e estrangeiros, bem como com professores de ensino médio e com estudantes de graduação e pós-graduação. O Seminário incluiu diversas atividades: quatro cursos de curta duração, uma oficina, quatro conferências plenárias, dez conferências convidadas, quatro mesas redondas, vinte comunicações orais, vinte e cinco trabalhos apresentados na sessão *pôster*. Os artigos aceitos para comunicação oral e os resumos dos artigos aceitos para comunicação *pôster* foram reunidos em um *CD Rom* que foi distribuído aos participantes. Os conferencistas convidados incluíram pesquisadores de renome nacional e internacional, dando ao evento visibilidade e excelência acadêmica.

Amparado pelo convênio da Fundação Ford, o IBGE realizou, durante o ano de 2003, duas edições do curso de "Capacitação em Indicadores Sociais e Políticas Públicas" e uma edição do curso de extensão Utilizando *R* para Analisar Microdados de Pesquisas do IBGE. Foi inaugurada a Sala de Uso Público, um espaço físico localizado na ENCE, onde uma equipe composta por assistentes de pesquisa e monitores, por professores, pesquisadores e técnicos da Escola, atende às demandas de estudantes interessados por apoio e capacitação na análise de microdados públicos de pesquisas do IBGE. Esta equipe pretende disseminar conhecimento, assim como documentar os pedidos e soluções, acumulando e repassando experiências.

A Associação Brasileira de Estatística – ABE realizou, com a colaboração expressiva do IBGE/ENCE, a 8ª Escola de Modelos de Regressão, com cerca de 120 participantes. A escola teve um curso de curta duração, 8 conferências, 5 sessões temáticas, 2 tutoriais, uma mesa redonda e 130 trabalhos apresentados.

Com a retomada da parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP foram realizadas nove turmas de cursos gerenciais, entre as quais destaca-se o desenvolvimento de quatro turmas do curso de Qualidade na Administração Pública nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Em consonância com a Câmara Técnica de Implementação de *Software* Livre do Governo Federal o IBGE, e diversas empresas do governo promoveram o intercâmbio de experiências no ambiente citado através da participação de funcionários em eventos externos como a Semana do Software Livre na DATASUS, entre outros foram também incorporadas soluções no ambiente de produção do IBGE, tais como: o *software* de educação à distância - TELEDUC; o sistema de detecção de intrusos - SNORT; o pacote de escritório - OPENOFFICE, em um universo restrito, e um sistema de segurança de rede - FIREWALL - todas em *software* livre

G) Eventos Nacionais e Internacionais

O IBGE, como órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional e responsável por atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, promove o intercâmbio com entidades congêneres de outros países, acompanhando acordos internacionais que envolvam atividades estatísticas e geocientíficas, fazendo-se representar em eventos nacionais e internacionais, pronunciando-se sobre matéria referente a sua área de atuação, na busca do cumprimento de sua missão institucional.

Nesse sentido, cabe destacar alguns eventos internacionais ocorridos no exercício de 2003, nos quais o IBGE atuou de maneira expressiva, como os que se seguem:

- ◆ *34ª Sessão da Comissão de Estatística da ONU - Nova Iorque / Estados Unidos - Missão institucional junto à ONU, com reuniões anuais e participação de dirigentes de todos os órgãos oficiais de estatística do mundo inteiro onde são tomadas resoluções, com vistas a estabelecer metodologias compatíveis que venham garantir a comparabilidade internacional dos principais indicadores econômicos e sociais;*
- ◆ *6ª Reunião do Comitê Diretivo do Convênio União Européia - Mercosul e Chile - Montevideu/Uruguai - Missão de representação governamental, com a presença dos dirigentes dos Órgãos Oficiais de Estatística dos países integrantes do Bloco do Mercado Comum do Sul, além dos representantes da Comunidade Européia e Chile, com o objetivo de rever as ações previstas no Plano Operativo Anual de 2003, tomar decisões, com vistas a alcançar mais sustentabilidade das atividades realizadas no convênio, e preparar as ações de encerramento do convênio;*
- ◆ *Reunião de Paris 21 Sobre o Reforço da Capacidade Estatística no Apoio às Políticas de Luta Contra a Pobreza e Desenvolvimento Sustentável - San Salvador/El Salvador - O evento teve a finalidade de fortalecer os Sistemas Estatísticos Nacionais e permitir a melhoria de sua capacidade na geração de estatísticas para a formulação, seguimento e avaliação de políticas, planos, programas e projetos dirigidos à redução da pobreza e promoção da igualdade social;*
- ◆ *Segunda Reunião da Cea – Conferência de Estatística das Américas, Promovida Pela Cepal - Santiago/Chile - espaço privilegiado para as oficinas nacionais de estatística (INÉs) discutirem questões de interesse estratégico. A CEA foi criada como um órgão subsidiário da CEPAL e Caribe, com objetivo de contribuir para o progresso das políticas e atividades de estatística dos países da região, promovendo prioritariamente a cooperação entre os institutos nacionais de estatística da região assim como entre os órgãos estatísticos da CEPAL e Caribe, e os de outras instâncias da ONU;*

- ◆ *13ª Reunião dos Diretores Gerais dos Institutos Nacionais de Estatística de Portugal, dos Países Africanos de Língua Portuguesa e de Macau - Maputo/Moçambique - A participação na reunião teve como objetivo apresentar os temas e áreas de possível cooperação do IBGE com os Institutos Nacionais de Estatística dos PALOP (Países Africanos de Língua Portuguesa), Portugal e Macau. Como resultado o IBGE colocou à disposição dos diversos institutos vagas no Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa para o ano de 2004. Gestões estão sendo realizadas para que receba técnicos dessas instituições para estagiar no IBGE, objetivando transferência de tecnologia e doação de equipamentos;*

- ◆ *Reunião do Grupo de Trabalho Sobre Sigilo Estatístico e Política de Difusão - Madri / Espanha - Reunião promovida pelo Instituto Nacional de Estatística da Espanha, com vistas à definição de acordo de cooperação técnica entre a União Européia e o MERCOSUL.;*

- ◆ *Visita Técnica ao Instituto Nacional de Estatística de Portugal Conjugada com o Banco de Portugal - Lisboa / Portugal - O principal objetivo foi estabelecer contatos com o banco, com perspectivas de cooperação técnica, no que se refere à elaboração das Contas Financeiras do Sistema de Contas Nacionais;*

- ◆ *17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, Promovida pela OIT - Genebra / Suíça - O presidente do IBGE participou, pela primeira vez, como presidente da Conferência, a convite da Organização Internacional do Trabalho;*

- ◆ *Visita Técnica ao INSEE – Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos da França - Paris / França - A finalidade da visita foi dar seqüência à oferta de cooperação técnica feita ao Brasil, por ocasião da participação do Presidente na 2ª Reunião da CEA e de visita realizada ao IBGE por representantes do Consulado da França. Nesse caso, o IBGE e o INSEE estão ratificando termos de acordo no que se refere à área de Contas Nacionais e iniciando negociações para cooperação técnica nas áreas de pesquisas domiciliares, incluindo-se neste caso o censo de população.*

- ◆ *Visita Técnica à Spot Image e ao IGN – Instituto Geográfico Nacional da França - Paris / França - A finalidade da visita foi dar seqüência a contatos de cooperação técnica nas áreas de geodésia e cartografia. As cenas do satélite SPOT4 já são utilizadas pelo grupo de Sensoriamento Remoto da Coordenação de Cartografia do IBGE. A cooperação visa, entre outros aspectos, a disponibilização das imagens SPOT5 para sua posterior utilização na geração da Base Territorial do Censo Agropecuário e Contagem de População 2005 e do Censo Agropecuário;*

- ◆ *Reunião Sobre Sociedade da Informação: Medição e Métodos, Organizada pela ONU, em Conjunto Com a Eurostat, Unesco, OECD, dentre Outras Instituições - Genebra / Suíça - O presidente do IBGE participou como vice-presidente da reunião, a convite das Nações Unidas. A conferência tratou da situação atual e planos futuros para a produção de estatísticas na área de avaliação da inclusão digital da sociedade brasileira;*

- ◆ *Organização do 6º Encontro do Grupo do Rio - organizado em conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, teve como objetivo estudar questões relativas à produção e análise de estatísticas referentes ao tema da pobreza. O grupo trabalha para preparar um compêndio sobre boas práticas para a medição da pobreza. Novas perspectivas foram abertas no último encontro com a participação de representantes da UNSD (United Nations Statistical Division)*

Vale destacar, também a participação em eventos nacionais como feiras, congressos, seminários e workshops, sendo esses os principais:

- ◆ *XI Bienal do Livro do Rio de Janeiro/ RJ – divulgação voltada para o público infanto-juvenil, com o lançamento do CD-Rom “Conhecendo o Brasil” e destaque para o Atlas Geográfico Escolar;*
- ◆ *Congresso Brasileiro de Municípios - Brasília/DF – divulgação para um público especializado dos segmentos do setor público e privado;*

- ◆ *XXI Congresso Brasileiro de Cartografia - Belo Horizonte/MG* - divulgação para um público técnico na área de cartografia;
- ◆ *Participação nas comemorações da Semana da Pátria no Palácio do Planalto - Brasília/DF* - com a montagem do mapa do Brasil em vidro no tamanho de 10x10m;
- ◆ *Conferência Internacional: Sistemas de Inovação e Estratégia de Desenvolvimento para o Terceiro Milênio - Rio de Janeiro/RJ* – divulgação voltada para um público especializado na área de novas tecnologias, com apresentação da Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC;
- ◆ *Seminário do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, Salvador/BA* – divulgação para um público especializado na área de economia, com a divulgação da CNAE-fiscal e CNAE-1.0;
- ◆ *IX Seminário IASI de Estatística Aplicada - Rio de Janeiro/RJ;*
- ◆ *Seminário Taller CESD-Madrid - Rio de Janeiro/RJ;* - inserido no projeto de gestão de qualidade;
- ◆ *6º Encontro do Grupo do Rio sobre Estudos de Pobreza - Rio de Janeiro/RJ;*
- ◆ *Curso de Capacitação de Indicadores Sociais e Políticas Públicas - Rio de Janeiro/RJ;*
- ◆ *Lançamento da Publicação "Estatísticas do Século XX" - Rio de Janeiro/RJ* – divulgação da publicação para autoridades e imprensa; e
- ◆ Realização de quatro *workshops* sobre ferramentas digitais para planejamento estratégico, com grande ênfase em apresentações para órgãos governamentais.

2.5.2 Comportamento das Metas Físicas/Financeiras

Os resultados obtidos, em 2003, para o Programa Informações Estatísticas e Geográficas foram bastante satisfatórios pois, como pode ser observado no Quadro 6, à exceção das Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais e da Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF, todas as demais metas foram atingidas e, em alguns casos, acima do previsto.

QUADRO 6 - Metas Físicas/Financeiras por Ação do Programa Informações Estatísticas e Geográficas

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado (B)	% (B/A)
			LOA 2003	Dotação Atual (A)		
2228-0001	Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	4	4	6	150,0
		Financeiro	2.219.457	2.219.457	2.214.903	99,8
2230-0001	Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas Produto: Usuário Atendido Unid. Medida: unidade	Físico	2.000.000	2.000.000	5.474.638	273,7
		Financeiro	1.690.581	1.690.581	1.651.282	97,7
2236-0001	Sistema Informatizado de Dados Estatísticos Produto: Sistema de Informática Mantido Unid. Medida: unidade	Físico	1	1	1	100,0
		Financeiro	9.087.897	9.614.079	9.598.127	99,8
2665-0001	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais Produto: Resultado Divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	800	800	499	62,4
		Financeiro	1.000.000	500.000	474.986	94,9
4227-0001	Pesquisas Conjunturais Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: % de execução física	Físico	141	141	142	100,7
		Financeiro	4.545.760	4.545.760	4.525.069	99,5
4228-0001	Pesquisas Estruturais da Área Econômica Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	13	13	13	100,0
		Financeiro	2.656.415	2.656.415	2.633.869	99,2
7547-0001	Pesquisas de Orçamentos Familiares Produto: Pesquisa realizada Unid. Medida: % de execução física	Físico	39	39	33,8	86,7
		Financeiro	4.924.128	4.924.128	4.902.624	99,6

FONTES - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, dez 2003

O desempenho alcançado, em 2003, no Programa Censo Demográfico 2000, conforme demonstra o Quadro 7, reflete o atendimento, com sucesso, do compromisso do IBGE com a sociedade em divulgar os resultados do Censo o mais rapidamente possível, tendo-se em conta que houve uma significativa redução nos prazos de disponibilização das informações comparativamente ao Censo Demográfico de 1991.

QUADRO 7 - Metas Físicas / Financeiras por Ação de Programa Censo 2000

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado (B)	% (B/A)
			LOA 2003	Dotação Atual (A)		
1082-0001	Censo Demográfico 2000 Produto: Censo concluído Unid. Medida: % de exec. física	Físico	1	1	1	100,0
		Financeiro	1.215.414	1.215.414	1.156.957	95,19

FONTE - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, dez 2003

O Programa Cartografia Nacional não atingiu integralmente suas metas devido a contingenciamentos orçamentários. Dessa forma, a nova previsão de término da meta será o primeiro trimestre de 2004.

QUADRO 8 - Metas Físicas / Financeiras por Ação do Programa Cartografia Nacional

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado (B)	% (B/A)
			LOA 2003	Dotação Atual (A)		
2229-0001	Mapeamento Topográfico de Referência Produto: Informação Cartográfica produzida Unid. Medida: unidade	Físico	300	300	200	66,67
		Financeiro	1.375.680	575.681	553.241	96,10
2231-0001	Sistema Geodésico Brasileiro Produto: Estação Geodésica Mantida Unid. Medida: unidade	Físico	450	450	450	100,0
		Financeiro	500.000	500.000	474.465	94,89
3596-0001	Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia Produto: Sistema Implantado Unid. Medida: unidade	Físico	15	15	0	0
		Financeiro	1.000.000	1.000.000	816.317	81,63

FONTE - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, dez 2003

2.5.3 Indicadores Relevantes

O IBGE, visando o melhor atendimento ao Cidadão, iniciou no primeiro semestre de 2003 a Pesquisa de Satisfação dos Usuários, cujos resultados devem nortear o estabelecimento de ações que visem melhorias nos serviços oferecidos, conforme previsto no Plano Estratégico da Instituição.

Esta pesquisa é realizada com periodicidade semestral no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro; e nos Setores de Documentação e Disseminação de Informações - SDDIs do IBGE, localizados no Distrito Federal e nas demais capitais dos estados brasileiros.

A coleta, com duração de um mês, é feita através do auto-preenchimento, não obrigatório, do questionário pelo usuário após ter sido atendido. As unidades foram orientadas a estar atentas no controle da pesquisa visando o alcance da cota diária de questionários a serem respondidos, intensificando, se necessário, a campanha de sensibilização quanto à importância de participar da pesquisa.

Através do questionário os usuários atribuem notas (de zero a dez) que identifiquem a sua expectativa e avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados, de forma global e também para cada uma das cinco dimensões da qualidade: conservação e limpeza do centro de atendimento, atendimento dos funcionários, capacidade dos funcionários, serviço correto e facilidade de acesso ao serviço; além de estabelecer uma priorização em função da importância (valor) atribuída para cada uma delas. À partir desta pesquisa são obtidos os indicadores apresentados no quadro 9.

Para a entrada de dados e análise dos resultados é utilizado o aplicativo Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS, versão 1.0, disponibilizado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

QUADRO 9. Indicadores relativos aos Usuários Sociedade

INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE	PERIODICIDADE
Taxa de Satisfação (S) Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.	$S = \frac{\bar{A}}{\bar{E}} \times 100$	%	Semestral
Expectativa (\bar{E}) Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que esperavam receber em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a expectativa possuíam antes de receber o serviço.	$\bar{E} = E_i / n$	Pontos	Semestral
Avaliação (\bar{A}) Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que efetivamente receberam em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a avaliação.	$\bar{A} = A_i / n$	Pontos	Semestral

Fonte: CDDI - Relatório de resultados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 1^o e 2^o semestre de 2003

Além desses indicadores, também é obtido um índice (Gap/i) a partir da média das notas e priorizações feitas pelos usuários para Expectativa, Avaliação e Valor. Ele tem por objetivo auxiliar na identificação dos elementos de serviço mais prioritários para a atuação da Instituição.

$$\text{Gap/i} = \text{Gap} \times \text{Valor}$$

$$\text{Onde: Gap} = (100 - \text{Satisfação}) \times (-1).$$

A obtenção de indicadores relativos ao desempenho dos servidores é feita a partir de um processo de avaliação intermitente, que consiste na observação e análise dos resultados de avaliadores e avaliados no que é concernente ao desenvolvimento de suas capacidades laborativas e participativas. Deste modo, o *Sistema de Avaliação de Desempenho no IBGE* reflete o trabalho, a produção e a participação de todos no cotidiano da Instituição.

A avaliação de desempenho é um importante instrumento de alcance de metas estabelecidas e gerador de mudanças, promovendo ações transformadoras do dia-a-dia, no que toca ao cumprimento dos prazos e objetivos e ao papel dos funcionários na harmonização das relações e tarefas. Sendo assim, a relevância deste instrumento gerencial, a cada dia, se torna mais visível, uma vez que o mesmo já pode ser compreendido como um agente transitório para um Sistema de Gestão de Pessoas buscando, nesta condição, subsidiar o aperfeiçoamento das práticas gerenciais associadas à expansão do nível de respostas motivadas, participativas e compartilhadas por parte dos servidores do IBGE para gerar, desta forma, a interação entre o corpo gerencial e funcional.

QUADRO 10. Indicadores relativos às Pessoas

<p>Fórmula da Nota Padronizada</p> $\text{NP} = \frac{\text{NS} - \text{MG} \times \text{F} + \text{MBGE}}{\text{DG}}$ <p>NP= NOTA PADRONIZADA NS= NOTA DO SERVIDOR MG= MÉDIA DO GRUPO DG= DESVIO DO GRUPO MBGE= MÉDIA DO IBGE F= FATOR DE MODERAÇÃO</p> <p>Variações da fórmula, em função do valor do Desvio do Grupo</p> $\text{NP} = \frac{\text{NS} - \text{MG} \times 5 + \text{MBGE}}{\text{DG}} \quad \text{se} \quad 0 < \text{DG} < 5$ $\text{NP} = \frac{\text{NS} - \text{MG} \times \text{DG} + \text{MBGE}}{\text{DG}} \quad \text{se} \quad 5 \leq \text{DG} \leq \text{DIBGE}$ $\text{NP} = \frac{\text{NS} - \text{MG} \times \text{DIBGE} + \text{MBGE}}{\text{DG}} \quad \text{se} \quad \text{DG} > \text{DIBGE}$ <p>DIBGE= DESVIO DO IBGE</p>	<p>GDACT – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia</p> $\text{GDACT} = \frac{(\text{NP} \times 6 + \text{NI} \times 4) \times \text{L} \times \text{V}}{100.000}$ <p>Onde,</p> <p>“NP” é a “Nota Padronizada” do Servidor “NI” é a “Nota Institucional” “L” é o limite % do cargo: 15 (Intermediário) e 35 (Superior) “V” é o “Vencimento Básico do Servidor”</p> <p>Obs: A fórmula do cálculo da GDACT foi modificada em dezembro de 2003 mas para os valores utilizados nesse estudo não chegamos a utilizá-la.</p>
---	--

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos - CRH, 05/03/2004

Os indicadores relativos aos processos finalísticos são obtidos a partir das metas previstas e realizadas das Ações que compõe o PPA, que estão sob a responsabilidade do IBGE. Estes indicadores permitem a observação da eficácia dos processos finalísticos, porém outros fatores devem ser considerados em análise, como a liberação de recursos orçamentários para a execução da Ação.

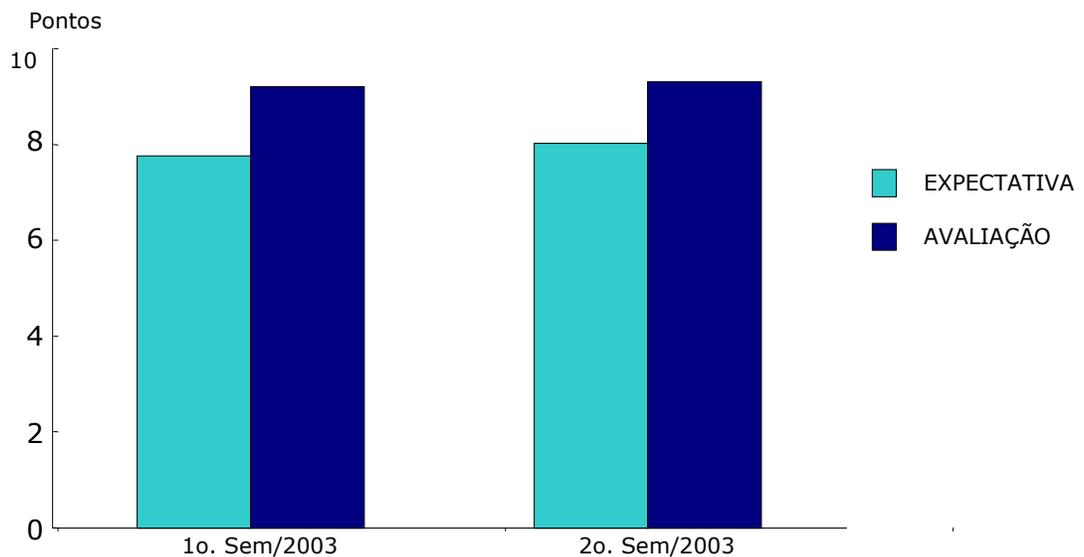
Esses indicadores têm periodicidade anual, unidade percentual e são obtidos a partir da fórmula: $(\text{Previsto} / \text{Realizado}) \times 100$.

2.5.4 Resultados - Incidência Social

A) Resultados relativos aos Usuários e Sociedade

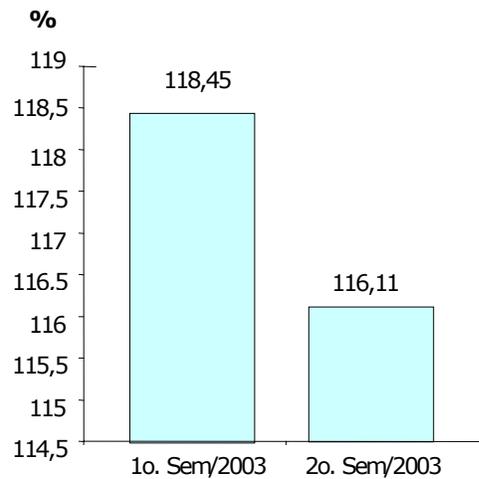
A Taxa Geral de Satisfação de 118,45% e 116,11%, respectivas ao primeiro e segundo semestre de 2003, indicam que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima da expectativas dos usuários, conforme pode ser visto nos gráficos 2 e 3.

GRÁFICO 2 – Expectativa e Avaliação dos Usuários Sobre os Serviços Prestados – 1º e 2º Sem. 2003



Fonte: CDDI - Relatório de resultados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 1º e 2º semestres de 2003

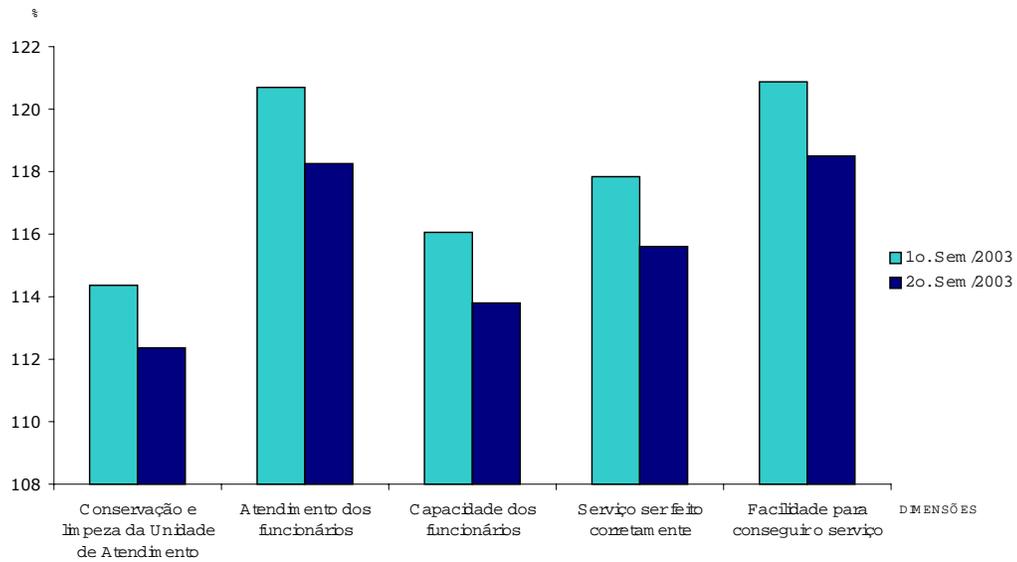
GRÁFICO 3 – Taxa de Satisfação Global Sobre os Serviços Prestados – 1º e 2º Sem. 2003



Fonte: CDDI - Relatório de resultados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 1º e 2º semestres de 2003

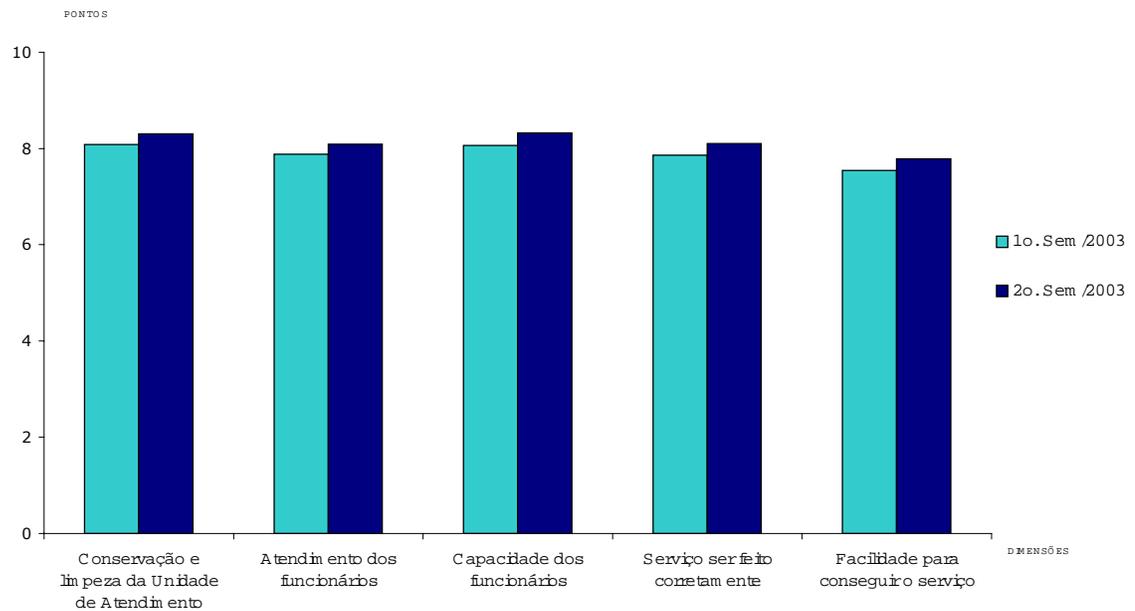
De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas pouco superiores a 100%; resultante de notas ligeiramente maiores dadas para a qualidade dos serviços efetivamente oferecidos em relação às referentes à expectativa sobre a qualidade dos mesmos serviços. Isto faz com que o resultado do segundo semestre de 2003, apesar de estar num patamar inferior, seja considerado melhor que o do primeiro semestre; o mesmo pode ser observado sobre as taxas de satisfação respectivas a cada dimensões da qualidade abordada na pesquisa, apresentadas no gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Expectativa dos Usuários por Dimensão da Qualidade – 1º e 2º Sem. de 2003



Fonte: CDDI -relatório de resultados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 1º e 2º semestres de 2003

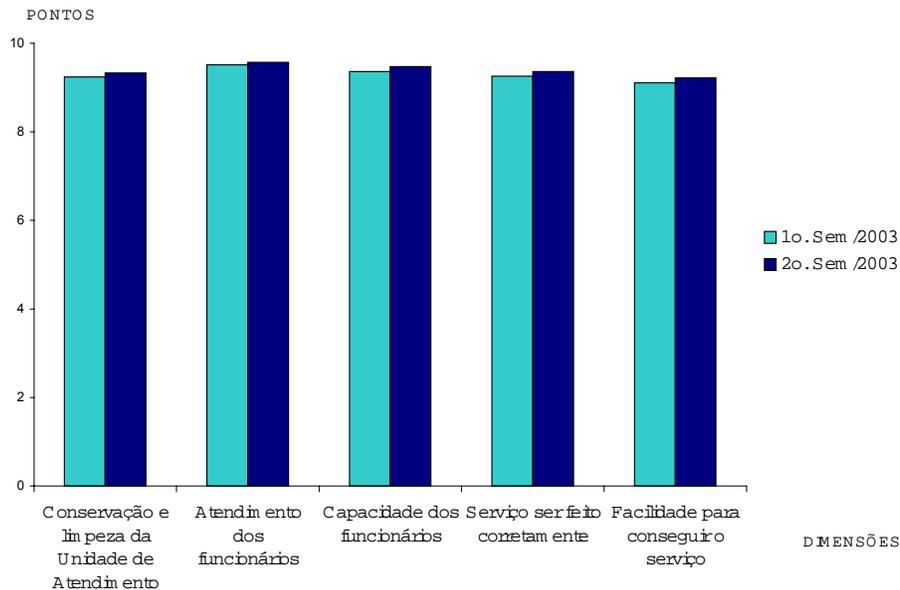
GRÁFICO 5 – Taxa de Satisfação por Dimensão da Qualidade – 1º e 2º Sem de 2003



Fonte: CDDI - Relatório de resultados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 1º e 2º semestres de 2003

Os resultados apresentados, nos gráficos 5 e 6, revelam que, se por um lado os usuários têm elevadas expectativas e avaliações sobre a qualidade dos serviços que o IBGE está oferecendo, por outro as distâncias entre as médias das expectativas e avaliações ainda estão grandes e precisam ser aproximadas, de forma que a qualidade do serviço prestado esteja o mais próximo possível das expectativas dos usuários.

GRÁFICO 6 - Avaliação dos Usuários por Dimensão da Qualidade – 1º e 2º Sem. 2003



Fonte: CDDI - Relatório de resultados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários, 1º e 2º semestres de 2003

Em resumo, esses números resultantes da Pesquisa de Satisfação nos mostram que o IBGE está oferecendo serviços com qualidade e deve continuar aperfeiçoando suas atividades de atendimento, com o objetivo de atingir um padrão de excelência e, também, que o IBGE tem ótimo conceito de sua imagem perante a sociedade atualmente, mas deve continuar trabalhando constantemente na sua melhoria.

O Quadro 11 apresenta alguns prêmios recebidos pelo IBGE, durante a vigência do PPA 2000-2003, o que demonstra o reconhecimento da sociedade quanto à atuação da Instituição.

QUADRO 11 - Prêmios recebidos pelo IBGE no período 2000-2003



Em 17/10/2000, Paulo Roberto R. Cunha, diretor da DI, esteve em São Paulo, na INFOIMAGEM'2000, recebendo, em nome do IBGE, o prêmio de Aplicação do Ano na área de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED, oferecido à aplicação de digitalização (através de escaneamento e software OCR / ICR) dos questionários do Censo 2000.



Em 24/10/2000, Paulo Roberto R. Cunha esteve na FIRJAN, recebendo o prêmio da ASSESPRO (InRio Informática'2000), como um dos Destaques do Ano, por indicação da LOTUS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, cujo propósito foi o de prestar uma homenagem ao IBGE pela excelência da Aplicação SIGC. O prêmio está noticiado no site da ASSESPRO-RJ (www.assespro-rj.org.br).



Prêmio de Excelência em Informática Pública, no VII Congresso de Informática Pública - CONIP2001, realizado de 5 a 7 de junho, em São Paulo.

O IBGE concorreu com o trabalho "Banco Multidimensional de Microdados Estatísticos", 1º lugar na categoria Universalização dos Serviços e Redes Públicas de Comunicação e Informação.

O CONIP é o principal fórum brasileiro de discussão e apresentação do que existe de mais relevante em matéria de modernização do serviço público, atendimento ao cidadão, gestão administrativa e de finanças públicas. O tema do VII CONIP foi Governo Eletrônico e Inclusão Digital: o futuro da cidadania na era da informática.



Prêmio iBEST - categoria governo, em 06/05/2003, em São Paulo. O portal do Instituto foi considerado, pela terceira vez, o melhor pelos dois júris da competição: o popular – aberto a todos os que navegam na internet – e o oficial. O IBGE esteve entre os três finalistas (Top 3) em todas as edições do prêmio iBEST, criado em 1995. Além de ganhar o iBEST 2003, o Instituto também foi premiado em 1996 (júri popular e oficial) e em 2000 (júri popular). Em 2002, a página do IBGE foi visitada, em média, por mais de 350 mil usuários por mês. Ao longo de 2003, foi visitado por mais de 5 milhões de pessoas.

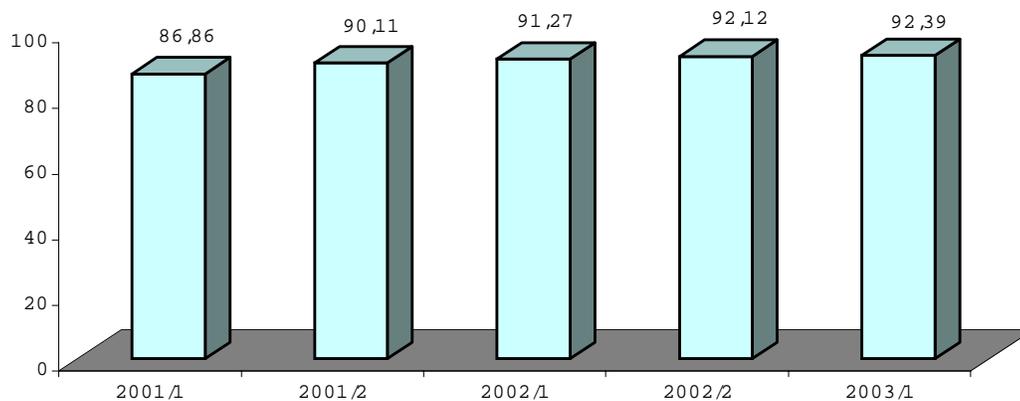
B) Resultados relativos às Pessoas

Os resultados apresentados nos gráficos 7 e 8 refletem a boa avaliação dos servidores do IBGE, em estrita consonância com os resultados institucionais. No entanto, como o processo de avaliação de desempenho na Instituição ainda é incipiente, deve-se admitir a necessidade de se aperfeiçoar a cultura de avaliação por parte dos gerentes e a respectiva assimilação desse processo pelos avaliados.

O IBGE já está disponibilizando treinamento específico para a conscientização dos gerentes (avaliadores) sobre a importância de seu papel na gestão das pessoas que a eles se reportam, e no desenvolvimento da Instituição.

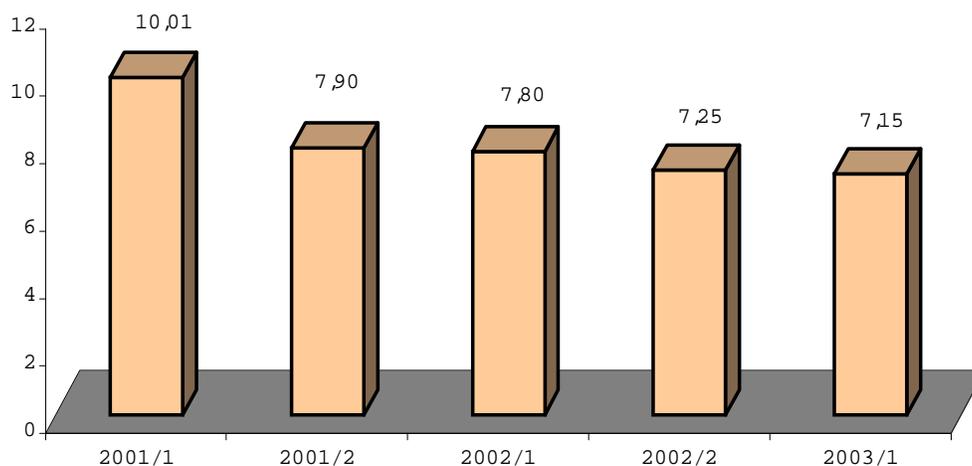
Com o aprimoramento contínuo do processo de avaliação de desempenho, corroborado pela atividade de racionalização da ferramenta informatizada que será posta em prática brevemente, espera-se, nos médio e longo prazos, que o Sistema de Avaliação de Desempenho funcione sem as dificuldades que a Instituição ainda enfrenta. Frise-se também, a perseverança em busca da sensibilização dos avaliadores e avaliados quanto à importância do processo de avaliação de desempenho, do comprometimento do corpo funcional com as ações de melhoria contínua advindas desse instrumento e da redução, a índices mínimos, da subjetividade presente no ato de avaliar, através da introdução de mecanismos que facilitem o processo a todos os gerentes avaliadores da Instituição.

GRÁFICO 7 - Evolução da Nota Média dos Servidores no Sistema de Avaliação de Desempenho



Fonte: Coordenação de Recursos Humanos - CRH, 05/03/2004

GRÁFICO 8 – Evolução do Desvio Padrão das Notas dos Servidores no Sistema de Avaliação de Desempenho



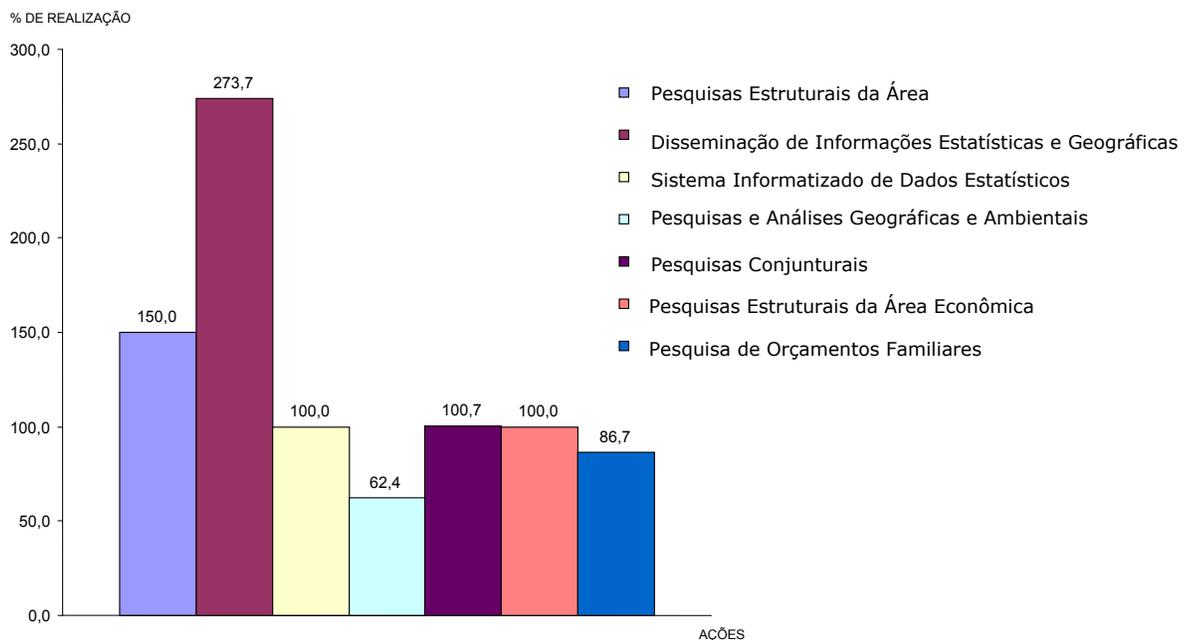
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos - CRH, 05/03/2004

C) Resultados relativos aos Processos Finalísticos

Através do gráfico 9 observa-se que a maior parte das Ações do Programa Informações Estatísticas e Geográficas atingiram as metas físicas previstas, tendo algumas, inclusive, ficado bem acima da previsão inicial. Cabe ressaltar que a Ação Pesquisa e Análises Geográficas e Ambientais conseguiu cumprir 62,4% do previsto, mesmo tendo os seus recursos orçamentários reduzidos em 50%.

Apesar do levantamento das informações para a Ação Pesquisa de Orçamentos Familiares ter sido concluído em julho de 2003, problemas operacionais impediram o atingimento de 100% da meta física prevista. Esses problemas já foram sanados, e no primeiro trimestre de 2004 será feita a divulgação dos primeiros resultados.

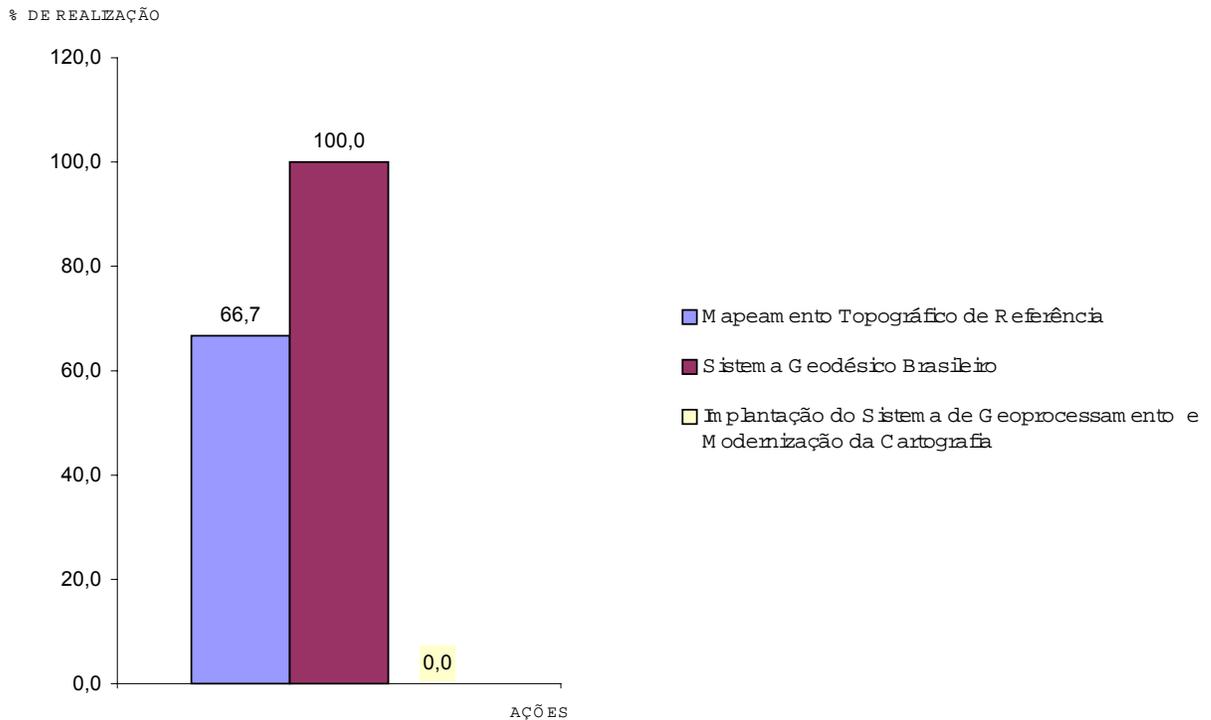
GRÁFICO 9 – Programa Informações Estatísticas e Geográficas – Metas Físicas por Ação - 2003



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, dezembro de 2003

A Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia teve a sua execução impactada por contingenciamentos orçamentários ocorridos em 2003. A liberação dos recursos iniciou-se apenas em junho de 2003, sendo que 77,9% do financeiro previsto ocorreu somente em dezembro, resultando na impossibilidade de realização das metas físicas previstas no decorrer do período, conforme planejado. Esta situação se refletiu na execução da Ação Mapeamento Topográfico de Referência, tendo em vista que a sua implementação depende do desenvolvimento de sistemas e da modernização de seu parque computacional. Mesmo com essas restrições, além do corte orçamentário de 58,15%, essa Ação conseguiu atingir 66,7% das metas físicas previstas, conforme pode ser visto no gráfico 10.

GRÁFICO 10 – Programa Cartografia Nacional – Metas Físicas por Ação - 2003



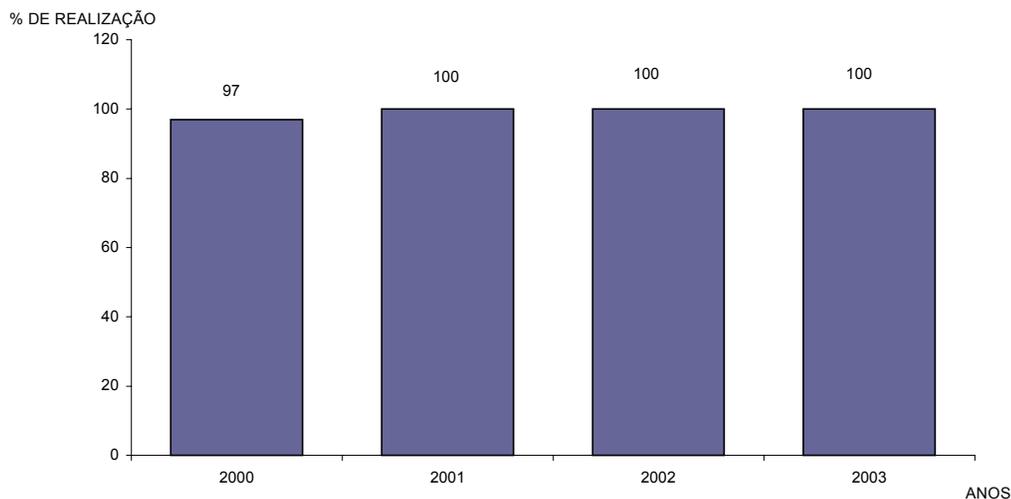
Fonte: Sistema de Informações gerenciais e de Planejamentos - SIGPLAN, dezembro de 2003

A Ação Censo Demográfico 2000 foi concluída em 2003, motivo pelo qual é apresentado um gráfico que permite a visualização do atingimento das metas físicas previstas para essa Ação, no período referente ao PPA 2000-2003. Os resultados apresentados no gráfico 11 refletem a eficácia dos processos finalísticos destinados ao alcance dos objetivos do Programa.

Cabe ressaltar que a disponibilização no tempo adequado de dados atualizados teve, sem dúvida, impacto positivo sobre o público-alvo, uma vez que essas informações contribuem para o melhor planejamento e ações mais eficazes, do setor privado e das políticas públicas. Assim, tendo em conta os resultados divulgados, pode-se considerar que o desempenho foi satisfatório, além de oferecer subsídios às comunidades acadêmicas e técnico-científicas sobre a evolução demográfica e social do país, propiciando-lhes melhores condições para seus estudos e projetos. Destaca-se, também, a significativa redução nos prazos de disponibilização dos resultados em comparação ao realizado no Censo Demográfico de 1991.

O Gráfico 11 permite a visualização do atingimento das metas físicas previstas para o Programa Censo Demográfico 2000, considerando que teve a duração concomitante à do PPA 2000-2003. Os resultados apresentados refletem a eficácia do Programa.⁴

GRÁFICO 11 – Programa Censo 2000 – Metas Físicas – Ação Censo Demográfico 2000 – 2000 - 2003



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento, SIGPLAN, dezembro de 2003

2.6 Gestão Orçamentária

2.6.1 Planejamento Orçamentário

A proposta orçamentária do IBGE tem por base os programas e ações do Plano Plurianual do Governo Federal - PPA e as metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional, traduzidos em projetos/atividades definidos para o exercício. Cabe a cada área gestora, responsável pelos projetos/atividades, indicar a Ação provedora dos recursos orçamentários, tendo como referência as estratégias e classificando os projetos e atividades em ações de melhoria ou manutenção. Essa versão preliminar subsidia a adequação da proposta orçamentária aos limites fornecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP que, após os ajustes necessários, tem os dados orçamentários inseridos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

⁴ Cabe observar que os 3% não realizados, conforme previsão para o exercício de 2000, decorreram da dificuldade de tramitação de processos de licitação para aquisição de equipamentos e contratação de obras e serviços necessários à implementação do Programa, mas foram recuperados efetivamente em 2001.

Para a elaboração da proposta, além da definição do elenco de projetos/atividades, é estabelecido um conjunto de informações básicas que são acompanhadas ao longo do processo de trabalho. Da mesma forma, a identificação das ações que compõem o orçamento do IBGE e seus respectivos gestores são importantes para a identificação da responsabilidade de cada uma das unidades envolvidas no processo.

A linha de construção do orçamento por projeto/atividade visa estabelecer base claramente identificada que facilite a execução orçamentária e possibilite a geração de insumos para outras atividades de planejamento. O trabalho consiste em dar visibilidade mensal, por grupos de despesas e fontes de recursos, associando as metas físicas ao recurso a que se destina, o que é objeto de prestação de contas ao fim de cada exercício.

2.6.2 Execução Orçamentária

A dotação orçamentária prevista para o IBGE no ano de 2003 foi de R\$ 615,4 milhões, dos quais cerca de R\$ 523,8 milhões referentes ao pagamento de pessoal e encargos (ativos, inativos, pensionistas e precatórios) e R\$ 91,6 milhões referentes a outras despesas correntes, investimentos, e inversões financeiras, juros e amortização da dívida; deste último valor R\$ 82,9 milhões se referem às atividades regulares da Instituição, R\$ 1,0 milhão a operações especiais e R\$ 7,7 milhões correspondem a projetos. Mesmo com a política de contingenciamento efetivada pelo Governo ao longo do exercício, a Instituição conseguiu a liberação de quase todo o limite orçamentário tendo sido contingenciado somente R\$ 0,7 milhão, restringindo a execução orçamentária em outras despesas correntes e investimentos a R\$ 89,9 milhões. Do limite estabelecido para recursos do Tesouro Nacional no valor de R\$ 80,1 milhões, executou-se 99,38%; e para recursos próprios no valor, de R\$ 7,7 milhões, executou-se 99,93%.

QUADRO 12 - Orçamento 2003, por Ação e Grupo de Despesa

AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (A)	LIMITES ORÇAMENTÁRIOS (B)	EXECUÇÃO DA DESPESA			PERCENTUAIS	
				Empenho Liquidado (C)	Recursos Descentralizado (D)	Total (E = C + D)	Exec./ Dotação E/A	Exec./ Limites E/B
1 - Atividade		385.221.802,00	82.203.732,92	383.677.829,27	4.594,17	383.682.423,44	99,60	
1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	100	302.355.016,00	-	302.295.388,23	-	302.295.388,23	99,98	
1.2 - Outras Despesas Correntes (Rec. Próprio)	250 650	9.958.649,00	9.798.595,92	9.791.403,44	-	9.791.403,44	98,32	99,93
1.3 - Outros Grupos (Recursos do Tesouro)		72.908.137,00	72.405.137,00	71.591.037,60	4.594,17	71.595.631,77	98,20	98,88
1.3.1 - Outras Despesas Correntes	100 280 680	72.080.878,00	-	70.952.863,67	4.594,17	70.957.457,84	98,44	
1.3.2 - Investimentos	100	677.259,00	-	488.173,93	-	488.173,93	72,08	
1.3.3 - Inversões Financeiras	100	150.000,00	-	150.000,00	-	150.000,00	100,00	
2 - Operação Especial		222.408.557,00	-	218.533.187,62	3.585.548,53	222.118.736,15	99,87	
2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	100 153	221.400.692,00	-	218.175.726,00	3.160.995,29	221.336.721,29	99,97	
2.2 - Outras Despesas Correntes	100	636.023,00	-	-	424.553,24	424.553,24	66,75	
2.3 - Juros e Encargos da Dívida	144	65.034,00	-	62.589,06	-	62.589,06	96,24	
2.4 - Amortização da Dívida	100 388	306.808,00	-	294.872,56	-	294.872,56	96,11	
3 - Projeto		7.739.542,00	7.738.552,00	7.337.186,33	-	7.337.186,33	94,80	94,81
3.1 - Outras Despesas Correntes	100, 149	7.039.542,00	-	6.784.087,73	-	6.784.087,73	96,37	
3.2 - Investimentos	100	700.000,00	-	553.098,60	-	553.098,60	79,01	
TOTAL		615.369.901,00	89.942.284,92	609.548.203,22	3.590.142,70	613.138.345,92	99,64	

Fonte: Sistema Administrativo Financeiro - SIAFI, dezembro 2003

No ano de 2003, o IBGE recebeu transferências através de convênios no total de R\$2.414.857,94 executando R\$ 2.411,384,73, como pode ser visto no quadro 13 a seguir.

QUADRO 13 - Convênios em 2003, por organização Parceria e Grupo de Despesa

ÓRGÃO/GRUPO DE DESPESA	FONTE	RECURSOS	EXECUÇÃO	%
		DESCENTRALIZADOS (A)	ORÇAMENTÁRIA (B)	EXEC/DESC B/A
INEP - Inst. Nac. de Est. E Pesq. Educacional Censo Escolar da Educação Básica Convênio nº 30/03 Outras Despesas Correntes	112	750.854,84	749.852,23	99,87
FNS - Fundo Nacional de Saúde Sistema Nacional de Informações em AS Convênio nº 33/03 Outras Despesas Correntes	151	1.606.980,78	1.604.510,18	99,85
CAPES - Fund. Coord. Pessoal Nível Superior Concessão de Bolsa de Pós-Graduação Convênio DS/CAPES 0022/02 Outras Despesas Correntes	112	36.776,96	36.776,96	100,00
Convênio PROAP 005/02-9 Outras Despesas Correntes	112	20.245,36	20.245,36	100,00
		2.414.857,94	2.411.384,73	99,86

Fonte: Sistema Administrativo Financeiro - SIAFI, dez 2003

Quanto aos créditos suplementares, pode-se destacar: a) a incorporação do *superávit* financeiro no valor de R\$ 7.363.800,00; b) a concessão de créditos, sem oferecimento, em pessoal, para atender a folha de pagamento e precatórios, e em outras despesas correntes para precatórios e para auxílio alimentação, em face do aumento concedido; com a concessão de créditos para as atividades regulares do órgão somente com oferecimento de recursos orçamentários; e do não atendimento da solicitação de crédito suplementar, sem oferecimento, no valor de R\$ 4.600.000,00, para atender despesas contratuais com a Administração da Unidade e a Informática.

2.7 Gestão Financeira

2.7.1 Execução Financeira

A execução financeira é demonstrada no quadro 14 com os ingressos e dispêndios de recursos financeiros, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados aos saldos das disponibilidades dos exercícios de 2002 e 2003. No decorrer do ano de 2003, ocorreu a seguinte movimentação:

QUADRO 14 – Execução Financeira em 2003

DISCRIMINAÇÃO	SALDO (R\$)
1. SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	51.764,00
2. INGRESSOS	1.115.607.240,32
2.1 Receitas Próprias Arrecadadas	3.816.499,61
2.1.1 Receitas Correntes	3.294.015,09
2.1.2 Receitas de Capital	522.484,52
2.2 Transferências Recebidas	948.760.482,16
2.3 Valores em Circulação	63.660.197,79
2.4 Valores a Classificar	0,00
2.5 Valores Diferidos	23.167.870,13
2.6 Depósitos	2.773.997,78
2.7 Obrigações em Circulação	24.375.215,20
2.8 Ajustes de Direitos e Obrigações	49.052.977,65
SUBTOTAL (1+2)	1.115.659.004,32
3. APLICAÇÕES	1.115.334.117,25
3.1 Despesas Orçamentárias	611.959.587,95
3.1.1 Despesas Correntes	610.473.442,86
3.1.2 Despesas de Capital	1.486.145,09
3.2 Transferências Concedidas	357.797.188,59
3.2.1 Transferências Orçamentárias	356.912.242,49
3.2.2 Transferências Extra-Orçamentárias	884.946,10
3.3 Valores em Circulação	36.253.380,53
3.4 Valores Pendentes a Curto Prazo	19.791.804,26
3.5 Depósitos	4.601.939,32
3.6 Obrigações em Circulação	42.973.606,69
3.7 Ajuste de Direitos e Obrigações	41.956.609,91
4. SALDO DISPONIVEL EM 31/12/2003 (1+2-3)	324.887,07

Fonte: Sistema Administrativo Financeiro - SIAFI/DEZ/2003

Os valores contidos no quadro 15, referem-se aos controles dos recursos aplicados na conta única, por fonte de recursos.

QUADRO 15 – Fonte de Recursos e Vinculação de Pagamento

FONTE	CONTA	SALDO (R\$)
250	Saldos de Exercícios Anteriores	275.611,01
280	Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	35.364,19
650	Receita Própria de Diversas Origens	7.901,46
SUBTOTAL (1)		318.876,66
Outras Disponibilidades (2)		6.010,41
TOTAL (1+2)		324.887,07

Fonte: Sistema Administrativo Financeiro - SIAFI/DEZ/2003

3.

2.7.2 Convênios e Parcerias com Transferências de Recursos

Segue abaixo os convênios e parcerias do IBGE que incorreram em transferências de recursos no exercício de 2003, discriminando o objeto da ação conjunta.

Nº do convênio 374696.

Concedente Fundação IBGE

Convenente PNUD – United Nations Development Programme

Descrição Convênio objetivando melhoria da qualidade e atualização das estatísticas econômicas básicas necessárias à definição e avaliação de políticas de desenvolvimento do País, pela modernização dos procedimentos de coleta, processamento e análise de informações econômicas e capacitação do quadro técnico do IBGE nesses procedimentos

Nº do convênio 480992

Concedente Fundação IBGE

Convenente Advocacia Geral da União

Descrição Convênio objetivando o curso de formação de Procuradores Federais, em exercício no IBGE, realizado na Advocacia Geral da União, Brasília-DF

Nº do convênio 422943

Concedente Secretaria Nacional de Segurança Pública

Convenente Fundação IBGE

Descrição Convênio objetivando a realização do projeto de indicadores sobre a criminalidade no Brasil

N° do convênio 451763

Concedente Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde

Conveniente Fundação IBGE

Descrição Convênio objetivando o desenvolvimento da pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – AMS

N° do convênio 456408

Concedente Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Conveniente Fundação IBGE

Descrição Convênio objetivando a formação de especialistas em nível de mestrado e doutorado, nas áreas de ciência e tecnologia e cultura, e que possuam cursos de pós-graduação, *strictu sensu* recomendados pelo sistema de acompanhamento e avaliação da CAPES.

N° do convênio 465082

Concedente Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Conveniente Fundação IBGE

Descrição Convênio que objetiva proporcionar melhores condições às instituições de ensino superior, para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento científico nos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*-PROAP.

N° do convênio 465596

Concedente Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Conveniente Fundação IBGE

Descrição Convênio tem por objeto a mútua cooperação técnica e financeira visando a reprodução gráfica de Atlas Geográfico Escolar, Mapa das Terras Indígenas no Brasil, Mapa Etnográfico Brasileiro e Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju

N° do convênio 466485

Concedente Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

Conveniente Fundação IBGE

Descrição Convênio que objetiva o apoio financeiro para realização de Pesquisa de Orçamentos Familiares, visando o fortalecimento do SUS.

- N° do convênio** 467674
Concedente Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SPO
Conveniente Fundação IBGE
Descrição Convênio que objetiva a realização de um levantamento sobre o meio ambiente em todos os municípios brasileiros, por meio de um questionário suplementar a Pesquisa de Informações Básicas Municipais
- N° do convênio** 483437
Concedente Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde
Conveniente Fundação IBGE
Descrição Convênio que objetiva a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD para investigação de acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil
- N° do convênio** 484188
Concedente Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Conveniente Fundação IBGE
Descrição Convênio que objetiva capacitar técnicos responsáveis pela coleta de campo nas 27 unidades da federação, coleta de dados da pesquisa de verificação do Censo Escolar 2003, acompanhar a pesquisa na fase de coleta das informações e entrada de dados, crítica e consistência do conteúdo dos questionários coletados, utilizando o Sistema Integrado de Informações Educacionais - SEEC
- N° do convênio** 490803
Concedente Ministério do Esporte
Conveniente Fundação IBGE
Descrição convênio que objetiva a realização de pesquisa suplementar a Pesquisa de Informações Básicas Municipais

No Quadro 16, encontram-se discriminados os convênios do exercício de 2003, por período de vigência e valor.

QUADRO 16 - Convênios em Vigor no Exercício de 2003, por Vigência e Valor

NÚMERO	VIGÊNCIA		VALOR (R\$)
	INÍCIO	FIM	
374696	22/5/1998	31/12/2004	9.782.500,00
480992	2/6/2003	31/10/2003	12.000,00
422943	24/10/2001	16/01/2003	264.239,98
451763	7/6/2002	15/04/2003	1.000.000,00
456408	5/7/2002	30/07/2005	53.614,48
465082	6/7/2002	31/07/2005	53.350,00
465596 (1)	26/9/2002	26/12/2002	5.818.329,00
466485	24/10/2002	22/09/2003	1.330.500,00
467674	26/11/2002	31/12/2003	190.000,00
483437	14/10/2003	4/08/2005	2.191.250,00
484188	6/11/2003	30/11/2003	918.517,31
490803	18/12/2003	18/01/2005	50.000,00

Fonte: IBGE, dez 2003

(1) Convênio com vigência até 2002 mas com movimentação em 2003

2.7.3. Previdência Privada

A Sociedade Ibgearna de Assistência e Seguridade – SIAS foi criada em 1979 com objetivo de fornecer aos então empregados do IBGE, sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, entre outros benefícios, uma complementação do valor de aposentadoria, de modo a garantir, quando aposentados, uma remuneração bem próxima àquela percebida quando ainda em atividade.

A partir de 1991, por força da Lei n.º 8112 de dezembro de 1990, que instituiu o Regime Jurídico Único - RJU, o IBGE deixou de repassar à SIAS o valor correspondente à obrigação do empregador, parcela constituinte da formação dos recursos destinados a manter as obrigações estatutárias junto aos seus participantes. A interrupção da transferência de recursos do IBGE à SIAS foi determinada pela migração de todo o quadro de empregados da Fundação do regime CLT para o RJU, regime no qual o servidor, ao passar à inatividade, adquire o direito de manter a mesma remuneração obtida quando em atividade.

Com a criação, na SIAS, de fundos constituídos para este fim, o IBGE passou então a patrocinador de fundos de complementação da aposentadoria para algumas situações em que o RJU não prevê a integralidade do valor do pagamento antes percebida pelo servidor. É importante observar que esses fundos não prevêm qualquer custo para o IBGE.

No ato de criação da SIAS, o IBGE assumiu o compromisso relativo à complementação das reservas matemáticas referentes ao período anterior à criação da entidade dos funcionários que aderissem ao plano de aposentadoria complementar que estava sendo constituído. Essas reservas deveriam ser constituídas através de um recolhimento à SIAS, mensalmente, de determinado valor indicado por cálculo atuarial. Assim, como em 1991 já existiam empregados aposentados, participantes da SIAS, e recebendo complementação aos valores pagos pela Previdência Social, essa obrigação permanecia.

Por determinação da Secretaria Federal de Controle foi solicitada uma auditoria atuarial externa que reavaliasse o montante da dívida do IBGE correspondente a tais reservas, tendo em vista a nova situação da entidade. Essa auditoria determinou o novo montante a ser pago e a Secretaria de Previdência Complementar, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social, exigiu em 2001 a assinatura de documento formal, que garantisse à SIAS o recebimento daqueles valores. Dessa forma, foi assinado em 2002 um termo de reconhecimento de dívida a ser paga pelo IBGE na forma de oito parcelas anuais.

Assim, no exercício de 2003, foram repassados à SIAS recursos da ordem de R\$13.567.282,45, sendo desse total R\$ 4.868.000,00 correspondentes à segunda parcela devida pelo IBGE, conforme o contrato assinado⁵³. Ainda no mesmo total, foram transferidos à SIAS R\$ 7.117.890,77 referentes às consignações na folha de pagamento e R\$ 1.581.391,68, relativos ao pagamento de aluguéis e taxas de imóveis.

2.7.4 Restos a Pagar

Do total de recursos inscritos em restos a pagar processados no valor de R\$5.305.809,00, R\$1.472.716,67 correspondem a pagamentos de fornecedores e R\$3.833.092,33 correspondem a despesas de pessoal. Dos R\$3.717.407,96 que foram inscritos em restos a pagar não processados, R\$2.911.082,40 são referentes a outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras e R\$806.325,56 com despesas de pessoal.

⁵³ Tal contrato prevê uma dívida total de R\$ 38.920.948,59 (trinta e oito milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), preços de setembro 2000, a ser paga em 8 parcelas anuais e consecutivas, acrescidos de correção monetária aferida pelo INPC mais juros de 6% ao ano. O processo contou com a anuência do Ministério do Planejamento, Secretaria de Previdência Complementar e Secretaria de Orçamento e Finanças para formalização e assinatura do contrato entre as partes

2.8 Gestão de Pessoas

2.8.1. Situação do Quadro de Pessoal

Com o ingresso dos servidores do IBGE no Regime Jurídico Único - RJU, em dezembro de 1990, e após a Reforma da Previdência ocorrida no final de 1998, o quadro de pessoal permanente vem sendo reduzido e a tendência é que continue a diminuir, com menos intensidade nos próximos anos.

Visando minimizar tal impacto nas atividades, foram realizados três concursos públicos nos anos de 1996, 2001 e 2002, para as carreiras de nível superior, recompondo parcialmente o quadro de pessoal, em aproximadamente 784 servidores, dos quais permanecem atualmente 550 servidores, o que representa retenção de cerca de 70% dos concursados. Apesar disso, a quantidade de recursos humanos ainda tem se mostrado insuficiente.

Além disso, desde 1997 o IBGE vem adotando nova estratégia para a área de recursos humanos através da realização de Processos Seletivos Simplificados-PSS⁶, com o propósito de suprir a necessidade de pessoal na realização das coletas de pesquisas sazonais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, entre outras. Essa prática foi estendida, mais recentemente, às pesquisas contínuas como o Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor - SNIPC e à Pesquisa Mensal de Emprego - PME, antes realizadas exclusivamente por pessoal do quadro permanente. Portanto, hoje, uma parte significativa do trabalho de coleta é realizada por pessoal temporário.

No primeiro ano de realização em 1997, o PSS abriu 1.295 vagas para agente de pesquisa. A oferta foi ampliada para 2.534 vagas no último PSS realizado. Estima-se que em 2004 as vagas ultrapassem esse número, atingindo a previsão de 3.430 vagas. Nos últimos 36 meses, a média mensal de contratos temporários na Rede de Coleta do IBGE foi de 1.685. Vale ressaltar que o quantitativo de servidores contratados varia conforme a sazonalidade do cronograma de coleta das pesquisas do IBGE. Atenta-se que no segundo semestre de cada exercício ocorre uma concentração do processo de coleta maior do que durante o primeiro semestre, o que requer um quantitativo de mão-de-obra mais expressivo naquele período, acarretando maior número de contratos temporários na Rede de Coleta.

⁶ Nos termos previstos na Lei 8.745 de 09/12/93, alterada pela MP nº 1.554-12 de 14/02/1997 e relações subsequentes

A utilização cada vez maior de mão-de-obra temporária atuando na Rede de Coleta evidencia a necessidade urgente de abertura de concurso público para recompor o quadro permanente de servidores de nível intermediário - responsáveis pelo levantamento das informações em âmbito nacional, como também de nível superior - responsáveis pelo planejamento, gerenciamento e análise destas pesquisas.

2.8.2. Gastos com Remuneração

Com a implantação do RJU os níveis e condições de remuneração dos servidores seguem as diretrizes de uma política global do governo federal, que estabelece esses elementos gerenciais.

Os servidores do IBGE pertencem, em sua maioria, ao Plano de Carreira na área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas-Plano C&T, instituído pela Lei nº 8.691/93. Os servidores não optantes pelo referido plano, juntamente com os servidores redistribuídos de outros órgãos não pertencentes ao Plano de C&T, integram o Plano de Classificação de Cargos – PCC.

No Quadro 17 podemos visualizar os gastos com remuneração dos servidores ativos e inativos, por situação funcional, totalizando R\$ 500.101.142,27 (quinhentos milhões, cento e um mil e cento e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), no exercício de 2003.

QUADRO 17 – Gasto Bruto com Folha Normal (*) de Pagamento por Situação Funcional

Situação Funcional	Valor Bruto	%
Ativos	291.971.918,43	58,38
Ativo	270.073.733,08	54,00
Requisitado	68.184,76	0,01
Nomeado	1.545.146,59	0,31
Cedido	5.072.753,52	1,01
Contrato Temporário	15.212.100,48	3,04
Inativos	208.129.223,84	41,62
Aposentado	168.390.298,76	33,67
Beneficiário-Pensionista	39.738.925,08	7,95
Total Geral	500.101.142,27	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, dezembro de 2003.

(*) Não foram incluídos os valores referentes às Folhas de Pagamento Complementar e Suplementar.

2.8.3. Valorização do Servidor

Quanto ao processo de valorização do servidor, cabe destacar as seguintes ações: Capacitação; Integração de Novos Servidores; Processo Seletivo Interno; Avaliação de Desempenho; e Benefícios.

A) Capacitação

O IBGE vem desenvolvendo, desde 1996, ações sistemáticas no sentido de definir e implementar programas anuais de treinamento que viabilizem a capacitação do seu quadro de servidores para a incorporação de novas tecnologias e para a ampliação das possibilidades de melhoria de qualidade dos trabalhos nas áreas de pesquisas estatísticas e geográficas, de informática, e de gerenciamento.

O Programa Anual de Treinamento – PAT é o principal instrumento de planejamento e organização da área de capacitação, ofertando cursos considerados estratégicos para a Instituição pelo Comitê de Coordenação de Treinamento - CCT.

Os cursos de curta duração do PAT abrangem cinco áreas de conhecimento: técnica (com concentração em estatística, geociências e meio ambiente); de informática (automação de escritório; desenvolvimento, armazenamento e exploração de dados; edição e análise de dados espaciais; editoração e programação visual; planejamento e utilização dos recursos e serviços de informática; rede; sistemas operacionais); administrativa ; gerencial; e idiomas.

Dentre os cursos constantes no Plano Anual de Treinamento encontra-se o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa - CDHP. Baseado no Survey Skills Development Course do Statistics Canada, o CDHP se propõe a fornecer aos participantes uma visão abrangente de todo o processo de planejamento e execução de uma pesquisa domiciliar por amostragem. Partindo de uma demanda específica apresentada por um cliente, os alunos, em curto espaço de tempo, desenvolvem um projeto, realizam o trabalho e apresentam, sob forma de relatório e arquivo de microdados, os resultados da pesquisa realizada em condições reais.

Em 2003 foi instituído um grupo de trabalho, com vistas a desenvolver o Programa de Educação a Distância – EAD, que vem a ser outro exemplo da busca por alternativas para melhor promover as ações de capacitação no IBGE, oferecendo maior abrangência e economicidade, tendo por objetivo desenvolver condições mais favoráveis à disseminação

de conhecimento, e contribuindo para o fortalecimento do processo de modernização institucional.

As necessidades de capacitação e desenvolvimento são identificadas pelas chefias imediatas, no processo de avaliação e negociação de acordos de desempenho, e pelos servidores, que por iniciativa própria buscam realizar cursos de extensão, Pós-Graduação, *Lato e Stricto Sensu* realizados na ENCE ou em outras Instituições, cuja proposição é avaliada pelo Comitê de Coordenação de Treinamento.

Cabe mencionar que, em 2003, o Programa Anual de Treinamento-PAT capacitou 1.106 servidores em 126 turmas de 50 cursos de curta duração. Dentre os cursos técnicos voltados para as áreas fins do IBGE, pode-se destacar na área de estatística o curso de Amostragem Básica, do qual participaram 22 profissionais das Unidades do Rio de Janeiro. Já em Geociências, o principal evento foi o curso Análise de Drenagem, ministrado no Rio de Janeiro para 14 técnicos desta área.

O PAT 2003 incluiu a gestão da qualidade entre os treinamentos gerenciais, destacando-se o curso Introdução à Gestão da Qualidade em Institutos de Estatística, oferecido pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal para 56 participantes em duas turmas, e o Seminário Modernização dos Institutos Nacionais de Estatística, patrocinado pelo Centro Europeu de Formação de Estatísticos de Países em Desenvolvimento – (CESD/Madrid), que contou com 60 participantes.

A parceria da ENCE com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP foi retomada, com a realização de 9 turmas de cursos gerenciais, no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Paraná e Santa Catarina, destacando-se o curso de Qualidade na Administração Pública, para o qual foram agendadas 4 turmas nas unidades participantes, à exceção do Ceará.

Na área da informática, o atendimento mais especializado teve por foco os cursos de *Spring* Básico e *Spring* Aplicado ao Uso da Terra (20 treinandos), e de Redatam para Programadores e Redatam para Usuários (26 treinandos). Objetivando preparar servidores para recuperar e manusear informações estatísticas sobre bases de microdados, ofereceu-se em 2003 a primeira turma do curso BME – Banco Multidimensional de Estatísticas, que teve a participação de 13 técnicos.

Dando continuidade aos seminários técnicos para atendimento às Unidades Estaduais do IBGE, foram treinados 53 servidores em Contas Nacionais e Contas Regionais e 29 servidores em Contabilidade Comercial. Realizaram-se, ainda, a 11ª e a 12ª edições do

Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa - CDHP, com 50 servidores capacitados.

B) Integração de Novos Servidores

Com o início do processo de recomposição do quadro permanente de servidores de nível superior, o IBGE desenvolveu e implantou o Programa de Integração dos Novos Servidores-PINS, programa inovador, estruturado em sete etapas distintas e que se inicia com a investidura no cargo, lotação na unidade organizacional adequada, preparação do gerente, do orientador, cerimônia de efetivo exercício, ambientação institucional do servidor, e o acompanhamento do processo de integração.

O Programa, embora tenha atendido aos objetivos propostos, encontra-se em fase de reavaliação para o seu aperfeiçoamento, com vistas à maior e mais ativa participação de todos os envolvidos nesse processo de integração do novo servidor, atentando-se também para uma futura maior disseminação de informações em todos os níveis.

C) Processo Seletivo Interno

A implantação do Processo Seletivo Interno veio ao encontro da necessidade de preenchimento de eventuais vacâncias de cargos de titular das Unidades Estaduais, cuja importância estratégica reside em representar o IBGE nas 27 unidades federativas. Esse cargo demanda a necessidade de seu titular deter os conhecimentos sobre a Instituição e seus trabalhos em extensão e profundidade.

Foram realizados, no ano de 2003, três Processos Seletivos Internos para o preenchimento deste cargo nas Unidades Estaduais do Espírito Santo, Tocantins e Sergipe, dando uma justa oportunidade a todos os interessados pertencentes ao quadro da Instituição que apresentaram os pré-requisitos fundamentais à titularidade.

Os resultados finais de cada Processo Seletivo, contendo uma lista tríplice, foram encaminhados ao Conselho Diretor para escolha dos titulares das Unidades Estaduais, que tiveram seus nomes divulgados.

É importante considerar a prática inovadora na Instituição, uma vez que nunca tinha sido utilizado esse tipo de processo seletivo para a escolha do titular de uma Unidade Estadual. Cabe ratificar que essa prática está ocorrendo somente para o preenchimento desses cargos. Nos demais cargos em comissão vagos o preenchimento se dá através de indicação das chefias superiores.

D) Avaliação de Desempenho

Dando continuidade ao processo de reorganização e modernização interna da Instituição, e tendo em conta o cumprimento das diretrizes e metas definidas no Plano Estratégico, o IBGE desenvolveu o Sistema de Avaliação de Desempenho, implantado em março de 2001. Esse sistema reflete uma concepção gerencial que possibilita mensurar o desempenho individual de todos os servidores, com vistas ao melhor aproveitamento do potencial humano da organização, ao desenvolvimento da produtividade, e à identificação das necessidades de treinamento e desenvolvimento profissional, como também ao fortalecimento do espírito de equipe e do comprometimento com a missão institucional.

A Resolução do Conselho Diretor nº 0038, de 3 de dezembro de 2001, estabelece que todos os servidores do IBGE, à exceção dos Procuradores Federais, serão avaliados, semestralmente, dentro dos grupos profissionais a que pertencem (Assessoria, Gerencial, Superior, Intermediário e Estágio Probatório), e define as etapas da Avaliação de Desempenho Individual, a saber: Acordo de Desempenho; Acompanhamento de Desempenho; Análise da Atuação Funcional; e Plano de Desenvolvimento do Servidor.

Esse novo sistema, estruturado a partir da experiência anterior do IBGE, da adequação à legislação pertinente, e conjugado com referenciais de sistemas de avaliação de desempenho existentes em instituições pertencentes ao Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, dentre seus vários objetivos, visa garantir que os servidores possam concorrer a níveis superiores da Gratificação de Desempenho de Atividade em Ciência e Tecnologia – GDACT, bem como à progressão funcional e promoção.

Embora a política institucional esteja dirigida para a consolidação de um sistema que funcione como instrumento de alcance das metas estabelecidas e gerador de mudanças, promovendo ações transformadoras no dia-a-dia do servidor, tal sistema não tem sido utilizado com a intensidade e a potencialidade devidas. Alguns gerentes, freqüentemente, não cumprem as etapas do processo de avaliação, atrasando o cronograma e dificultando os trabalhos da equipe responsável pelo monitoramento do sistema, indicando a necessidade de maior conscientização do corpo gerencial.

O conjunto de resultados atualmente reflete a boa avaliação dos servidores do IBGE, em estrita consonância com os resultados institucionais. No entanto, como o processo de avaliação de desempenho na Instituição ainda é incipiente, deve-se admitir a necessidade de se aperfeiçoar a cultura de avaliação por parte dos gerentes e a respectiva assimilação

desse processo pelos avaliados. A tendência é que, com o aprimoramento contínuo do processo de avaliação de desempenho, o Sistema de Avaliação de Desempenho funcione sem as dificuldades que a Instituição ainda enfrenta.

Frise-se, também, a perseverança em busca da sensibilização dos avaliadores e avaliados quanto à importância do processo de avaliação de desempenho, do comprometimento do corpo funcional com as ações de melhoria contínua advindas deste instrumento e da redução, a índices mínimos, da subjetividade presente no ato de avaliar, através da introdução de mecanismos que facilitem o processo a todos os gerentes avaliadores da Instituição. Para tanto, o IBGE já está disponibilizando um treinamento específico para a conscientização dos gerentes (avaliadores) sobre a importância de seu papel na gestão das pessoas que a eles se reportam, e no desenvolvimento da Instituição.

E) Benefícios

O auxílio alimentação é concedido de forma automática pelo Sistema SIAPE ao servidor e ao contratado para prestação de serviço temporário com a finalidade de subsidiar as despesas com sua alimentação, cujo valor varia de acordo com a Unidade da Federação. O valor do benefício sofreu alteração a partir de 1º de outubro de 2003, de acordo com a Portaria nº 198, de 09.10.2003 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

O auxílio pré-escolar é concedido somente ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares de filhos, enteados, ou menores sob guarda ou tutela, em idade pré-escolar, de 0 (zero) a 06 (seis) anos, e no caso de dependente excepcional (idade mental de até 7 anos incompletos), através de requerimento próprio encaminhado à Unidade de Recursos Humanos.

O auxílio-transporte é o benefício concedido em pecúnia pela União, e destina-se ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, nos deslocamentos de servidores de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. Sua solicitação é feita através de formulário próprio encaminhado à Unidade de Recursos Humanos.

A assistência médico-odontológica consiste no pagamento mensal de ressarcimento do valor do Plano de Saúde adquirido diretamente pelo servidor ativo ou inativo.

QUADRO 18 – Atendimento Médio de Benefícios em 2003

Benefício	Atendimento Médio Mensal	Unidade de Medida
Assistência Médico-odontológica aos servidores e dependentes	26.285	Pessoa beneficiada
Assistência Pré-escolar aos dependentes de servidores	1.056	Criança de 0-6 anos atendida
Auxílio-Transporte aos servidores *	3.169	Servidor beneficiado
Auxílio-Alimentação aos servidores *	7.338	Servidor beneficiado

(*) Não foram computados os contratados sob a lei 8.745 - de 09 de dezembro de 1993 – que dispõe sobre contratação por tempo determinado

2.8.4 Terceirização de Mão-de-Obra

O IBGE, devido à extinção de diversos cargos de serviços administrativos de seu quadro permanente, utiliza atualmente a Lei 8.666, em seu Decreto 2.271/97, para a contratação de forma terceirizada desses tipos de serviço, tais como: Limpeza e Conservação, Serviços de Apoio Geral, Guarda e Vigilância Ostensiva, Recepção, Portaria, Transporte, Manobra, Telefonia e Serviço de *Motoboy*. Por outro lado, embasado na Lei 10.520 de 2002, o IBGE vem utilizando também a modalidade de “pregão”, que trata da aquisição de bens e serviços comuns.

Sob essa base legal, o IBGE pratica, hoje em dia, o processo de terceirização na área de apoio administrativo, o que, por outro lado, apresenta como desvantagem a rotatividade dos técnicos terceirizados.

No início de 2003 foi implantada a terceirização na área de informática, de mão-de-obra para as atividades de suporte e consultoria técnica, através de um banco de horas, cuja vantagem observada se dá na medida em que os recursos humanos com determinado perfil são utilizados somente quando necessários, e nas próprias instalações do IBGE.

2.8.5 Ações Disciplinares

As denúncias sobre irregularidades são apuradas na forma do Art. 143 de Lei nº 8.112/90, com redação dada pela Lei nº 9.527/97. As autoridades, investidas da competência de instaurar procedimentos disciplinares no âmbito do IBGE, vêm regularmente adotando os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias para apurar desvios funcionais.

Dentre os 52 processos instaurados, em âmbito nacional, no exercício de 2003, e considerando uma escala decrescente de incidências, cabe citar que a participação de servidores do IBGE em utilização de pessoal e material da Instituição em atividades particulares apresentou maior frequência, seguida das ocorrências de desvios de valores em numerários de suprimento de fundos e responsabilidade sobre bens patrimoniais, e menos irregularidades relacionadas ao desvio de conduta ética e inobservância às regras deontológicas insertas no Código de Ética do Servidor Público Federal.

Em cumprimento à regra prevista no Estatuto do Servidor Público Civil da União das conclusões dos procedimentos disciplinares são aplicadas aos servidores as penalidades previstas no mesmo diploma legal, quais sejam: advertência, suspensão, cassação de aposentadoria, demissão ou destituição de cargo comissionado, garantindo-lhes o exercício do contraditório e da ampla defesa. A aplicação de tais penalidades nem sempre ocorrem no âmbito do IBGE, em razão das competências legais previstas no art. 141 da Lei n° 8.112/90 e do Decreto n° 3.035/99, o que ocasiona demora na conclusão dos processos.

Quanto à Tomada de Contas Especial, em cumprimento ao disposto no art. 84 do Decreto-Lei 200, de 25/05/67, e art. 148, do decreto n° 98.872, de 23/12/86, e por recomendação da Auditoria da CGU-RJ, deve ser apontado o causador de quaisquer prejuízos à Fazenda Nacional. Para tanto, procede-se a apuração de responsabilidade e de inclusão do devedor de fato ou em apuração junto ao SIAFI, bem como o encaminhamento da abertura de processo de Tomada de Contas Especial, a fim de levantar a documentação que originou os registros contábeis, para a obtenção do valor em pecúnia do prejuízo causado e o devido ressarcimento ao Tesouro Nacional, respaldando o registro do devedor no Cadastro de Inadimplentes-CADIN e a respectiva inscrição na Dívida Ativa da União, após o parecer do Tribunal de Contas da União-TCU.

2. 9 Gestão do Suprimento de Bens e Serviços

2.9.1 Estoque e Suprimento

Uma das atividades destinadas à Gestão de Suprimento de Bens e Serviços é desenvolvida através do Sistema de Controle de Estoque – SCE, parte integrante do Sistema de Banco de Dados Administrativo - BDA. Nesta atividade é promovida a requisição, o recebimento, a conferência, a armazenagem e a distribuição dos materiais de consumo das unidades.

Todos esses processos são desenvolvidos através de métodos específicos, estabelecidos para nortear o suprimento de materiais nos órgãos públicos, de forma a cumprir a legislação que disciplina as formas de abastecimento. Todas as atividades para esse fim seguem rigorosos processos de controle. Um dos instrumentos utilizado pelo IBGE para controlar os níveis de estoques e promover o suprimento de forma econômica, é a classificação dos itens estocados quanto ao valor através do método ABC. A classificação ABC identifica a importância de cada item, de acordo com a sua classe, em relação ao dispêndio com compras a serem efetuadas anualmente. Permite, portanto, tratamento seletivo mais representativo.

Além da classificação ABC, os itens de estoque também são identificados quanto à "criticidade", ou seja, quanto à importância de cada item para a continuidade operacional da instituição, independente do seu valor. Eles podem ser classificados como: nível 1 - materiais cuja falta ocasiona transtornos às atividades da Instituição; nível 2 - materiais cuja falta pode ocasionar transtornos e custos adicionais, mas são mais fáceis de serem adquiridos ou substituídos; ou nível 3 - materiais cuja falta não implica em custos adicionais significativos.

Os estoques têm sido mantidos em níveis baixos e críticos, de forma a atender, na medida do possível, às demandas previstas. O quantitativo de itens estocados em almoxarifado resume-se àqueles imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades básicas. Mesmo assim percebe-se a falta freqüente de determinados tipos de material, como cartuchos de toner para impressoras. Visando minimizar o impacto da ausência desse material nos trabalhos realizados pelas áreas finalísticas, adotou-se a restrição dos diversos tipos usados na Instituição, em função daqueles necessários aos equipamentos utilizados nas pesquisas.

2.9.2 Expedição de Material

A expedição de cargas, postagem de correspondência, serviços de malote e congêneres, resultam na contratação dos seguintes serviços básicos: malote - contrato feito com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para o envio e recebimento de correspondências e volumes, até o máximo de 20Kg, entre as Unidades Gestoras da Administração Central e as Unidades Estaduais; postagem de correspondências - contrato feito com a ECT para o envio de correspondências e pequenos volumes do IBGE a terceiros,

no Brasil e no exterior, por meio de franqueamento, correspondência normal, AR, Sedex Nacional e Internacional, porte pago e carta resposta (observa-se que a remessa por Sedex é excepcional e apenas para aquelas que só possam ocorrer de tal forma, devidamente justificadas); e transporte de cargas - contrato com empresa do ramo para a expedição de materiais e equipamentos das diversas Unidades da sede para qualquer Unidade Estadual do IBGE no Brasil.

2.9.3 Obras e Afins

O planejamento e estudo de soluções técnicas, especificações e estimativas de gastos, assim como o acompanhamento e fiscalização das obras e serviços afins, estão a cargo de uma equipe de profissionais habilitados nos ramos da engenharia e arquitetura, que desenvolve e acompanha os projetos no âmbito do IBGE.

A aplicação dos conhecimentos técnicos observa as normas e regulamentos do Código de Obras e demais legislações pertinentes, buscando obter soluções viáveis para as demandas do IBGE em termos de adequação e segurança dos ambientes de trabalho, ajustadas aos recursos orçamentários para despesas com investimento, caso das obras de construção e reforma.

Os projetos em desenvolvimento de maior relevância são: melhoria das condições de trabalho do complexo Franklin Roosevelt, modernização da gráfica e adaptação das novas instalações da Unidade Estadual - UE da Bahia. Além destes, outros projetos de menor porte são desenvolvidos, sendo prioritários aqueles relacionados com segurança e racionalização - otimização de espaços físicos.

A transferência prevista da coordenação de treinamento da ENCE depende de obras físicas, ainda não contratadas, nas instalações do Complexo General Canabarro. Além disso, as acomodações do corpo docente são inadequadas. Para enfrentar essa dificuldade já foi elaborado um projeto de obras no prédio da escola, que não foi executado em 2003 por dificuldades orçamentárias. O prédio da ENCE também apresenta deficiência estrutural na rede elétrica e na rede de comunicação de dados. Para a rede elétrica, já há projeto pronto aguardando a liberação de verbas. Para a rede lógica, já foram efetuadas aquisições de parte dos equipamentos necessários (*switchs* e micros servidores de rede). O restante do serviço depende de contratação de serviços de cabeamento de fibra ótica, que o IBGE / ENCE está em condições de custear com recursos de convênio, tão logo sejam entregues os equipamentos adquiridos.

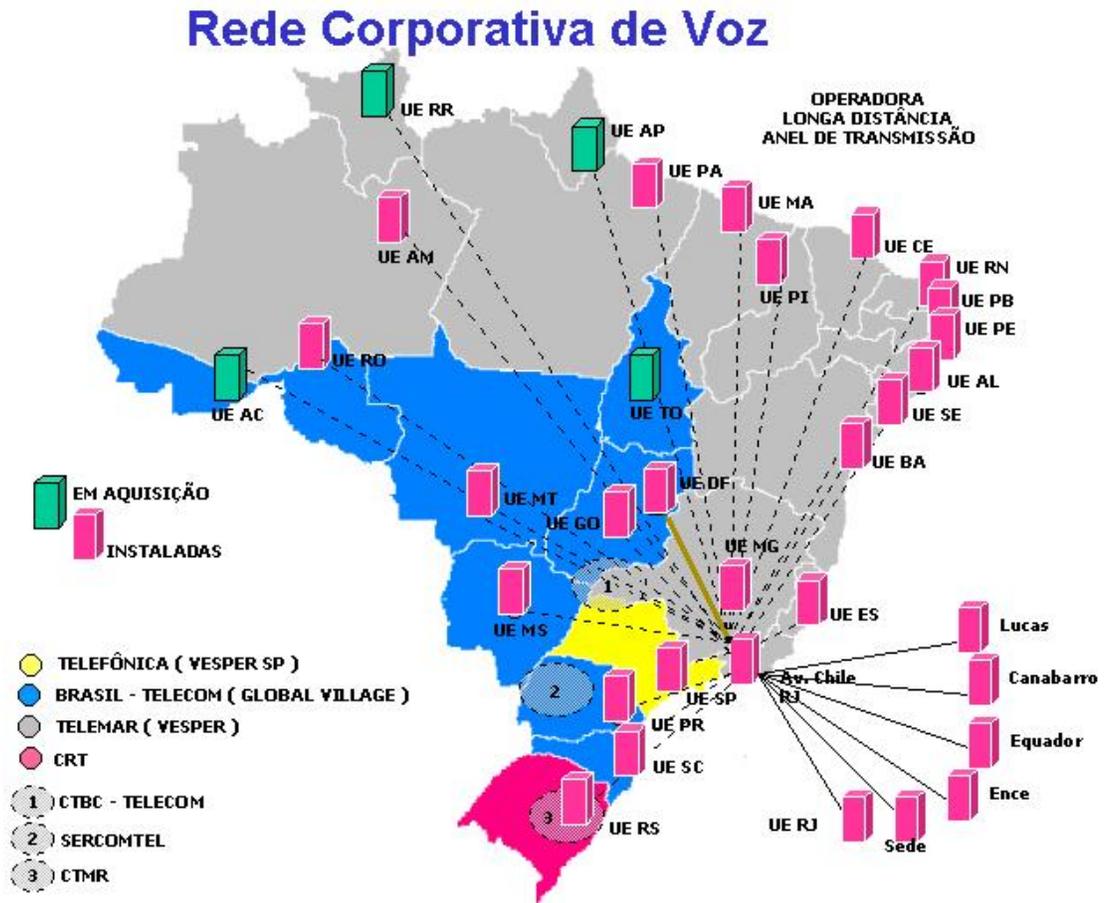
2.9.4 Telefonia

A utilização dos serviços de telefonia destinados à comunicação entre as diversas Unidades do IBGE, existentes em todas as vinte e sete capitais, foi otimizada a partir da concepção de um projeto de Rede Corporativa de Voz, constituída por centrais telefônicas interligadas através de circuitos digitais de telecomunicações. Atualmente, estão interligadas todas as Unidades localizadas no Rio de Janeiro, e a Unidade Estadual de Brasília. Com a ampliação do projeto para a implantação de Rede Corporativa Integrada de Voz e Dados, baseado na utilização da tecnologia MPLS, mais oito Unidades Estaduais terão suas centrais telefônicas interligadas à Rede Corporativa a partir do final de março/2004; BA,CE,DF (incorporada à nova solução), MG,PA,PE,PR,RS e SP, conforme pode ser visto na figura 1. Novas Unidades serão também interligadas posteriormente, cabendo ressaltar que isto dependerá de fatores relacionados a um estudo prévio de viabilidade econômica.

Dentre as inúmeras vantagens das centrais telefônicas e da criação da Rede Corporativa de Voz e Dados, podem ser destacadas: a redução do custo das ligações locais e DDD, já que as ligações originadas na Rede Corporativa serão computadas como ligações locais sempre que destinadas às capitais cujas Unidades já estejam integradas à Rede Corporativa; a discagem direta a ramal sem auxílio de telefonista (ramal DDR) e a eliminação de linhas telefônicas individuais.

A atual política do Governo, promovendo a expansão e competição no setor de telefonia, vem gerando uma forte concorrência entre as operadoras e, por conseguinte, regras e diretrizes estabelecidas pela Anatel. Tal fato implica numa atualização técnica contínua, não só para o cumprimento dessas diretrizes, como também para a obtenção de condições vantajosas para o IBGE, na contratação desses serviços.

FIGURA 1 Rede Corporativa de Voz da Fundação IBGE



2.9.5 Administração de Contratos

Os serviços básicos contratados são destinados à limpeza, manutenção de elevadores e portaria - recepção. A severa escassez de recursos orçamentários, agravada a cada exercício ao longo dos últimos anos, vem impactando a efetivação de vários projetos, especialmente no tocante à conservação dos imóveis próprios do IBGE assim como no suprimento de equipamentos e materiais de consumo importantes.

Além disto, para minimizar o impacto causado pela falta de suprimentos nas áreas finalísticas foram adotadas algumas medidas, tais como: a redução ou eliminação de contratações/compras que não fossem destinadas aos processos finalísticos, e a criação de grupos de trabalho, com vistas a buscar soluções alternativas.

Os impactos causados pela restrição de recursos e redução de serviços contratados resultaram em maior tempo nas análises realizadas nos processos administrativos, acarretando, em consequência, eventuais acúmulos e retardamento na tramitação dos mesmos. A distribuição das atividades entre os servidores, com o estabelecimento de prioridades para o atendimento da demanda existente, tendo em vista o cumprimento dos prazos estabelecidos em lei, foi uma das medidas adotadas para a diminuição dos gargalos operacionais na área administrativa.

Num constante processo de redução de custos, a Instituição vem implementando políticas de racionalização e contenção de gastos de infraestrutura voltadas, especialmente, para os itens de maior comprometimento. Dentre as medidas implementadas para minimizar os impactos negativos causados às atividades da Instituição, no âmbito da gestão de suprimento de bens e serviços, podem ser destacadas: a redução do efetivo dos contratos de prestação de serviços; a adoção de programas para obter a cessão de imóveis para instalação de agências do IBGE nos municípios assim como o estabelecimento de exaustivas negociações com locadores para redução dos aluguéis, de forma a minimizar o pesado encargo de locação; a implementação de processos de alienações de bens inservíveis, por venda, de forma a auferir recursos e otimizar os espaços ocupados; a implementação de licitação para os serviços de telefonia, de modo a auferir os melhores preços, além de estabelecer o ressarcimento pelos servidores de ligações interurbanas e para celular, que sejam de caráter particular; a substituição de prestação de serviços contratados, como no caso de vigilância ostensiva por vigilância eletrônica e/ou portaria; e uso permanente da política de negociação de reajustes nos preços para todos os contratos.

2.10 Gestão Patrimonial

2.10.1. Imóveis

Para a administração dos contratos de locação e cessão de imóveis o IBGE utiliza, como principal ferramenta, o Sistema de Bens Imóveis, integrante do Banco de Dados Administrativo – BDA, o qual dispõe de todos os dados e registros de cada imóvel ocupado, assim como, o número de servidores, dispêndios com manutenção, gastos com energia, água, esgoto e demais encargos pertinentes. O Quadro 19 apresenta os valores correspondentes aos imóveis próprios, alugados e cedidos pelo IBGE em todo o Brasil.

QUADRO 19 – Despesa com Bens Imóveis Segundo o Tipo de Ocupação

Próprios		Alugados		Cedidos	
Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Despesa (R\$)	Quantidade	Economia (R\$)
65	74.565.617,68	289	1.014.723,13	118	84.245,00

Fonte: Banco de Dados Administrativo - BDA, novembro de 2003

2.10.2. Móveis e equipamentos

A administração do acervo mobiliário do IBGE se processa através do Sistema de Bens Móveis - SBM, também integrante do Banco de Dados Administrativo (BDA). Pelo SBM é registrada e controlada toda e qualquer movimentação de bens, envolvendo tombamento, com correspondente identificação, localização, transferência, alienação nas suas várias modalidades e baixa.

O Inventário Geral de Bens Móveis⁶, realizado no mês de novembro de cada exercício, é o procedimento legal e obrigatório para a demonstração atualizada, patrimonial e contábil, do acervo de bens do IBGE. As quantidades e valores de móveis e equipamentos nas unidades do Rio de Janeiro e nas Unidades Estaduais estão apresentadas no quadro 20.

QUADRO 20 – Bens Móveis e Equipamentos segundo a Localidade

Unidade	Quantidade	Valor* (R\$)
Sede	41.918	48.235.839,99
Unidades Estaduais	87.916	36.307.289,03
Total	129.114	84.543.129,02

Fonte: Banco de Dados Administrativo - BDA, novembro de 2003

* Valor histórico posição em 11/11/2003.

O registro de transferências e recebimentos de bens móveis pelos respectivos consignatários é feito diretamente no Sistema *on-line*, com acesso na página principal da Diretoria Executiva - DE (Intranet), em formulários administrativos – Transferência de Bens Móveis -TBM.

O descarte de bens inservíveis pode ocorrer, basicamente, pela doação, permuta ou venda. A forma de alienar mais utilizada pelo IBGE, após verificação da relação custo- benefício, é a venda através de leilão público.

Através da intranet o IBGE divulga aos seus servidores sobre otimização e melhores condições do local de trabalho advindas do descarte de todo material desnecessário,

⁶ A consignação de Bens aos servidores, está definida na Resolução da Presidência R.PR-003/03 e os Procedimentos na OS/CRM-001/03.

inservível ou mesmo ocioso; sobre a viabilidade de transferências de material não utilizado à outra unidade; sobre a geração de recursos produto da venda de sucata; e também sobre a possibilidade de doação a entidades filantrópicas, especialmente aquelas que atendem as comunidades carentes.

2.10.3 Veículos

A frota do IBGE é constituída de carros para transporte de passageiros, utilitários e caminhões, alocados nas diversas Unidades do IBGE em todo o território nacional, nas quantidades indicadas no quadro 21.

QUADRO 21 – Número de Veículos por Unidade Gestora

UNIDADE	VEÍCULOS
CRM/GEATE (Franklin Roosevelt)	17
DE/GAT -1(Chile)	12
DE/GAT - 2 (Canabarro)	6
DE/GAT -3 (Lucas)	33
TOTAL SEDE	68
UE/ACRE - AC	10
UE/ALGOAS - AL	18
UE/AMAPÁ - AP	7
UE/AMAZONAS - AM	13
UE/BAHIA - BA	72
UE/CEARÁ - CE	52
UE/DISTRITO FEDERAL - DF	64
UE/ESPÍRITO SANTO - ES	11
UE/GOIÁIS - GO	49
UE/MARANHÃO - MA	21
UE/MATO GROSSO - MT	23
UE/MATO GROSS DO SUL - MS	29
UE/MINAS GERAIS - MG	104
UE/PARÁ - PA	32
UE/PARAÍBA - PB	22
UE/PARANÁ - PR	62
UE/PERNAMBUCO - PE	36
UE/PIAUÍ - PI	18
UE/RIO DE JANEIRO - RJ	40
UE/RIO GRANDE DO NORTE - RN	16
UE/RIO GRANDE DO SUL - RS	54
UE/RONDÔNIA - RO	14
UE/RORAIMA - RR	6
UE/SANTA CATARINA - SC	40
UE/SÃO PAULO - SP	126
UE/SERGIPE - SE	11
UE/TOCANTIS - TO	13
TOTAL UNIDADES ESTADUAIS	963
TOTAL IBGE	1031

Fonte: Banco de dados Administrativo - BDA, setembro de 2003

O controle do expressivo número de veículos do IBGE é realizado através do Sistema Informatizado de Veículos - SIV, integrante do BDA, onde são mantidos e atualizados todos os registros pertinentes a cada veículo, contendo especialmente sua identificação, localização, consumo e gastos com manutenção.

Cabe às Unidades Gestoras, tanto nas do Rio de Janeiro como em cada Unidade Estadual, a atualização periódica e freqüente do SIV, permitindo não só o efetivo controle, como também a produção de relatórios gerenciais, fundamentais para sua administração. São fornecidas orientações para as Unidades Administrativas de Atendimento quanto aos procedimentos e exigências de ordem legal, obrigatórias para a utilização dos veículos e o atendimento dos servidores. Basicamente, com foco no desenvolvimento das pesquisas, sempre que necessário, é procedida a locação temporária de carros, os quais se subordinam a todas as regras estabelecidas para nossa frota.

2.10.4. Adequação dos recursos patrimoniais

Em relação à adequação, em quantidade e qualidade, dos recursos patrimoniais existentes, cabe ressaltar que os equipamentos eletrônicos (pockets) utilizados na coleta de dados necessitam de manutenção e/ou renovação, bem como de novas aquisições para atender plenamente às necessidades dos projetos que utilizam essa tecnologia. Os microcomputadores existentes nas Unidades Estaduais, bem como nas unidades do Rio de Janeiro, precisam de renovação, substituição e/ou manutenção para se adequarem às novas ferramentas de desenvolvimento existentes nos sistemas institucionais.

Outro ponto considerado relevante é o impacto sentido na execução do Programa Cartografia Nacional, causado pela quantidade e condições da frota do IBGE que, apesar de possuir um número razoável de viaturas - instrumento essencial para as atividades de campo de cartografia e geodésia, não é suficiente para cobrir todas as áreas definidas na estratégia de implementação. Além disto, a frota se encontra envelhecida, dificultando as operações de campo e acarretando gastos com seguidas manutenções. É importante destacar, também, a necessidade de alocação de veículos específicos para as atividades de geociências, tendo em vista o trabalho em áreas acidentadas e de difícil acesso.

O espaço físico tem sido um limitador à ampliação das atividades destinadas à Ação Capacitação de Servidores Públicos em Processos de Qualificação e Requalificação, desenvolvidas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE do IBGE. Esta questão está sendo contornada com uma proposta de realocação física da coordenação de treinamento para a Unidade existente na Rua General Canabarro.

O IBGE, num constante processo de redução de custos, tem promovido programas destinados à obtenção da cessão de imóveis para instalação de agências nos municípios e negociações com locadores para a redução dos aluguéis que sejam inevitáveis, além de implementar processos de alienações de bens móveis inservíveis, por venda, de forma a auferir recursos e otimizar espaços ocupados.

2.11 Processos de Controle

2.11.1 Processos de Controle Parlamentar

UG	Documento	Data
114601	Acórdão 772/2003	25.06.2003
DETERMINAÇÃO		
ITEM		
9.1.1	na hipótese de contratação de servidores da Administração, direta ou indireta, da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, bem como de suas subsidiárias e controladas, em desacordo com o art. 6º da Lei 8.745/93, adotar imediatamente as medidas disciplinares com vistas à nulidade do contrato, à apuração de responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado e, se for o caso, da solidariedade quanto à eventual devolução dos valores pagos ao contratado, em atenção ao § 2º do referido dispositivo legal.	
9.1.2	abster-se de conferir ao pessoal contratado nos termos da Lei 8.745/93 atribuições, funções ou encargos não previstos nos respectivos contratos, em conformidade com a vedação contida no art. 9º, inciso I, da referida lei.	
9.1.3	adaptar os valores das taxas ou outras importâncias cobradas para a inscrição em concursos públicos, ou processos seletivos simplificados, aos limites fixados no Decreto 88.376/83 ou em outra norma que o venha suceder.	
9.1.4	estabelecer normas, com base em critérios objetivos e transparentes, para os procedimentos de: <ul style="list-style-type: none"> 9.1.4.1 seleção dos recenseadores cujos contratos são prorrogados para a realização de serviços de sistematização dos dados coletados; 9.1.4.2 prorrogação e rescisão dos contratos por tempo determinado; 9.1.4.3 convocação e distribuição do pessoal selecionado para os serviços censitários; 9.1.4.4 convocação de pessoal aprovado em outra agência de coleta, mediante comunicação expedida para a residência do candidato ou publicação em jornal de grande circulação; 9.1.4.5 seleção de pessoal para realização de serviços censitários em áreas de risco; 	
9.1.5	fazer constar dos editais dos processos seletivos para a prestação de serviços censitários as regras estabelecidas nos normativos a que se refere o item 9.1.4	
9.2	determinar à Controladoria-Geral da União que informe ao Tribunal, nas próximas contas do IBGE, as medidas adotadas pela entidade em cumprimento das determinações contidas no item 9.1	
9.3	determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que acompanhe o envio ao Tribunal, pelo IBGE, dos atos de admissão de pessoal de que tratam estes autos, representando a esta Corte caso permaneça a omissão	
9.4	dar ciência à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enviando-lhes cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam	
Comentários		
<p>Este Acórdão teve origem em Representação da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro sobre irregularidades na contratação de pessoal para a realização de pesquisa censitária. Foram feitas diligências pelo TCU e pela CGU, não restando provado as diversas questões apresentadas: contratação de pessoal após expirado o prazo de concurso; acumulação de cargos; contumácia no procedimento irregular de contratação; prorrogação de contratos temporários; utilização pessoal contratado temporariamente para atividades permanentes; prática de nepotismo; não-recolhimento de débitos trabalhistas; extravio de documentos públicos; fraude em concurso.</p> <p>Porém, o TCU ao julgar o processo em questão fez as determinações citadas, que estão sendo implementadas. Além disto, a CGU, conforme determinação do Tribunal está acompanhando o cumprimento do Acórdão.</p>		

UG		Documento	Data
114601		Acórdão 1.572/2003	11.09.2003
DETERMINAÇÃO			
ITEM			
a	observar rigorosamente as disposições da Lei nº 8.666/93, especialmente no tocante às especificações do projeto básico (art. 6º, IX) e à necessidade de se justificar as alterações no contrato (art. 65).		
b	instruir os processos de inexigibilidade de licitação com todos os elementos que caracterizem com clareza a notória especialização da contratada e a singularidade do serviço, bem como a decorrente inviabilidade de competição, conforme prescrito no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93.		
c	atualizar os requerimentos de auxílio transporte, ajustando a concessão do benefício às disposições do Decreto nº 2.880/98, observando a vedação quanto à utilização de transporte seletivo.		
d	confirmar a informação prestada pelo servidor de matrícula nº 765698 sobre o seu local de residência, a fim de verificar se houve pagamento a maior do benefício, e promova a devolução, se for o caso.		
e	providenciar cópia dos diplomas de mestrado e doutorado de todos os servidores beneficiados com a gratificação a que se refere o art. 21 da lei nº 8.691/93, e colha as assinaturas de todos os componentes da comissão responsável pela análise e avaliação dos requerimentos relativos à concessão da referida gratificação.		
f	revisar a concessão do adicional de tempo de serviço aos seus funcionários, a fim de evitar a ocorrência de irregularidades como as apontadas nos parágrafos 70/1 dessa instrução.		
Recomendação			
Constituir grupo de trabalho com o objetivo de elaborar projeto definitivo relativo à gráfica, que contemple, em especial, as definições relativas ao tratamento dos dejetos químicos, a mudança do setor de fotolito para o novo galpão, e todas as demais medidas necessárias para o funcionamento ideal da gráfica.			
Comentários			
Este Acórdão foi resultante do julgamento da Prestação de Contas de 2001 pelo TCU. A maioria dos itens já foi implementada. No tocante ao item f a Coordenação de Recursos Humanos está em fase de implementação.			

UG		Documento	Data
114601		Acórdão 2.381/2003	07.10.2003
ITEM	RECOMENDAÇÃO		
9.1	considerar ilegal e recusar registro aos atos de concessão de aposentadoria de Antonietta de Oliveira Veiga Pinto, Helena Maria Mesquita Balassiano, Izalete Rodrigues de Oliveira, Luis Alves Santos, Raimundo José Alves Bompert, Suzi de Mattos e Vera Lúcia Antunes dos Santos.		
9.2	no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, suspender o pagamento dos proventos dos interessados indicados no subitem anterior, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos dos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno deste Tribunal, dispensando-se a devolução dos valores pagos de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU.		
9.3	esclarecer à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que os servidores poderão aposentar-se com proventos proporcionais, com base no Enunciado 74 da Súmula de Jurisprudência do TCU, hipótese em que o tempo de inatividade não poderá ser computado para fins de adicional por tempo de serviço, ou retornarem à atividade para completar o tempo de serviço necessário à aposentação com proventos integrais.		
9.4	determinar, também, ao IBGE que se abstenha, em todos os casos, de promover aposentadorias, com o cômputo de tempo de serviço irregular, sem recolhimento de contribuições previdenciárias, uma vez que tal configura prática de ato ilegal, podendo merecer as sanções previstas na Lei 8.443/92.		
9.5	determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP que acompanhe o cumprimento da determinação constante no subitem 9.2 acima e das medidas aludidas no subitem 9.3.		
Comentários			
As determinações foram cumpridas e, através do Ofício CRH n ° 237 de 14 de novembro de 2003 foi dada ciência ao SEFIP da implementação das determinações.			

UG	Documento	Data
114601	Acórdão 2.522/2003	28.10.2003
ITEM	DETERMINAÇÃO	
9.1	considerar ilegais as concessões de aposentadoria aos servidores Maurício Erman Szyff, Janir Ferreira Reis, José Carlos Guimarães Sardinha, Regina Lucia Huggins Tumminelli, Zacarias Ramalho Santiago, José Godoy de Abreu, Sebastião de Souza Lemos, Pedro Leão de Menezes, Geraldo Magela Bezerra Peixoto, Ozelio Correira de Azevedo, Carmelina Clericuzi Simões, Helena Zarur Lucarelli, Rossini Pinto Martins Neto, Jarbas de Oliveira Justus, Roberto Longo e Sebastião Ricciardi da Cunha, recusando o registro dos atos de fls. 3/14, 16/18 e 21/24	
9.2	dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU	
9.3	determinar ao Órgão epigrafado que faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 3/14, 16/18 e 21/24, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da deliberação deste Tribunal, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do artigo 71 da Constituição Federal e caput do artigo 45 da Lei 8.443/1992 c/c artigo 262 do Regimento Interno deste Tribunal e artigo 15 da IN-TCU-44/2002	
9.4	orientar o órgão de origem que as concessões podem prosperar, mediante emissão de novos atc escoimados das irregularidades ora apontadas, nos termos do art. 262, § 2º do Regimento Interr submetendo-os à apreciação deste Tribunal, na forma do disposto na IN-TCU-44/2002	
9.5	considerar legais as concessões de aposentadoria aos servidores Nicacio Alves Sobrinho, Margareth Fischer de Almeida e Oscar Octaviano de Oliveira, determinando o registro dos atos de fls. 15, 19/20 e 29	
9.6	determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP que proceda às devidas anotações, dando ciência deste acórdão ao órgão de origem	

Comentários

Todas as providências já foram tomadas e, através do Ofício nº 53/PR de 11 de fevereiro de 2004 do Senhor Presidente do IBGE, foi comunicado à CGU a implementação das medidas.

2.11.2 Processos de Controles Internos

UG	Documento	Data
114601	Relatório CGU de Avaliação de Gestão 1999 - nº 043546	20.04.2000
Comentários		
A ressalva constante do item 5.1.1 do relatório: "Ausência de pesquisa aferindo a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado e ausência de orçamentos estimados em planilhas de quantitativos de preços unitários" já havia sido implementada. No entanto, a CGU só reconheceu este fato no exercício de 2003.		

UG	Documento	Data
114601	Relatório CGU de Avaliação de Gestão 2000 nº 070415	30.03.2001
RECOMENDAÇÃO – Ressalvas no Relatório		
ITEM		
1.2.2	Normatizar a implementação das recomendações geradas pela Auditoria Interna.	
2.1.2	Retenção indevida de tributo.	
3.1.1	Equacionar problemas mecânicos dos veículos.	
Comentários		
As ressalvas já vinham sendo implementadas desde o recebimento do Relatório. Em 2003, todas as providências foram concluídas.		

UG	Documento	Data
	Relatório CGU de Avaliação de Gestão 2002 nº 117090	31.03.2003
ITEM	RECOMENDAÇÃO – Ressalvas no Relatório	
8.3.1.1	<p>1. Adotar o sistema informatizado, elaborado pela SRH/MP, módulo diárias e passagens do SIAPEcad, para concessão de indenização a viagens e aquisição de passagens, abstendo-se de sistemas paralelos;</p> <p>2. Observar a IN STN nº 14, de 09/11/1988, referente ao acompanhamento dos gastos efetuados com deslocamento de servidores da Administração Pública Federal;</p> <p>3. Proceder o levantamento dos casos de concessão de diárias para viagens ao exterior, onde não houve a retenção do auxílio-alimentação, apurando e descontando a respectiva quantia de servidores beneficiados indevidamente;</p> <p>4. Justificar expressamente, nos processos de concessão de diárias, as viagens iniciadas às sextas-feiras, ou que incluam finais de semana em seus respectivos períodos, conforme preceitua o § 3º do Art. 6º, do Decreto nº343/91.</p>	
9.1.1.1	<p>1. Negociar com a FEEMA a prorrogação do prazo de construção da Estação de Tratamento;</p> <p>2. Criar um grupo de trabalho com vistas a examinar a viabilidade econômica da construção da Estação projetada e desenvolver soluções alternativas compatíveis com os fundamentos da responsabilidade fiscal;</p> <p>3. Indicar nos processos licitatórios, inclusive nos casos de dispensa de licitação, a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento do objeto contratado, em observância ao inciso III, do Art. 7º, da Lei n.º 8.666/93;</p> <p>4. Demonstrar formalmente nos processos a estimativa de custos e seus elementos balisadores, e a comprovação através da justificativa de preço, que o valor da proposta vencedora está de acordo com o praticado no mercado, em observância ao inciso III, do Art. 26, da Lei 8.666/93;</p> <p>5. Observar o formalismo necessário no recebimento de propostas comerciais, abstendo-se de compor processos licitatórios com propostas que não sejam originais, observando, entre outros os dispositivos legais, o § 3º, do Art. 3º; o parágrafo único do Art. 4º e o inciso IV, do Art. 38, todos da Lei n.º 8.666/93;</p> <p>6. Expedir orientação às Unidades Gestoras do IBGE para que observem em suas aquisições as recomendações acima;</p> <p>7. Implementar programas de treinamentos constantes do pessoal envolvido, entre outras áreas, na área financeira/contábil, de compras e de Assessoria da Presidência do IBGE e das Unidades Gestoras.</p>	
9.2.2.2	<p>1. Rescindir o contrato 035/2002 firmado com o Sr. Mauro Pereira de Mello;</p> <p>2. Apurar a responsabilidade pela contratação indevida, referente aos contratos n.º 053/2000 e 035/2002, e pelas impropriedades apontadas relativas aos processos PP/ 03606.000068/2001-57 e 03606.000532/2001-13, aplicando as sanções previstas na Lei n.º 8.112/90 e na Lei 8.666/93, quando for o caso;</p> <p>3. Abster-se de contratar consultores para exercício de atividades típicas de atribuições de cargos do IBGE;</p> <p>4. Efetuar a retenção da contribuição previdenciária, referente aos serviços prestados por pessoa física, na condição de contribuinte individual, em observância ao Art. 4º da Medida Provisória n.º 83/2002, bem como em atendimento ao § 2º, do Art. 71, da Lei n.º 8.666/93; o qual estabelece que a Administração responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários, e solicitar aos contratados que ainda mantêm vínculo com o IBGE que apresentem comprovantes de recolhimento da referida contribuição, referente aos valores recebidos pelos serviços prestados à Instituição</p>	
9.3.1.2	<p>Buscar entendimento junto à SENASP/MJ a fim de avaliar a conveniência da continuidade do projeto de indicadores de criminalidade, visando ao não desperdício do trabalho realizado e dos recursos financeiros utilizados.</p>	
Comentários		
<p>Com relação ao item 8.3.1.1 - A CGU já reconheceu no Relatório de Acompanhamento de Gestão 2003 a implementação dos subitens 3 e 4.</p> <p>Com relação ao item 1 não é possível cumprir a Recomendação, pois o sistema citado não está disponível e com relação ao item 2 estamos observando o cumprimento da IN.</p> <p>Com relação ao item 9.1.1.1 - A CGU já reconheceu no Relatório de Acompanhamento de Gestão 2003 a implementação dos subitens 1,2 e 4.</p> <p>Com relação ao item 9.2.2.2 - Todas as Recomendações já foram cumpridas.</p> <p>Com relação ao item 9.3.1.2 - Não foi possível cumprir a Determinação, pois a vigência do Convênio já havia expirado.</p>		

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO das Empresas Brasileiras de Software e Serviços de Informática - ASSESPRO - Regional do Rio de Janeiro. Prêmio INRIO2000. Disponível em: <www.assespro-rj.org.br>. Acesso em: 02/fev/2004.

CONGRESSO de Informática Pública. Prêmio CONIP. Vencedores 2001. Prêmio excelência em informática pública. Categoria - Universalização dos Serviços e Redes Públicas de comunicação e informação. Disponível em: <<http://www.conip.com.br/vencedores2001.htm>>. Acesso em: 02/fev/2004.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Avaliação dos Programas quanto às Práticas de Gestão IBGE - 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2003. 11 p.
Censo Demográfico 2000. Internet.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/default.php>>. Acesso em: jan-fev/2004.

_____, *Cadastro de Ações Orçamentárias IBGE - 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2003. 52 p.

_____, *Cadastro de Ações Orçamentárias IBGE - 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2004. 50 p.

_____, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 1º semestre de 2003*. Intranet. Disponível em: <http://w3.cddi.ibge.gov.br/pesquisa_satisfacao_1sem_2003.asp>. Acesso em fev/2004.

_____, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 2º semestre de 2003*. Intranet. Disponível em: <http://w3.cddi.ibge.gov.br/pesquisa_satisfacao_2sem_2003.asp>. Acesso em: fev/2004.

_____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Almojarifado. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/almojarifado/almojarifadoframeset.htm>>. Acesso em: fev/2004.

_____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Atendimento Infra. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/atendimentolocal/atendimentoframeset.htm>>. Acesso em: fev/2004.

_____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Compras. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/Compras/comprasframeset.htm>>. Acesso em: fev/2004.

_____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Engenharia. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/engenharia/engenhariaframeset.htm>>. Acesso em: fev/2004.

_____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Expedição. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/expedicao/expedicaoframeset.htm>>. Acesso em: fev/2004.

- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Patrimônio. Imóveis. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/patrimonio/imoveis/patrimonioimoveisframeset.htm>>. Acesso em: fev/2004.
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Patrimônio. Móveis e Equipamentos. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/patrimonio/moveiseequip/patrequipframeset.htm>>. Acesso em: fev/2004.
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Telecomunicações. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/telecomunicacoes/telecomunicacoesframeset.htm>>. Acesso em: fev/2004.
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Veículos. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/transportes/veiculosframeset.htm>>. Acesso em: fev/2004.
- _____, Diretoria de Informática. Prêmios. Intranet. Disponível em: <http://w3.di.ibge.gov.br/diretoria/prêmios_di.asp>. Acesso em: fev/2004.
- _____, Diretoria de Pesquisas. Informe DPE. Ano 16. Retrospectiva 2003. Rio de Janeiro: IBGE, dez.2003 - 126 p. Intranet Disponível em: <http://w3.dpe.ibge.gov.br/ftb/Restrospectiva_2003.pdf>. Acesso em: fev/2004.
- _____, Escola Nacional de Ciências Estatísticas *Relatório de Atividades - 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2003. 35 p.
- _____, *Estatuto do IBGE*. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/de/estatutoibge/estatutolibgeframeset.htm>>. Acesso em: 15/jan/2004.
- _____, *Pesquisa Organizacional - 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2004.
- _____, *Plano Estratégico 2002 - 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2003. 25 p.
- _____, *PPA 2000-2003 IBGE*. Consolidação. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2001. 21 p.
- _____, *Proposta de Regimento Interno do IBGE* a ser aprovada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/de/RI-IBGEcom%20altera%E7%F5esMP21.01.04.doc>>. Acesso em: 15/jan/2004.
- _____, *Relatório Anual IBGE - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 47 p.
- _____, *Relatório de Avaliação dos Programas IBGE - 1ª fase - 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, fev. 2004. 30 p.
- _____, *Relatório de Avaliação dos Programas IBGE - 2ª fase - 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, fev. 2003. 30 p.
- _____, *Relatório de Avaliação dos Programas IBGE - 1ª fase - 2000 - 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2002. 48 p.
- _____, *Relatório de Gestão IBGE - 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2003. 20 p.

-
- Relatório Transição Governamental 2002-2003* IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 18 p.
-
- Revista Vou Te Contar: *A Revista do Censo*. Rio de Janeiro: IBGE, nº10, p.3-30, ago.2003.
-
- Sistema de Informações Gerenciais - SIGER. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 04/fev/2004.
-
- Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE - SIAD. Intranet. Disponível em: <<http://w3.aplicacao.de.ibge.gov.br/SIAD.nsf/Siadweb?OpenPage>>. Acesso em: jan - fev/2004.
-
- Subsídios para a Mensagem Presidencial IBGE - 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2003. 2 p.
- MINISTÉRIO da Fazenda. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Internet. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/siafi/index_acesso.asp >. Acesso em: jan - fev/2004.
- MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Autodiagnóstico da Gestão Pública*. Avaliação da Gestão das Organizações da Administração Pública do Executivo Federal. Versão Preliminar. 2003. 30p.
-
- Livro Amarelo - Metodologia do Diagnóstico da Administração Pública Federal*. Versão Preliminar. 2003.
-
- Programa da Qualidade no Serviço Público - PQSP. Internet. Disponível em: < <http://www.pqsp.planejamento.gov.br>>. Acesso em: jan - fev/2004.
-
- Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN. Internet. Disponível em: <<http://www.sigplan.gov.br>>. Acesso em: jan - fev/2004.
-
- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. Internet. Disponível em: <<http://www.siapenet.gov.br>>. Acesso em: jan - fev/2004.

Anexos

Anexo I - Lista de Endereços

Conselho Diretor

Presidência

Eduardo Pereira Nunes
Av. Franklin Roosevelt, 166 – 10º Andar Centro
20021120 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março

Diretoria Executiva

José Sant'Anna Beviláqua
Av. Franklin Roosevelt, 166 – 10º Andar Castelo
20021120 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março

Diretoria de Geociências

Guido Gelli
Av. Brasil, 15671 – BL III-B – 3º Andar Parada de Lucas
21241051 Rio de Janeiro – RJ – CDD Irajá

Diretoria de Pesquisas

Maria Martha Malard Mayer
Av. República do Chile, 500 – 10º Andar Centro
20031170 Rio de Janeiro – RJ – CDD São Cristóvão

Diretoria de Informática

Luiz Fernando Pinto Mariano
Av. República do Chile, 500 – 10º Andar Centro
20031170 Rio de Janeiro – RJ – CDD São Cristóvão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai
Rua General Canabarro, 706 – BL A – 2º Andar Maracanã
20271201 Rio de Janeiro – RJ – CDD Cidade Nova

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Pedro Luis do Nascimento Silva
Rua André Cavalcanti, 106 – 1º Andar Bairro de Fátima
20231050 Rio de Janeiro – RJ – CDD Cidade Nova

Unidades Estaduais

Unidade Estadual do Acre – UE/AC

Adão Delfino dos Santos
Rua Benjamin Constant, 907 – Centro
69900160 – Rio Branco – AC – Rio Branco

Unidade Estadual de Alagoas – UE/AL

André Luís Figueredo da Silva
Praça dos Palmares, S/N Centro
57020150 Maceió – AL – Maceió Cidade
Tel: 8221218102

Unidade Estadual do Amapá – UE/AP

Haroldo Canto Ferreira
Rua Antônio Coelho de Carvalho, 511 Centro
68900001 Macapá – AP – Macapá
Tel: 0962232696

Unidade Estadual do Amazonas – UE/AM

Carlos Alberto Araújo Simonaio
Rua Quintino Bocaiúva, 122 Centro
69005110 Manaus – AM – Manaus Cidade
Tel: 0922333884

Unidade Estadual da Bahia – UE/Ba

Artur Ferreira da Silva Filho
Av. Marechal Castelo Branco, 750 - 5º andar Edifício Central Valle
40046900 Salvador - BA - Salvador Cidade
Tel: 7121058600

Unidade Estadual do Ceará – UE/CE

Francisco José Moreira Lopes
a Treze de maio, 2901 Benfica
60040531 Fortaleza - CE - Fortaleza Cidade
Tel: 854336530

Unidade Estadual do Distrito Federal – UE/DF

Walker Roberto Moura
CRS 509 - bl-a - Lojas 1/5 Asa Sul
70360510 Brasília - DF - Brasília
tel: 613292187

Unidade Estadual do Espírito Santo – UE/ES

Max Athayde Fraga
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675 - 9º andar
Enseada do Suá - Ed. Palácio do Café
25056900 Vitória - ES - Vitória Cidade
Tel: 027332254385

Unidade Estadual de Goiás – UE/GO

Daniel Ribeiro de Oliveira
Av. 85, N° 759 ed. Felicidade - Setor Sul
74080010 Goiânia - GO - Goiânia Cidade
Tel: 0622131008

Unidade Estadual do Maranhão – UE/MA

Pedro James de Souza Guedelha
Rua de Nazaré e Odylio, 49 Centro
65010410 São Luis - MA - São Luis Cidade
Tel: 0982224055

Unidade Estadual de Minas – UE/MG

Maria Antônia Esteves da Silva
Rua Oliveira, 523 - 4º andar Cruzeiro
303101150 Belo Horizonte - MG - Belo Horizonte Cidade
Tel: 3121052408

Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UE/MS

Carlita Estevam de Souza
Rua Barão do Rio Branco, 1471 Centro
79002174 Campo Grande - MS - Campo Grande Cidade
Tel: 0673211529

Unidade Estadual do Pará – UE/PR

Antônio José de Souza Biffi
Av. Serzedelo Corrêa, 331/337 - Ed. Felizardo Dias Nazaré
66035400 Belém - PA - Belém Cidade
Tel: 09131815640

Unidade Estadual da Paraíba – UE/PB

Aniberto Mendonça de Melo
Rua Irineu Pinto, 94 Centro
58010100 João Pessoa - PB - João Pessoa Cidade
Tel: 8321066600

Unidade Estadual de Pernambuco – UE/PB

Nilton Luiz Nadai
Prça Ministro João Gonçalves de Souza, S/N \$2-87 Engenho do Meio
50670900 Recife - Pe - Recife Cidade
Tel: 08132724004

Unidade Estadual do Piauí – UE/PI

Raimundo Nonato da Silva Filho
Rua Símplicio Mendes, 436 – Norte Centro
64000110 Teresina- PI – Teresina Cidade - Tel: 0862214062

Unidade Estadual do Paraná– UE/PR

Sinval Dias dos Santos
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 552 Centro
80430180 Curitiba – PR – Curitiba Cidade
Tel: 412241978

Unidade Estadual do Rio de Janeiro – UE/RJ

Romualdo Pereira de Rezende
Av. Beira Mar, 436 – 13º andar Castelo
20021060 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março
Tel: 02125144805

Unidade Estadual do Rio Grande do Norte – UE/RN

Elder de Oliveira Costa
Av. Prudente de Moraes, 161 Petrópolis
59020400 Natal – RN – Natal Cidade
Tel: 0842222897

Unidade Estadual de Rondônia – UE/RO

Argemiro Carvalho de Oliveira
Av. Duque de Caxias, 1223 Centro
78901280 Porto Velho – RO – Porto Velho Cidade
Tel: 0692231738

Unidade Estadual de Roraima – UE/RR

Vicente de Paulo Joaquim
Av. Getúlio Vargas, 76-E Centro
69301031 Boa Vista – RR – Boa Vista
Tel: 0956239370

Unidade Estadual do Rio Grande do Sul – UE/RS

José Renato Braga de Almeida
Av. Augusto de Carvalho, 1205 Praias Belas
90010390 Porto Alegre – RS – Porto Alegre Cidade
Tel: 05132845102

Unidade Estadual de Sergipe – UE/SE

Antonio Pereira da Silva Marinho
Rua Riachuelo, 1017 Centro
49015160 Aracaju – SE – Aracaju Cidade
Tel: 792118979

Unidade Estadual de Tocantins – UE/TO

Ari Azevedo Soares
ACSE 05 LT 06 – QD 104 Sul Centro
77100040 Palmas – TO – Goiânia Transito
Tel: 063215829

Unidade Estadual Santa Catarina – UE/SC

Maurício Batista
Rua João Pinto, 60 Centro
88010420 Florianópolis – SC – Florianópolis Cidade
Tel: 0482123020

Unidade Estadual de São Paulo – UE/SP

Francisco Garrido Barcia
Rua Urussuí, 93 – 11º andar Itaim Bibi
04542050 São Paulo – SP – CDD Vila Clementino - Setor 045 A
Tel: 01131685256

Unidade Estadual de Mato Grosso – UE/MT

Devaldo Benedito de Souza
Av. Tenente Coronel Duarte, 407- 1 e 2 andar
Centro - Cuiabá - MT - CEP 77100-040
Tel: 0653213316

Anexo II - Organograma

